

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO

GABRIELA DA SILVA TAROUÇO

Os Partidos e a Constituição:
ênfases programáticas e propostas de emenda.

Rio de Janeiro

março / 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GABRIELA DA SILVA TAROUÇO

Os Partidos e a Constituição:
ênfases programáticas e propostas de emenda.

Orientador: Jairo Nicolau

Tese apresentada ao Instituto
Universitário de Pesquisas do Rio de
Janeiro como requisito parcial para a
obtenção do título de Doutor em
Ciências Humanas: Ciência Política.

Rio de Janeiro

2007

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento a registrar é ao meu orientador, Prof. Jairo Nicolau. A confiança depositada desde o princípio constituiu o principal desafio a me impulsionar, além de motivo de grande orgulho.

Durante o período em que cursei o Doutorado no IUPERJ, fui beneficiada com uma bolsa da FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia e com uma licença das minhas atividades docentes pela UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz. Estes auxílios foram fundamentais, e por isso sou grata às duas instituições.

Contei também com uma bolsa da Fundação Ford que me permitiu frequentar o curso de Metodologia Quantitativa na UFMG e uma bolsa sanduíche da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior que me proporcionou um estágio de seis meses na University of Notre Dame, nos Estados Unidos. A todas estas instituições agradeço o apoio e as excelentes oportunidades.

Durante o período do estágio no exterior, fui acolhida no Kellogg Institute for International Studies pelo Prof. Scott Mainwaring, a quem devo um agradecimento muito especial. A acolhida, a orientação, a oportunidade de intercâmbio com pesquisadores de alto nível, as melhores condições de trabalho e estudo imagináveis que me foram oferecidas fizeram uma diferença extraordinária na minha formação e me fazem profundamente grata.

O IUPERJ me ofereceu o ambiente intelectualmente estimulante e todas as condições institucionais necessárias ao trabalho. Estendo meus agradecimentos a toda a equipe de funcionários. Cada um a seu modo teve um papel muito importante.

Agradeço também aos colegas, tantos, cuja contribuição foi constante, seja pelas sugestões nos momentos de debate, seja pelo apoio, sempre decisivo.

Um deles, Yuri Kasahara, replicou a codificação de uma amostra dos textos para que fosse possível testar a confiabilidade da análise de conteúdo dos manifestos. Tal tarefa, tão penosa e tão crucial, não poderia ter sido entregue a colega mais qualificado e responsável.

Tenho uma enorme dívida com o professor Acir Almeida, que me ajudou imensamente e de várias maneiras: com sua incansável paciência para me ensinar metodologia, com seu rigor e atenção para discutir várias etapas deste trabalho, com sua disponibilidade para me ajudar com os problemas da pesquisa, com o exemplo de seriedade que pretendo sempre imitar.

A interlocução com a professora Argelina Figueiredo tem sido sempre um enorme privilégio, pelo qual sou muitíssimo agradecida. Além do seu constante incentivo e da generosidade com que sempre me socorreu, com sua leitura atenta e seus comentários precisos, sou grata principalmente pela definitiva referência acadêmica e intelectual que me proporcionou.

As críticas e sugestões dos professores Marcus Figueiredo, Charles Pessanha e Renato Boschi foram de inestimável ajuda na elaboração e defesa do projeto e no seminário de tese.

Finalmente, rendo os agradecimentos de coração: à minha irmã Adriana, pela preciosa amizade, e às minhas amigas, Cida, Teresa e Fernanda, por serem como irmãs.

Resumo

Esta tese trata das preferências políticas dos principais partidos brasileiros no período posterior à redemocratização e também dos seus efeitos sobre as propostas de emenda apresentadas pelos parlamentares à Constituição de 1988. As preferências dos partidos são operacionalizadas pelas ênfases que eles atribuem a diferentes questões. Tais ênfases são mensuradas através da análise de conteúdo dos manifestos. O objetivo é verificar se os partidos se distinguem uns dos outros pelas ênfases que atribuem a diferentes questões e se tais identidades se refletem ou não nos assuntos que os parlamentares escolhem para alterar na Constituição.

Palavras-chave: Partidos, manifestos, ênfases programáticas, emendas constitucionais.

Abstract

This thesis is about the main Brazilian political parties in the pos-dictatorship period, their political preferences and effects on the representatives' proposals of amendments to the 1988 Constitution. The parties' preferences are assumed to be expressed in the saliency of several issues and are measured through content analysis of their manifestos. The aim is to verify if parties are distinguishable from each other by their issue saliency and if those different identities have, or not, an impact on the issues the representatives choose to amend in the Constitution.

Key-words: Parties, manifestos, issue saliency, constitutional amendments.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: O PAPEL DOS PARTIDOS – TEORIA E DISCUSSÃO	9
1.1. Os Partidos Segundo a Ciência Política	9
1.2. A política segundo os partidos	15
CAPÍTULO 2: AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	28
2.1. Quem propõe mudar e o quê – autoria e assunto das PECs	28
2.2. As propostas do Executivo	31
2.3. As propostas dos deputados.....	33
CAPÍTULO 3: OS PARTIDOS SEGUNDO SEUS MANIFESTOS	42
3.1. O método de análise de conteúdo	44
3.2. A técnica aplicada.....	47
3.3. As ênfases de cada partido em cada manifesto.....	58
3.4. Confiabilidade da mensuração.....	78
CAPÍTULO 4: AS PECs SEGUNDO AS PREFERÊNCIAS DOS PARTIDOS	84
4.1 Congruência.....	98
CONCLUSÃO	103
BIBLIOGRAFIA	105
APÊNDICE METODOLÓGICO	114

INTRODUÇÃO

Este é mais um trabalho sobre os partidos políticos brasileiros no período pós-autoritário e como tantos outros se motiva por uma preocupação com a representatividade no novo regime. O pressuposto implícito é de que partidos políticos são importantes para a qualidade da democracia, e por isso se justifica estudá-los.

Para conhecer melhor os impactos dos partidos, é preciso conhecer melhor suas preferências. O conteúdo dos seus documentos programáticos é uma inegável fonte de informação a este respeito, que ainda não foi sistematicamente explorada no Brasil. Nesta tese, os manifestos dos principais partidos são submetidos à análise de conteúdo com o objetivo de mensurar as ênfases que eles atribuem a diferentes questões. A possibilidade de que a identidade e as preferências partidárias possam ser apreendidas desta forma não é objeto de nenhum teste, mas presumida e discutida com a literatura.

A primeira expectativa é encontrar diferenças significativas entre os partidos. A segunda é encontrar algum efeito significativo destas preferências distintas.

Vários trabalhos já procuraram pelo “efeito partidário” na política brasileira, mas poucos se detiveram na atividade legislativa, e nenhum, salvo engano, se debruçou sobre a atividade constitucional derivada: as emendas à Constituição que os parlamentares propõem.

As Propostas de Emenda à Constituição são um tipo de atividade legislativa em que os parlamentares têm a oportunidade de influir sobre as normas mais importantes na vida do país. Pela sua natureza, dispositivos constitucionais devem produzir consequências mais amplas e generalizadas do que outras matérias e portanto implicam menos interesses concentrados de grupos sociais específicos.

As PECs são, por este motivo, ocasião singular para que se manifestem princípios e valores sobre questões gerais da vida nacional. Se em algum momento as preferências eleitorais dos legisladores podem ceder algum espaço para preferências normativas, este momento é a apresentação de Propostas de Emenda Constitucional.

As contribuições que se pretende oferecer são: uma medida alternativa das preferências partidárias que possa ser confrontada com as demais existentes, um mapeamento das questões privilegiadas pelos parlamentares na atividade constitucional derivada, e uma proposta de modelo explicativo da relação entre estas duas variáveis.

A eventual obtenção de evidências favoráveis às hipóteses levantadas deve sugerir uma revisão na avaliação do papel dos partidos brasileiros e reforçar os indícios de que a motivação para as reformas pleiteadas contém, além das tendências globais amplamente reconhecidas, elementos de preferências políticas dos partidos.

Esta tese está organizada da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresenta o referencial teórico e as hipóteses; o segundo capítulo apresenta o objeto da pesquisa, descrevendo as Emendas à Constituição propostas desde 1988 até 2005; o terceiro capítulo apresenta a mensuração da variável independente, descrevendo as preferências dos partidos através da análise de conteúdo dos seus programas; o quarto capítulo apresenta os resultados e a interpretação da análise estatística.

CAPÍTULO 1:

O PAPEL DOS PARTIDOS – TEORIA E DISCUSSÃO

1.1. Os Partidos Segundo a Ciência Política

Mesmo em meio ao declínio da participação eleitoral reportada no mundo todo, mesmo quando as sociedades reconhecem cada vez menos os seus representantes, mesmo em um contexto de desencantamento generalizado pela política partidária, a importância dos partidos políticos continua indiscutível.

Eles são elementos de articulação e encaminhamento de demandas provenientes da sociedade, mesmo quando não cultivam este tipo de vínculo. Os partidos são canais legítimos da representação democrática e é através deles que se formam o poder legislativo e o governo.

Parece inegável que tais instituições, tão cruciais para o funcionamento do Estado em uma democracia, produzam um efeito fundamental na vida pública. Seja na formulação de políticas que definem a alocação de recursos na sociedade, seja na elaboração de normas que regem a vida dos cidadãos, seja no recrutamento de líderes políticos, os partidos exercem um papel decisivo.

Assim, a Ciência Política tem se dedicado a estudar os partidos políticos desde diversos pontos de vista. Como objeto de abordagens descritivas ou como variável dependente em análises relacionais, desde o seu funcionamento e organização internos, (Michels, 1982; Panebianco, 2005) desde suas atividades e comportamentos eleitorais, parlamentares e de governo (Katz e Mair, 1994; Downs, 1999; Dalton e Wattenberg, 2000), desde suas raízes na sociedade (Lipset e Rokkan, 1967; Janda, 1970; Duverger, 1980).

Como variável independente, os partidos são vistos ora como indicadores da qualidade da democracia de seus países (Mainwaring e Scully, 1995), ora como atores unitários com ideologias, preferências e estratégias próprias que afetam os resultados dos processos decisórios e as escolhas públicas. Nesta segunda linha se inserem os trabalhos que buscam identificar o impacto dos partidos políticos na implementação de políticas públicas (Castles, 1982; Hicks e Swank, 1992).

Os partidos brasileiros têm sido estudados a partir de todas estas diferentes perspectivas. Há uma considerável produção acadêmica brasileira dedicada a examinar funcionamento, organização e ideologia de partidos específicos¹ e um profícuo debate a respeito do atual sistema partidário. Vejamos a seguir como as diferentes teorias têm sido mobilizadas no estudo dos partidos brasileiros.

A vertente teórica que privilegia as bases partidárias na análise dos partidos políticos inspirou estudos que classificam o sistema partidário brasileiro como débil e incipiente.

A classificação dos partidos feita por Duverger (1980) estabelece critérios que, não satisfeitos pelos partidos brasileiros, levaram alguns analistas a questionarem a adequação do conceito de partidos às agremiações brasileiras.

Duverger classifica os partidos políticos em dois tipos segundo a sua origem: partidos de origem interna (criados a partir de grupos parlamentares e comitês eleitorais) e partidos de origem externa (criados a partir de grupos da sociedade, como sindicatos, associações, etc.). A estas duas categorias corresponderiam também naturezas diferentes de participação dos membros: os partidos de massa exerceriam grande atração sobre o público, que lhes financia a campanha eleitoral e que recebe uma educação política, enquanto os partidos de quadros se ocupariam em reunir pessoas ilustres e influentes, que não se comprometem formalmente e cuja contribuição financeira não é regular. A força partidária poderia assim ser medida, nos partidos de massas pelo número de adeptos e nos partidos de quadros, pelo número de eleitores.

Esta força partidária não era encontrada nos partidos brasileiros nos estudos imediatamente posteriores à abertura política, que os descreviam como instituições na

¹ Uma rápida busca nos catálogos eletrônicos das bibliotecas de alguns programas de pós-graduação em ciência política localizou quatro dissertações sobre o PSDB, quatro sobre o PFL, uma sobre o PDS, duas sobre o PPB, cinco sobre o PMDB e uma sobre o PDT, para mencionar apenas os partidos contemporâneos. Uma resenha sobre o vasto conjunto de trabalhos sobre o PT pode ser encontrada em Leal (2005).

sua maioria frágeis, sem vínculos sociais, sem continuidade histórica, enfim, entidades que não contavam com apoio minimamente constante de um eleitorado nem com a participação de adeptos. Este diagnóstico de fragilidade vinha acompanhado de uma preocupação com seus efeitos sobre as chances de consolidação da recente democracia brasileira, com é o caso no trabalho de Lamounier e Meneguello (1986). Os autores classificam o Brasil como um caso de subdesenvolvimento partidário devido à ausência, na sua história, de elementos essenciais à sedimentação de sistemas partidários bem-sucedidos.

Os casos bem sucedidos de consolidação partidária com os quais o Brasil tem sido comparado apresentam fortes vínculos societários, decorrentes da criação dos partidos políticos a partir da representação de clivagens sociais. Trata-se dos sistemas partidários europeus, estudados por Lipset e Rokkan (1967) do ponto de vista da sociologia política. Estes autores identificaram diferentes configurações de clivagens sociais ao longo da história e afirmam que a última delas teria se instalado a partir dos anos 20, com a revolução socialista. Desde então, a dicotomia capital-trabalho teria passado a se traduzir politicamente em sistemas partidários marcados pela divisão, entre os partidos, da representação política de interesses diferentes.

A elaboração teórica proposta a partir desta interpretação é de que a função dos partidos seria canalizar demandas sociais, conciliando os antagonismos de classe com o sistema político representativo, e de que a solidez dos sistemas partidários decorreria da estabilidade do apoio eleitoral dos grupos sociais aos partidos que os representam.

Esta estabilidade do apoio eleitoral também nunca foi encontrada nos atuais partidos brasileiros. Estudos que se baseiam nesta perspectiva costumam aplicar o índice de volatilidade eleitoral² para avaliar a estabilidade do sistema partidário brasileiro, como o faz Scott Mainwaring (Mainwaring e Scully, 1994; Mainwaring, 1995; 2001; Mainwaring e Torcal, 2005).³

O grau de institucionalização do sistema partidário é, segundo Mainwaring e seus co-autores, a principal variável que diferencia as novas democracias (de terceira

² O índice de volatilidade eleitoral foi formulado por Pedersen (1980) e mede a variação da distribuição do apoio eleitoral entre os partidos de um sistema de uma eleição para outra. Detalhes em Nicolau (2004).

³ A mesma volatilidade, entretanto, tem recebido interpretações alternativas, como as de Braga (2006) e Peres (2004) que chamam a atenção para: a) a volatilidade ideológica é menor que a volatilidade partidária; b) que o índice teria parado de aumentar, c) a alta volatilidade decorreria do contexto de estruturação do multipartidarismo, indicando antes uma ampliação da competição democrática sem ameaçar em nada a consolidação do sistema.

onda) das democracias consolidadas. Entendendo que o arcabouço teórico tradicional da ciência política comparada não oferece explicações satisfatórias para tal variação, estes autores defendem uma reformulação do conceito sartoriano de institucionalização. Sua proposta consiste em substituir a dicotomia “sistema institucionalizado x não institucionalizado” (Sartori, 1982) por uma medida contínua que permita classificar os sistemas partidários nas novas democracias conforme seu grau de institucionalização, que poderia variar dentro de uma escala do menos para o mais institucionalizado.

O conceito proposto contém quatro dimensões: 1) estabilidade (regularidade dos padrões de competição partidária); 2) enraizamento dos partidos na sociedade; 3) legitimidade dos partidos conferida pelos atores políticos; 4) independência das organizações partidárias em relação aos interesses dos líderes. A aplicação deste conceito ao sistema partidário brasileiro a partir dos anos 80 levou ao diagnóstico de “*inchoate party system*” (Mainwaring and Scully, 1995).

O vínculo dos partidos com as bases sociais tem sido avaliado também através de pesquisas de opinião pública sobre identificação partidária. É o que faz Kinzo (2005), tentando responder em que medida os partidos brasileiros cumprem o papel de orientar o cidadão na decisão do voto. Utilizando *surveys* nacionais de 1989 a 2002, a autora encontra uma tendência declinante na preferência partidária neste período⁴, que se explicaria pelo baixo nível de informação do público sobre os partidos, decorrente por sua vez da combinação entre o baixo nível educacional do eleitorado com a alta complexidade da competição eleitoral.

Além das bases sociais, a organização interna é outro critério teórico presente na literatura sobre partidos e que tem sido mobilizado no estudo dos partidos brasileiros, contribuindo para as avaliações pessimistas dos primeiros estudos.

Partidos seriam, segundo Panebianco (2005), organizações que são ao mesmo tempo burocracias (demandam a continuidade da organização e a estabilidade das hierarquias internas) e associações voluntárias (pressupõem algum grau de participação não obrigatória e oferecem incentivos para obtê-la). O autor discorda que os partidos políticos se resumam aos reflexos das suas bases sociais e que tenham objetivos

⁴ A preferência partidária é operacionalizada como a proporção dos entrevistados que respondem ter preferência por algum partido político.

previamente determinados pelos quais orientam sua ação⁵. Tais noções ignorariam o aspecto organizacional dos partidos além de subestimarem sua capacidade de configurar sua própria base. Os partidos políticos se institucionalizam ou se consolidam quando passam da fluidez estrutural inicial para uma fase em que os interesses e as lealdades se estabilizam.

Com exceção do Partido dos Trabalhadores, a organização interna tem sido identificada como problemática em todos os demais partidos brasileiros. No começo dos anos 90, era relativamente generalizado o diagnóstico de que

“(...) ao mesmo tempo em que vimos o surgimento de algo novo [sistema partidário que emergiu após o regime militar], nos vemos diante de um quadro partidário com sérias dificuldades de se consolidar. O que tem prevalecido é uma situação instável, marcada por divisões, dissensões, extinções e recriações partidárias intermitentes. Na verdade, desde a reforma que extinguiu o bipartidarismo em 1979, já se passaram mais de treze anos sem que um sistema partidário tenha sido estabelecido de forma estável.”(Kinzo, 1993, pág. 73)

Três fatores explicariam a instabilidade e a debilidade do sistema de partidos no Brasil: o histórico (de descontinuidade e baixa institucionalização), o comprometimento devido às várias interferências do Regime Autoritário e as características institucionais desagregadoras do sistema político brasileiro (presidencialismo, legislação partidária e sistema eleitoral proporcional). As implicações nefastas de tal quadro se resumiriam em que, em um contexto como este, o processo decisório requer longas negociações entre os atores envolvidos, cujo resultado se reduz ao “produto da acomodação política possível”. (Kinzo, 1998)

A centralidade dos vínculos sociais dos partidos conferida pelas teorias mencionadas acima leva ao reconhecimento dos partidos brasileiros como instituições débeis e à negação ao sistema partidário de qualquer papel estruturador de preferências ou mais decisivo na política brasileira. Apenas com o recurso a concepções teóricas alternativas, que reduzem as exigências quanto às relações dos partidos com suas bases, é plausível questionar o diagnóstico da fragilidade.

⁵ O autor se refere ao que chama de “preconceito sociológico” (os partidos se resumem a manifestações políticas das clivagens sociais e suas atividades seriam produto das demandas dos grupos sociais que representam) e “preconceito teleológico” (os partidos têm fins definidos *a priori* que representam a sua razão de ser e dos quais podem ser “deduzidos” tanto suas atividades quanto suas características organizacionais). (Panebianco, 2005)

Uma noção mais minimalista de partidos políticos é a que os define como organizações que: a) competem em eleições para formar o governo e o legislativo; b) atuam em diferentes frentes, podendo desenvolver suas relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários; c) competem com outros tipos de associações pela canalização de interesses da sociedade (Katz e Mair, 1994; Dalton e Wattenberg, 2000; Schmitter, 2001).

Originalmente proposta por V.O. Key (1964), a desagregação analítica das organizações partidárias em diferentes frentes de atuação é retomada por Katz e Mair (1994) e largamente referida por estudos que procuraram avaliar a força dos partidos brasileiros em outras arenas, para além das suas raízes na sociedade.

Katz e Mair (1994) sustentam que o declínio das organizações partidárias do mundo todo, apontado na literatura em geral, se refere apenas a uma das “faces” dos partidos, a das suas relações com as bases. A linha de explicação que estende o problema do declínio dos partidos de massa ao declínio dos partidos em geral não leva em conta as outras frentes em que os partidos contemporâneos atuam e se desenvolvem. Aspectos alternativos da organização partidária, como a participação no parlamento e no governo, além dos aspectos organizacionais, permaneceriam ignorados pelos estudos que enfatizam a crise dos partidos políticos.

Segundo estes autores, o desenvolvimento partidário contemporâneo vem se realizando a partir das suas relações com o Estado e das suas estratégias de organização interna. Seria necessário passar a ver os partidos políticos como organizações constituídas de pelo menos três diferentes “faces”, cada uma das quais interagindo com as demais: 1) *party in public office* (inclui governo e parlamento); 2) *party on the ground* (base e eleitorado potencial); 3) *party in central office* (estrutura organizacional interna do partido).

O principal argumento é que apenas o *party on the ground* está em declínio, enquanto os recursos do *party in central office* e especialmente os do *party in public office* estariam sendo fortalecidos. Neste sentido, a ênfase no declínio partidário em geral deveria ser descartada. Cada vez mais partidos estariam ganhando acesso ao *public office* e também a mais recursos e meios alternativos de legitimação. Governar teria se tornado uma experiência comum para muitos partidos, e os recursos que isso traz constituem um importante meio de sustentação.

O acesso ao *public office* aumentou a habilidade dos partidos para acumular recursos organizacionais e financeiros. Neste sentido o Estado, que é muitas vezes a origem destes recursos, torna-se um meio pelo qual os partidos ajudam a garantir sua própria sobrevivência.

Os partidos teriam evoluído de um estágio inicial em que representavam interesses da sociedade civil face ao Estado (partidos de massas), para um estágio em que passaram a atuar quase como intermediários independentes entre o Estado e a sociedade civil (partidos *catch-all*), e finalmente teriam atingido a condição atual, em que se tornam parte do próprio Estado, e permanecem afastados da sociedade civil. O equilíbrio do vínculo foi mudado, como os próprios partidos mudaram.

Deste ponto de vista é que faz sentido procurar por alguma consistência nos partidos brasileiros nas suas outras arenas de atuação. Apesar de os estudos anteriores terem já mostrado suas fracas raízes na sociedade e sugerido que suas organizações internas são pouco sólidas, restaria ainda avaliar o papel dos partidos políticos brasileiros através da sua ação parlamentar e da sua participação nos governos.

1.2. A política segundo os partidos

A legalidade da criação de novos partidos, recuperada no processo da abertura democrática, permitiu que vários grupos políticos, anteriormente abrigados no bipartidarismo do período autoritário, se constituíssem em partidos independentes. De cinco siglas em 1982⁶, o sistema partidário passou a abrigar 31 nas eleições de 1986 (Nicolau, 1996). Esta enorme fragmentação, associada à escassez de laços sociais, foi recorrentemente interpretada como evidência da natureza efêmera do sistema partidário brasileiro.⁷

Entretanto, este diagnóstico vem sendo questionado por alguns trabalhos como os de Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. Os autores analisaram votações

⁶ PDS, PDT, PT, PTB e PMDB.

⁷ O reconhecimento da fragmentação partidária na arena eleitoral, entretanto, não implica necessariamente aceitação do diagnóstico de fragilidade parlamentar. O sistema eleitoral, através das suas regras de distribuição de cadeiras, já exerce o papel de reduzir a fragmentação parlamentar em relação à fragmentação eleitoral (Nicolau, 1996).

nominais na Câmara dos Deputados e concluíram que há um considerável grau de disciplina partidária e previsibilidade no comportamento dos parlamentares. (Figueiredo e Limongi, 1999).⁸

O argumento é de que as abordagens dedutivas, predominantes nos estudos sobre o sistema partidário brasileiro, inferem o comportamento partidário diretamente dos incentivos institucionais gerados pelo sistema eleitoral apontados na teoria, sem o devido respaldo empírico.

Trata-se do nexó teórico estabelecido entre o tipo de vínculo do político com seus eleitores no momento da candidatura e o comportamento parlamentar adotado pelo representante depois de eleito. Assim, onde o sistema eleitoral gera incentivos para ação particularista (onde o eleitor escolhe seu candidato em lista aberta, por exemplo) os parlamentares procurarão cultivar seu prestígio junto ao seu eleitorado local e deverão adotar um comportamento clientelista⁹. Onde o sistema eleitoral gera incentivos para a ação partidária (onde o eleitor vota em lista fechada controlada pelos líderes partidários, por exemplo), os parlamentares tenderão a cultivar seu prestígio junto aos líderes partidários visando uma posição favorável na lista da disputa eleitoral seguinte e deverão adotar um comportamento mais coeso. O sistema de voto em lista aberta seria ainda mais nocivo no presidencialismo, como no caso do Brasil, pois a competição intra-partidária dificultaria a obtenção de maioria pelo governo. (Shugart e Carey, 1992)

As pesquisas de Figueiredo e Limongi (1999) mostram que no Brasil não se observam todos estes efeitos esperados do sistema eleitoral. Os parlamentares se comportam em grande medida de acordo com a orientação dos seus líderes partidários. Além disso, até mesmo a alta fragmentação deveria ser relativizada, pois os pequenos

⁸ Em artigo que marcou este debate (Limongi e Figueiredo, 1995), os autores afirmavam ter encontrado coesão no comportamento dos deputados. Tavares (Tavares, 2001; 2003) e Melo (2004) advertem que os resultados das votações indicam disciplina na atuação parlamentar, mas não podem ser usados para concluir sobre coesão partidária.

⁹ Segundo Carey e Shugart (1995), os incentivos para ação personalista podem ser identificados com a importância da reputação pessoal para ganhar cargo nas eleições, que pode ser avaliada por 4 variáveis: controle da lista, voto partidário ou pessoal, transferência de votos dentro do partido e magnitude do distrito. Quanto menos controle da liderança sobre a ordenação da lista, maior incentivo; quanto menos partidário e mais nominal o voto, maior o incentivo; quanto menos redistribuição dos votos dados a um candidato para os demais no partido, maior o incentivo; quanto maior a magnitude do distrito, menor a competição intrapartidária e menor o incentivo.

partidos não se comportam como tais, mas seguem, nas votações, os grandes partidos do seu bloco ideológico.¹⁰

Outros autores também identificaram uma consistência que contradiz o diagnóstico de fragilidade. Já no início dos anos 90 a debilidade presumida do sistema partidário convivia, no debate acadêmico, com regularidades que emergiam de estudos empíricos.

Estudando o quadro partidário brasileiro na Assembléia Nacional Constituinte, Kinzo (1990) examinou os fatores de instabilidade do sistema político e as perspectivas do sistema partidário no Brasil. Partindo da afirmação de que o que se observava no Brasil era um quadro de acentuada indefinição partidária, a autora analisou os posicionamentos assumidos pelos representantes dos partidos na deliberação de questões polêmicas durante os trabalhos da Constituinte.

Os posicionamentos assumidos nas questões sobre as quais não havia consenso¹¹, foram considerados para classificar os partidos políticos na Constituinte em cinco escalas: i) governismo (5 votações de interesse do Executivo); ii) conservadorismo (11 votações referentes à ordem econômica e social e a direitos sociais); iii) democratismo (6 votações de posições democratizantes em contraposição a medidas restritivas às liberdades democráticas); iv) nacionalismo (6 votações de medidas nacionalistas); v) oposicionismo ao sistema financeiro (5 votações de medidas que limitavam o poder do setor financeiro, especialmente o privado).

A cada partido foram atribuídas “notas” a partir do número de adesões ou rejeições dos seus constituintes às questões selecionadas. A média e a mediana destes valores serviram de critério para situar os partidos nas escalas.

Os resultados indicam que, já na década de 80, durante os trabalhos da Constituinte, havia uma ordem consistente entre os diferentes partidos, com clivagens claras e coerentes. Além disso, as distâncias entre os resultados das bancadas partidárias delineavam divisões significativas entre elas, já na primeira legislatura após o período autoritário.

¹⁰ A explicação para os níveis de disciplina encontrados também já foi objeto de debates. Nicolau (2000) observa que a disciplina varia consideravelmente entre os diferentes partidos, o que indica que a explicação não pode ser resumida aos incentivos institucionais (constantes) internos ao Congresso, como sugerem Figueiredo e Limongi (1999).

¹¹ 33 votações selecionadas ao todo.

A perspectiva que não reconhece efetividade ao sistema partidário brasileiro encontrou contestação também em estudos sobre a participação dos partidos no governo.

Octávio Amorim Neto (1994) afirma que a política seguida por um presidente na montagem de seu gabinete pode ser reveladora da forma com que o chefe do Executivo pretende lidar com as demais forças políticas relevantes no país. Apesar de fracos no entender do autor, os partidos teriam o poder de moldar a arena política especialmente no que tange aos incentivos que informam a interação entre o Executivo e o legislativo. Quanto mais próxima a relação do presidente com os partidos, menor sua autonomia em relação a eles.

O estudo das relações entre partidos e governos é retomado por Rachel Meneguello (1998). Segundo a autora, as relações com os governos são aspectos fundamentais do processo de consolidação dos partidos brasileiros, que neste âmbito adquirem uma significativa centralidade nos processos políticos. A autora encontra consistência política nas coalizões brasileiras de 1985 a 1997. Ao mesmo tempo em que a participação governamental exerce um considerável impacto sobre o desenvolvimento dos partidos, os partidos exercem um papel fundamental na organização e funcionamento do Executivo.

Além da participação nos ministérios, a importância dos partidos para os governos se revela também no comportamento parlamentar, como mostra Nicolau (2000). Segundo o autor, o sucesso da agenda legislativa dos governos e o desempenho do próprio presidencialismo no Brasil estão relacionados com o grau de apoio obtido de cada bancada, o que por sua vez varia mesmo dentro da base parlamentar governista, conforme a disciplina de cada partido.

Assim, visto que aos partidos brasileiros é plausível atribuir alguma relevância (no governo) e consistência (no legislativo), passa a ganhar sentido a proposta de investigar suas preferências políticas e mobilizá-las como variáveis independentes de outros processos no sistema político brasileiro. Nesta tese, o objetivo é verificar se, e em que medida, as preferências políticas dos partidos brasileiros afetam os temas que seus parlamentares selecionam na Constituição para apresentar suas propostas de emenda. Para isso, a primeira tarefa é identificar tais preferências.

Um dos principais conceitos mobilizados neste trabalho é o de identidade política, aqui entendida como uma combinação de preferências a respeito de políticas públicas que distingue um partido dos demais.¹² Assim definida, a identidade de um partido não se confunde com conceitos vizinhos, tais como ideologia, estratégia, imagem, discurso, perfil organizacional, nem comportamento.

A posição de um partido em um dado espaço de competição política pode ser estimada de várias maneiras: a partir das posturas assumidas na atuação parlamentar, através da imagem que a opinião pública constrói a seu respeito, pela avaliação de especialistas (acadêmicos ou da imprensa), ou a partir das declarações dos próprios partidos.¹³

Uma das opções é identificar a posição dos partidos conforme a imagem que a opinião pública faz deles. Este recurso já foi usado por Lima Jr. (1993) para classificar os partidos no eixo esquerda-direita e por Singer (2002) para discutir o papel das noções de esquerda e direita nas decisões do eleitorado.

Há sem dúvida um problema em tomar a classificação dos eleitores como indicador da real posição do partido. Segundo Budge (2000; Budge, Volkens *et al.*, 2001), as percepções eleitorais a respeito dos partidos políticos deveriam ser tomadas como variável dependente que pode ou não coincidir com a tentativa do partido de definir sua própria posição.

O julgamento de especialistas, por sua vez, tem sido empregado na ciência política para definir as posições dos partidos no eixo esquerda-direita desde que esta dimensão passou a ser considerada crucial nas análises comparadas. A localização dos partidos no eixo esquerda-direita tornou-se fundamental tanto para a análises que procuravam pelos determinantes políticos dos resultados em políticas públicas (Castles e Mckinlay, 1979) quanto para a elaboração de tipologias de sistemas partidários (Sartori, 1982), sem falar na sua utilidade no estudo da competição eleitoral e das coalizões de governo.

Apesar das facilidades que o recurso a tais julgamentos de especialistas proporciona para a pesquisa comparada, a validade das medidas produzidas desta forma

¹² Esta definição diverge daquela de Janda et al. (1995), para quem a identidade de um partido político corresponde à imagem que os cidadãos fazem dele.

¹³ Uma discussão exaustiva de todas estas opções metodológicas e suas conseqüências substantivas pode ser encontrada em Benoit e Laver (2006).

é apenas aparente. Segundo Budge (2000), o problema estaria na indefinição de qual aspecto dos partidos é avaliado pelos especialistas. Por mais que os critérios sejam claramente definidos no questionário, não seria possível determinar o quê é levado em conta pelos especialistas no momento da avaliação. Se os julgamentos se basearem, em qualquer medida, em comportamentos dos partidos, estes mesmos julgamentos já não podem mais ser usados para explicar sua atuação em governos, por exemplo, que também é comportamento.

Mair (2001) compara alguns dos mais conhecidos *surveys* que já foram feitos com especialistas em vários países (Castles e Mair, 1984; Huber e Inglehart, 1995) e mostra como as classificações resultantes não coincidem, sugerindo problemas de validade e confiabilidade nestas medidas.

Estas mesmas críticas se aplicam igualmente às avaliações que a imprensa faz da posição dos partidos, e que já foi um recurso adotado para classificar os partidos brasileiros (Lamounier, 1989) e às classificações elaboradas a partir de fontes secundárias, através da compilação de avaliações feitas anteriormente por outros analistas, como fez Michael Coppedge (1997) em relação aos partidos na América Latina.¹⁴

Apesar de todas as críticas levantadas acima, o recurso ao julgamento por especialistas para mensurar posições políticas dos partidos continua sendo visto por alguns autores como a forma mais adequada de estimar tais posições. Benoit e Laver (2006) argumentam, a partir de críticas aos outros métodos de estimação, que posições políticas são conceitos abstratos que não podem ser observados diretamente. Portanto, qualquer método utilizado para estimá-las pode apenas apreender algumas de suas manifestações empíricas. Sendo assim, os autores sustentam que, entre as várias medidas alternativas, uma delas deve ser eleita como parâmetro em relação à qual a validade das demais deve ser testada. A avaliação de especialistas seria este padrão porque eles afinal são a referência do conhecimento científico acumulado na área. Os autores realizaram um extenso *survey* com especialistas entre 2002 e 2003, abrangendo 47 países, e classificaram 387 partidos em 37 diferentes dimensões políticas.

Outra possibilidade é classificar os partidos através de pesquisas de opinião com as elites partidárias. Através da aplicação de questionários aos parlamentares e da

¹⁴ Coppedge também submeteu a sua classificação ao crivo de especialistas nos países latino-americanos.

tabulação dos resultados, é possível determinar as posições políticas individuais e daí inferir a posição dos partidos. Este procedimento foi utilizado por Power (1998) para mapear o apoio no Congresso brasileiro às propostas de reforma do primeiro governo F. H. Cardoso, e por Kinzo e Braga (2003) para avaliar os posicionamentos dos deputados estaduais em todo o país, entre 2001 e 2002, na escala esquerda-direita.

A atuação parlamentar também pode indicar a posição de um partido. As posturas assumidas pelos membros de um dado partido na sua atuação parlamentar podem ser estimadas pela forma como votam ou pelo conteúdo das propostas legislativas que apresentam. Vários trabalhos já procederam à classificação dos partidos brasileiros pelas votações nominais dos seus parlamentares.

Uma das maneiras de fazer isso é através da comparação com alguma classificação preliminar e inequívoca. No trabalho de Figueiredo e Limongi (1999) os autores observam que o alinhamento ideológico emerge do resultado das votações, pois os líderes dos partidos encaminham votos semelhantes aos dos partidos adjacentes no contínuo ideológico definido a priori. O método *NOMINATE*¹⁵ também usa informação prévia para determinar as preferências individuais dos parlamentares a partir dos seus votos nominais, e já foi aplicado em alguns estudos sobre os parlamentares brasileiros. (Leoni, 2002; Roma, Muranaka *et al.*, 2003; Roma, 2004). Outra maneira é construir escalas a partir da classificação do conteúdo da matéria a ser votada, como o fez Kinzo (1990) com relação às votações na Assembléia Constituinte.

O conteúdo das propostas legislativas é mais uma opção de indicador. Amorim Neto e Santos (2002) classificam os projetos de lei, decretos legislativos e resoluções propostas pelos parlamentares brasileiros entre 1985 a 1999 conforme a abrangência e o assunto para testar a hipótese do paroquialismo.

As Propostas de Emenda à Constituição também fazem parte da atuação parlamentar e como tal dizem muito a respeito dos partidos dos seus autores. Entretanto, nesta tese as PECs são tomadas como variáveis dependentes e não como indicadores das

¹⁵ Trata-se de um procedimento computacional criado por Keith Poole e Howard Rosenthal para estimar pontos ideais multidimensionais e mensurar preferências individuais no Congresso americano. Citado e descrito em Roma (2004), Roma, Murnaka e Rodrigues (2003) e Leoni (2002).

preferências dos partidos. Aqui, as preferências políticas dos partidos serão procuradas no conteúdo dos seus manifestos¹⁶.

A identificação a partir das ênfases programáticas deve ser instrumental para a localização dos partidos no espaço de competição político de maneira mais eficiente que outros indicadores já propostos. O conteúdo da plataforma claramente constitui o corpo de preferências ou intenções do partido, enquanto percepções e julgamentos (de especialistas ou dos eleitores) são baseados em comportamentos. Isto equivale a dizer que a imagem que o partido produz a seu próprio respeito e publica nos seus documentos programáticos seria mais fiel à sua real identidade do que a imagem que os demais atores políticos ou analistas fazem dele.

No que se refere à localização dos partidos brasileiros na dimensão esquerda-direita, vários modos de mensuração já foram aplicados, conforme visto acima. O resultado é um razoável consenso quanto à localização do PT e PDT na esquerda, PMDB e PSDB no centro, e PDS/PPR/PPB/PP, PTB e PFL na direita. (Fernandes, 1995; Coppedge, 1997; Mainwaring, Meneguello *et al.*, 2000; Rodrigues, 2002).¹⁷

A identificação das identidades e perfis partidários pela sua posição unidimensional está vinculada a uma determinada concepção teórica acerca da competição partidária, qual seja, a teoria econômica da democracia (Downs, 1999), segundo a qual os partidos se movem ao longo do espectro ideológico formulando propostas de políticas para obter votos em busca dos quais se permitem mudar de posição.

Predominante na ciência política a respeito da competição partidária, esta perspectiva presume que os atores políticos nas democracias comportam-se racionalmente, de forma semelhante a agentes econômicos em um mercado, para atingir seus objetivos: o dos partidos é maximizar votos e se eleger, o do governo é maximizar apoio político e se reeleger, e o do eleitor é selecionar um governo cujas políticas maximizem seus benefícios. Nestas condições, os partidos formulariam políticas a fim de ganhar eleições, e não o contrário, ou seja, não disputam eleições com o objetivo de implementar políticas. (Downs, 1999)

¹⁶ Manifestos são os documentos programáticos em que os partidos elaboram suas propostas e defendem políticas. O mesmo que programas ou plataformas e diferente de discursos de campanha.

¹⁷ As classificações referidas estão disponíveis no anexo.

Os partidos teriam a possibilidade de dirigir seu apelo eleitoral a apenas um número limitado de grupos sociais, então cada partido formularia sua ideologia de forma a agradar àquela combinação específica de grupos sociais. Os partidos usariam o desenvolvimento de ideologias como recurso na disputa por votos e ficariam portanto obrigados a alguma honestidade e coerência na formulação de políticas ao longo do tempo. Entretanto, cada partido quer agradar a tantos eleitores quanto possível, portanto nenhum partido se prende a uma ideologia de modo rígido demais. A fixação às mesmas políticas diante da emergência de novas situações seria uma atitude irracional.

De acordo com a teoria downsiana, os partidos se posicionam em relação ao peso desejável da intervenção estatal na economia, entre a extremidade esquerda (controle governamental pleno) e a extremidade direita (mercado completamente livre). A posição assumida por cada partido poderia variar conforme a expectativa de preferência do eleitor mediano¹⁸, cujo voto os partidos almejam, ou seja, os partidos se movimentam na escala para ganhar eleitores. (Downs, 1999)

Em alternativa a esta concepção da competição partidária se coloca a *saliency theory*, originalmente desenvolvida por David Robertson (1976), segundo a qual os partidos competem enfatizando (ou seja, manipulando a proeminência de) diferentes questões mais do que pela tomada de diferentes posições sobre as mesmas questões.

O que se colocaria para o eleitorado seria uma escolha entre agendas políticas selecionadas, não entre políticas alternativas específicas dirigidas aos itens de uma agenda universal. Através da agregação de demandas em pacotes de políticas os partidos ofereceriam aos eleitores uma escolha e lhes delegariam a tarefa de decidir qual dos conjuntos de questões é mais importante, mais do que decidir o que especificamente fazer sobre qualquer dos conteúdos.

De acordo com este ponto de vista, os partidos, durante a campanha eleitoral, mais do que se contrapor às declarações dos seus adversários sobre as políticas defendidas, concentram atenção em outros temas nos quais consideram ter vantagens sobre seus competidores. O eleitorado teria diante de si não uma escolha entre respostas diferentes para os mesmos problemas, mas uma escolha entre questões diferentes a serem priorizadas pelo futuro governo, preocupações proeminentes em cada plataforma.

¹⁸ Trata-se do eleitor cujas preferências em relação à escala esquerda-direita se situam próximas do centro. Pressuposta uma distribuição normal do eleitorado num sistema não polarizado, este contingente seria o mais numeroso.

O pressuposto é de que as expectativas sobre quais políticas adotar em cada questão costumam ser comuns (todos os eleitores preferem baixar taxas, aumentar o bem-estar, etc.); haveria uma opinião majoritária sobre cada questão, e nenhuma necessidade de contrariá-la frontalmente. O que pode variar e termina por distinguir um partido do outro é o grau em que cada questão é mencionada. Cada partido escolheria enfatizar aquelas questões em que seu desempenho tem mais credibilidade.

De acordo com a perspectiva da *saliency theory*, enfim, as preferências políticas dos partidos são multidimensionais, e portanto sua mensuração não pode se limitar à aferição do seu posicionamento em uma única dimensão – a escala esquerda-direita. A própria concepção de um eixo ideológico a opor posições antagônicas faria menos sentido depois que partidos de esquerda e de direita no mundo inteiro amenizaram seus discursos e suas práticas, movendo-se em direção ao centro.

Em sociedades nas quais as questões distributivas baseadas em conflitos de classe já não são o foco das preocupações políticas, a emergência de questões pós-materialistas, como rivalidades étnicas, identidades nacionais e problemas ambientais, por exemplo, exige que os partidos busquem se distinguir uns dos outros, não mais apenas por um posicionamento unidimensional, já que as diferenças ideológicas estão menos nítidas. Para apresentar alternativas aos eleitores os partidos teriam então passado a se identificar com questões específicas, selecionando temas da agenda pública, e oferecendo esta seleção como agenda específica através das ênfases nos seus programas.

Por este motivo a *saliency theory* representa uma alternativa à perspectiva donwsiana e é por isso que as preferências partidárias mensuradas a partir dela não podem corresponder às posições ideológicas unidimensionais tradicionalmente aplicadas nos estudos que procuram efeitos das preferências partidárias.

Baseado na *saliency theory*, foi criado o programa MRG – *Manifesto Research Group*, do ECPR (*European Consortium for Political Research*), lançado em 1979, que resultou em um vasto banco de dados atualmente mantido pelo CMP – *Comparative Manifestoes Project*, em Berlim, além de uma série de outros projetos subsequentes e trabalhos de vários autores.

As proposições da *saliency theory* acerca da competição partidária têm sido objeto de extensas pesquisas, que envolvem a análise de conteúdo de manifestos de

partidos em vários países, além do desenvolvimento e aplicação de um esquema de categorias para codificação dos manifestos.¹⁹ A proeminência atribuída a cada categoria, que corresponde a cada questão política, é medida através da proporção de espaço textual dedicada a ela no manifesto. As questões enfatizadas nestes textos poderiam explicar desde as preferências dos eleitores até as prioridades orçamentárias dos governos. (Budge e Farlie, 1983)

O argumento de que a competição partidária se dá por diferentes ênfases programáticas encontra apoio nos dados: as análises empíricas feitas a partir dos dados do MRG revelam que os níveis em que os partidos colocam ênfase nas diferentes questões políticas distinguem-nos claramente uns dos outros e que as políticas prioritárias dos governos são consideravelmente previsíveis pelas agendas apresentadas pelos partidos. (Klingemann, Hofferbert *et al.*, 1994; Budge, Volkens *et al.*, 2001).

Os autores encontraram apoio para a aparentemente ingênua afirmação de que o que foi escrito nestes documentos antes das eleições ajuda a predizer as ações dos governos depois das eleições. A conclusão dos autores é de que os programas partidários permitem antecipar políticas (efeito agenda²⁰) e de que há evidência de considerável *accountability* política nas democracias modernas (efeito mandato²¹). (Klingemann, Hofferbert *et al.*, 1994; Budge, Volkens *et al.*, 2001)

O recurso às ênfases dos manifestos como indicadores da identidade política dos partidos, em alternativa ao discurso de campanha ou à forma como votam os seus parlamentares, pressupõe admitir que as posições assumidas pelos partidos são compostas por um elemento normativo (os seus propósitos últimos) e um elemento estratégico (as atitudes pragmáticas em função de conjunturas específicas) não necessariamente idênticos. Neste sentido, a prática parlamentar de um partido, por exemplo, não refletiria inteiramente a sua identidade e portanto não poderia ser tomada

¹⁹ 1018 manifestos de partidos em 19 democracias entre 1945 e 1983: resultados publicados em Budge, Robertson and Hearl (1987); Revisão, em 1992, das 54 categorias inicialmente elaboradas: Laver and Budge (1992); Pesquisa comparativa da relação entre manifestos e gastos governamentais em 10 democracias durante 40 anos no pós 2ª Guerra: Klingemann *et al.* (1994); Mapeamento de preferências políticas de partidos, eleitores e governos em 25 democracias entre 1945 e 1998: Budge *et al.* (2001). Ampliação da base de dados, passando a abranger países do Leste Europeu, OECD e União Européia: (Klingemann, 2006)

²⁰ Políticas dos governos podem ser previstas através da agenda produzida pela competição entre os diferentes partidos.

²¹ As políticas adotadas são mais congruentes com os programas dos partidos do governo do que com os partidos de oposição.

como seu único indicador, assim como também não o podem as promessas específicas de campanha.

Se a perspectiva da *saliency theory* estiver correta e se aplicar ao caso do Brasil, devemos encontrar diferenças significativas entre as ênfases programáticas dos partidos brasileiros. Esta é a primeira hipótese deste trabalho:

os temas que os diferentes partidos brasileiros priorizam nos seus documentos programáticos não são iguais, nem a diferença entre as ênfases é aleatória, pelo contrário, tais ênfases permitem identificá-los e distingui-los.

Assim, o conceito de identidade partidária será operacionalizado através do mapeamento das preferências expressas nos manifestos de cada partido, através da proporção de texto dedicada a cada questão. Esta mensuração será assunto do capítulo três.

Para além de descrever as preferências políticas dos partidos segundo suas ênfases programáticas, os resultados desta mensuração serão mobilizados como variável independente na explicação dos assuntos propostos para emendar a Constituição brasileira de 1988.

Considerando que as Propostas de Emenda Constitucional podem ser equiparadas, para efeito da análise, a políticas que seus autores defendem, se justifica o recurso à teoria sobre o efeito partidário sobre os seus conteúdos. Segundo tal teoria, o efeito partidário consiste no impacto da composição partidária dos governos sobre as políticas públicas adotadas. (Schmidt, 1996)

Mensuradas através da localização na dimensão esquerda-direita, as preferências políticas dos partidos poderiam explicar desde os gastos sociais (Castles, 1982; Hicks e Swank, 1992; Allan e Scruggs, 2004) até resultados macroeconômicos (Hibbs Jr., 1977; 1992; Alesina, Roubini *et al.*, 1997). O argumento é de que gastos sociais, que por sua vez afetam os resultados macroeconômicos, são medidas redistributivas e portanto são políticas preferidas por governos ocupados por partidos de esquerda, enquanto políticas de ajuste seriam preferidas por governos ocupados por partidos de centro e de direita. O pressuposto é de que tais preferências decorrem dos vínculos dos partidos com classes sociais: partidos de esquerda representam classes trabalhadoras e partidos de direita são identificados com proprietários e grupos sociais privilegiados.

No Brasil, o efeito das preferências partidárias sobre políticas ainda é pouco conhecido. Ribeiro (2005) mobilizou a composição partidária dos governos locais para explicar a provisão de políticas sociais nos municípios, e concluiu que o efeito partidário é apenas incremental.

O efeito das preferências políticas dos partidos ainda precisa ser mais estudado. Faltam análises que transponham os limites das medidas unidimensionais e análises que busquem relações entre tais preferências e a atividade legislativa. Esta pesquisa pretende contribuir para reduzir esta lacuna.

Assim, a segunda hipótese deste trabalho, a ser testada no capítulo 4 é que

as ênfases que os partidos atribuem a diferentes temas têm impacto significativo sobre o assunto da Constituição que seus parlamentares propõem alterar.

Entretanto, o desenho de pesquisa desta tese contém um viés que afeta o teste desta hipótese: trata-se da ausência de qualquer estimativa do *status quo* constitucional. O efeito desta omissão é que o impacto esperado da preferência partidária sobre o assunto das PECs pode ser subestimado dependendo do conteúdo anterior da Constituição. Por exemplo, se o tratamento conferido pela Constituição a um determinado tema é considerado satisfatório para um determinado partido, seus membros provavelmente não apresentarão PECs dirigidas a tal assunto, mesmo que coincida com suas ênfases programáticas. Para evitar este problema, seria conveniente classificar os dispositivos constitucionais, na sua redação anterior à PEC, conforme alguma escala que encontrasse correspondência com as categorias que medem as preferências dos partidos, como por exemplo, estatal x privatista, conservador x liberal, etc. Como um empreendimento desta monta está além do fôlego desta tese, fica apenas registrado o problema, amenizado pelo fato de que se trata de um viés contrário à hipótese levantada, ou seja, que reduz as chances de encontrar a relação que se espera entre ênfases programáticas e assunto das PECs. Neste sentido, qualquer resultado encontrado fica mais valorizado.

CAPÍTULO 2:

AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

O objeto desta tese é o conjunto de emendas constitucionais propostas por deputados e senadores desde 1988. Desde a sua promulgação até o encerramento da coleta de dados para esta dissertação (maio de 2006), a Constituição de 1988 já tinha sofrido 52 alterações²². Segundo Couto e Arantes (2002; 2004) a grande quantidade de emendas se explica pela natureza dos dispositivos presentes na Constituição promulgada em 1988: além de princípios e normas gerais, o texto constitucional estabelece também regras a respeito de políticas públicas em diversas áreas, por isso, sucessivos governos precisaram emendar a Constituição para poder implementar suas agendas.

Entretanto, não só governos, mas também muitos parlamentares, dos mais variados partidos, tentaram modificar dispositivos constitucionais. Tais propostas não podem ser atribuídas a necessidades de agenda dos governos, mas podem indicar preferências políticas dos seus autores. Além disso, as numerosas propostas que foram apresentadas (e arquivadas) revelam uma intensa atividade propositiva no nível constitucional.

O objetivo deste capítulo é apresentar o objeto de estudo e introduzir a discussão sobre as explicações para a variação dos temas visados nas propostas de emenda.

2.1. Quem propõe mudar e o quê – autoria e assunto das PECs

Propostas de Emenda à Constituição podem ser apresentadas pelo Executivo, por deputados federais ou senadores (subscritas por um terço dos seus pares) e pelas Assembléias Legislativas estaduais. Desde 1988 até 2005, foram apresentadas no

²² Emendas promulgadas até 19/05/2006, quando se encerrou a coleta de dados para esta dissertação.

Congresso 1976 PECs. Destas, mais de 90% são de autoria de deputados federais, como pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1: PECs apresentadas de 1988 a 2005, por proponente.

Proponente	N	%
Deputados Federais	1868	94,5
Executivo	55	2,8
Senadores	50	2,5
Comissões	3	0,2
Total	1976	100,0

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

Quanto ao conteúdo, as PECs apresentadas no período tiveram seu assunto classificado de acordo com o título e o capítulo da Constituição em que se localiza(m) o(s) artigo(s) que a PEC propunha alterar ou suprimir ou onde seria(m) inserido(s) o(s) artigo(s) que a PEC propunha criar. Todos os títulos da Constituição foram alvos de propostas de emenda.

Na sua grande maioria, cada PEC é dirigida a um tema específico e propõe alterações em um único artigo ou em artigos do mesmo capítulo da Constituição. As principais exceções são as PECs iniciadas pelo Executivo, que propunham reformas amplas, alterando vários dispositivos ao longo de todo o texto.

Em alguns casos em que a mesma PEC visava artigos de títulos diferentes, a classificação foi feita pela identificação do dispositivo mais crucial da proposta, através do recurso aos textos das ementas, explicações das ementas, indexação, justificativas dos autores na apresentação da proposta e pareceres apresentados nas comissões.²³

Os capítulos que atraíram mais propostas de emenda foram os da organização do poder legislativo (329 PECs) e o do sistema tributário nacional (197 PECs). A distribuição do conjunto total das propostas pelos tópicos da Constituição está na Tabela 2.

²³ Todas estas informações estão acessíveis através do Portal da Câmara dos Deputados, no módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>) ou no módulo pesquisa em publicações oficiais / Diários (<http://www2.camara.gov.br/publicacoes>).

Tabela 2: PECs apresentadas de 1988 a 2005, por título e capítulo visados.

Título			Capítulo		
	N	%		N	%
Princ. Fundam.	7	0,4	princípios fundamentais	7	0,4
Direitos e garantias fundamentais	265	13,4	dir. e dev. individuais e coletivos	59	3,0
			direitos sociais	77	3,9
			nacionalidade	12	0,6
			direitos políticos	108	5,5
			partidos políticos	9	0,5
Organização do Estado	231	11,7	organiz. político-administrativa	16	0,8
			da união	35	1,8
			estados federados	11	0,6
			municípios	67	3,4
			distrito federal e dos territórios	1	0,1
			intervenção	3	0,2
			administração pública	98	5,0
Organização dos poderes	539	27,3	poder legislativo	329	16,6
			poder executivo	65	3,3
			poder judiciário	120	6,1
			funções essenciais à justiça	21	1,1
			funcion. do legisl. e do judiciário	2	0,1
			relações executivo-legislativo	2	0,1
Def. do Est. e instit. dem.	109	5,5	forças armadas	29	1,5
			segurança pública	80	4,0
Tributação e orçamento	233	11,8	sistema tributário nacional	197	10,0
			finanças públicas	36	1,8
Ordem econômica e financeira	64	3,2	princ. gerais da ativ. econômica	27	1,4
			política urbana	9	0,5
			pol. agr. e fund. e reforma agrária	16	0,8
			sistema financeiro nacional	12	0,6
Ordem social	291	14,7	seguridade social	65	3,3
			educação, cultura e desporto	89	4,5
			ciência e tecnologia	2	0,1
			comunicação social	19	1,0
			meio ambiente	21	1,1
			família, criança, adolesc. e idoso	65	3,3
			dos índios	27	1,4
habitação de interesse social	3	0,2			
Disp. constit. gerais	80	4	geral	48	2,4
			disp. ref. a dif. poderes ou níveis	32	1,6
ADCT	157	7,9	disposições transitórias	157	7,9
Total	1976	100	Total	1976	100,0

Elaboração própria. Fonte dos dados brutos: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

A Tabela 2 acima mostra uma grande variação nos tópicos enfocados nas PECs, ou seja, nas preferências temáticas dos seus autores. A primeira e principal questão que se pretende responder neste momento é o motivo que leva alguns legisladores a privilegiarem determinados assuntos nas suas emendas e outros a privilegiarem outros assuntos.

2.2. As propostas do Executivo

As PECs apresentadas pelo Executivo se dirigem a quase todos os títulos da Constituição, exceto o primeiro, dos Princípios Fundamentais. A maior parte (20%) das PECs originadas no Executivo se dirigem ao título da Tributação e Orçamento, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3: PECs apresentadas pelo Executivo, de 1988 a 2005, por assunto.

Assunto (Título da Constituição visado na PEC)	N	%
Tributação e Orçamento	11	20,0
Organização do Estado	10	18,2
Organização dos Poderes	9	16,4
Ordem Social	9	16,4
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	6	10,9
Ordem Econômica e Financeira	5	9,1
Direitos e Garantias Fundamentais	2	3,6
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	2	3,6
Disposições Constitucionais Gerais	1	1,8
Total	55	100

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

Entretanto, esta predominância do título da Tributação e Orçamento entre as PECs do Executivo não se repete em todos os governos do período, que diferem uns dos outros nos assuntos que privilegiam, como pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4: Porcentagem de PECs do Executivo, apresentadas de 1988 a 2005, por assunto (título da Constituição visado) e governo.

Assunto (Título da Constituição visado na PEC)	Governo que apresentou a PEC					
	Collor	Itamar Franco	FHC 1	FHC 2	Lula 1*	Total
ADC Transitórias			7,4	36,4		10,9
Dir. Gar. Fundam.			3,7		12,5	3,6
Org. do Estado	16,7	66,7	18,5	18,2		18,2
Org. dos Poderes	16,7		22,2	18,2		16,4
Def. Est. Inst. Democr.			7,4			3,6
Tribut. e Orçamento	16,7	33,3	7,4	18,2	62,5	20,0
Ord. Econ. e Financ.	33,3		11,1			9,1
Ordem Social	16,7		22,2		25,0	16,4
Disp. Constit. Gerais				9,1		1,8
Total (%)	100	100	100	100	100	100
(n)	(6)	(3)	(27)	(11)	(8)	(55)

*Até 2005.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

Cada governo priorizou um assunto diferente nas suas propostas de emenda:

- As PECs de autoria do executivo durante o governo Collor atingem cinco títulos da Constituição, abrangendo ajuste fiscal, abertura ao capital estrangeiro, redução de monopólios estatais, privatizações e concessão de serviços públicos. Todas estas reformas, inicialmente reunidas em uma única proposta (que ficou conhecida como o “emendão”) foram desmembradas em cinco PECs diferentes.

- O governo Itamar Franco dirigiu duas das suas três PECs ao título da Organização do Estado, com emendas a respeito da remuneração de servidores civis e militares. A terceira PEC criava o Fundo Social de Emergência.

- O primeiro governo Fernando Henrique dividiu sua ênfase entre os títulos da Organização dos Poderes (com a reforma administrativa, reforma sindical, criação do

ministério da defesa, competência para propor reformas na previdência, julgamentos de crimes contra direitos humanos e juizados especiais na justiça federal) e da Ordem Social (reforma da previdência e seus desdobramentos, criação do Fundef, autonomia universitária e trabalho infantil). Além disso, também dedicou cinco das suas 27 PECs ao título da Organização do Estado, com propostas a respeito de privatizações, reforma administrativa e criação de municípios.

- O segundo governo Fernando Henrique dirigiu quatro das suas onze PECs ao Ato das Disposições Transitórias, entre elas a que estabeleceu a desvinculação dos recursos da União e a que prorrogou a CPMF até 2004.

- O governo Lula, até 2005, dirigiu cinco das suas oito PECs ao título da Tributação e Orçamento, com a reforma tributária e seus desdobramentos, além da reforma sindical, reforma da previdência e criação do FUNDEB.

2.3. As propostas dos deputados

O conteúdo das propostas apresentadas pelos deputados federais pode fornecer um mapeamento dos temas e das questões que são alvo privilegiado da atenção dos parlamentares no que se refere às normas fundamentais do país, objeto da Constituição. Se, por sua vez, este conteúdo pode ser apreendido através dos tópicos visados nas PECs apresentadas, temos então um quadro das suas preferências políticas em termos de ênfases temáticas.

A discussão teórica a respeito de como identificar preferências políticas dos partidos já foi objeto do capítulo anterior, mas neste ponto é possível sugerir as ênfases temáticas na atividade legislativa constitucional como uma variável que distingue os partidos brasileiros entre si. Para isso, passemos à descrição da relação entre os assuntos enfocados nas PECs e os partidos dos seus autores.

A primeira característica que chama a atenção nas PECs apresentadas por deputados federais é a variedade: todos os títulos, sem exceção, e praticamente todos os capítulos da Constituição foram objeto de alguma proposta de emenda.

Diferente das propostas do Executivo, as PECs dos deputados se concentram mais nos dispositivos referentes à organização dos poderes (título IV da Constituição), com cerca de 28% do total²⁴. O título da Constituição que foi menos visado nas propostas de emendas dos deputados foi o título I, dos princípios fundamentais.

A baixa proporção de PECs dirigidas a este título é compreensível, dada a natureza essencial dos dispositivos que ele contém, tais como a determinação das instituições básicas do país e o estabelecimento de valores a serem defendidos. Da mesma forma é compreensível que temas da Organização dos Poderes despertem interesse dos deputados, por afetarem diretamente a sua atividade legislativa. Estes dados podem ser verificados na Tabela 5.

Tabela 5: PECs apresentadas pelos deputados federais, de 1988 a 2005, por assunto.

Assunto (Título da Constituição visado na PEC)	N	%
Organização dos Poderes	517	27,7
Ordem Social	276	14,8
Direitos e Garantias Fundamentais	257	13,8
Tributação e Orçamento	215	11,5
Organização do Estado	214	11,5
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	143	7,7
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas	105	5,6
Disposições Constitucionais Gerais	77	4,1
Ordem Econômica e Financeira	57	3,1
Princípios Fundamentais	7	0,4
Total	1868	100

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

²⁴ Destas, 320 propostas foram dirigidas ao capítulo sobre a organização do poder legislativo.

Entre os capítulos do título da organização dos poderes, o que recebeu mais propostas de emenda dos deputados foi o relativo à organização do Poder Legislativo, como pode ser visto na Tabela 6.

Tabela 6: PECs de Deputados Federais, referentes a dispositivos do título Organização dos Poderes, por tópico.

Tópico	N	%
Poder Legislativo	320	61,9
Poder Judiciário	111	21,5
Poder Executivo	64	12,4
Funções Essenciais à Justiça	20	3,9
Funcionamento do legislativo e do judiciário*	2	0,4
Total	517	100

*Esta categoria não corresponde a nenhum capítulo; foi criada para classificar as duas PECs cujos tópicos abrangiam a organização destes dois poderes.

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

A preferência pelo título da organização dos poderes é comum à maioria dos partidos, mas a proporção de PECs dedicadas a cada título varia entre os diferentes partidos, como mostra a Tabela 7.

Tabela 7: Porcentagem de PECs de Deputados Federais, apresentadas de 1988 a 2005, por assunto (título da Constituição visado) e partido do autor.

Partido	PMDB	PFL	PSDB	PT	PP ²⁵	PDT	PTB	PL	PSB	PPS ²⁶	PP ²⁷	PCdoB	PTC ²⁸	s/part. + ñ id.	PSC	PV	PSDC ²⁹	PSL	PRP	PTN	PMN	PSD	PST	PHS ³⁰	PRONA	PTdoB	TOTAL
ADCT	8,0	8,5	10,1	3,0	7,1	6,8	6,8	7,2	13,3	15,2	3,3		10,0				33,3	25,0							100,0		7,7
I	0,3		0,4	1,3	0,4								10,0														0,4
II	14,8	15,9	13,6	13,7	13,7	17,3	9,4	13,4	6,7	6,5	26,7	11,5	20,0		12,5	28,6									100,0		13,8
III	14,1	8,9	11,2	12,9	9,7	10,5	13,7	7,2	13,3	10,9	13,3	23,1	10,0	11,1					33,3		50,0						11,5
IV	21,5	29,1	25,2	35,2	33,2	23,3	27,4	22,7	37,3	26,1	20,0	30,8		55,6	12,5	28,6	16,7	50,0	33,3		50,0	50,0					27,7
V	6,1	6,6	7,0	3,4	5,3	7,5	4,3	4,1	8,0	4,3	3,3	3,8								100,0							5,6
VI	12,9	10,1	12,4	7,3	9,3	12,8	19,7	12,4	8,0	15,2	6,7	3,8	40,0	11,1	25,0	14,3	16,7						50,0	100,0			11,5
VII	3,5	2,7	2,3	3,9	4,0	5,3	2,6	1,0	1,3	2,2		3,8		11,1													3,1
VIII	16,7	13,2	12,0	14,2	11,9	13,5	12,0	26,8	10,7	19,6	20,0	19,2	10,0	11,1	50,0	28,6	16,7	25,0	33,3			50,0	50,0				14,8
IX	1,9	5,0	5,8	5,2	5,3	3,0	4,3	5,2	1,3		6,7	3,8					16,7										4,1
Total (%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
(n)	(311)	(258)	(258)	(233)	(226)	(133)	(117)	(97)	(75)	(46)	(30)	(26)	(10)	(9)	(8)	(7)	(6)	(4)	(3)	(2)	(2)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1868)

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

²⁵ Trata-se do mesmo partido criado na reforma de 1979 com o nome de PDS, e que em 1993 passou a chamar-se PPR, em 1995 mudou a sigla para PPB e em 2003 passou a chamar-se PP. Deste ponto em diante a sigla PP será usada para designar a sucessão PDS/PPR/PPB/PP.

²⁶ Trata-se do mesmo partido que de 1987 a 1991 chamava-se PCB.

²⁷ Trata-se do mesmo partido que até 1993 chamava-se PTR e que funcionou com a sigla PP até 1995. Esta é a única referência a este PP nesta tese. Deste ponto em diante qualquer menção à sigla PP refere-se ao PDS/PPR/PPB/PP.

²⁸ Trata-se do mesmo partido que de 1985 a 1989 chamava-se PJ, e PRN de 1990 a 2000.

²⁹ Trata-se do mesmo partido que havia funcionado de 1985 a 1993 com o nome de PDC e em 1995 se reorganizou com nova sigla.

³⁰ Trata-se do mesmo partido que de 1995 a 1997 chamou-se PSN.

Teste de associação para a Tabela 7:

χ^2 :			
	Valor	graus de liberdade	Significância
Pearson Chi-Square	273,9331 ^a	225	0,014

a) 180 células (69,2%) têm frequência esperada menor que 5. A frequência mínima esperada é 0,00.

A variação nas porcentagens mostrada na Tabela 7 sugere a ocorrência de alguma associação entre o partido ao qual pertence o deputado e o título da constituição que as PECs de sua autoria propõem modificar. Mais especificamente, chama atenção a porcentagem de suas PECs que os deputados do PT e do PSB apresentaram ao título IV (da Organização dos Poderes): 35% e 37% respectivamente, em contraste com a média geral de 27,7%.

Entretanto, a significância desta associação não pode ser verificada através do teste de Qui-quadrado porque, apesar de a amostra ser grande, há vários cruzamentos vazios (nem todos os partidos apresentaram PECs para todos os assuntos).

Por este motivo, a alternativa utilizada aqui é a medida Lambda, que calcula em quanto pode ser reduzido o erro na predição de uma variável pelo conhecimento do valor de outra. (Shively, 1980) O valor de Lambda pode variar de 0 (situação em que o conhecimento de uma das variáveis não informa nada sobre a outra) até 1 (situação em que o conhecimento de uma das variáveis sempre permite prever a outra).

Resultado da medida Lambda para a Tabela 7:

		Valor	Significância Aproximada
Lambda	Simétrico	0,016	0,008
	Variável dependente: Assunto	0,015	0,033

O resultado indica que as matérias que os deputados propõem alterar na constituição estão minimamente associadas ao partido do seu autor. (Apesar do pequeno valor da medida Lambda, a associação é estatisticamente significativa.)

Uma análise dos resíduos ajustados da Tabela 7 aponta em quais títulos os deputados de determinados partidos apresentaram significativamente mais ou menos emendas do que seria de se esperar caso o assunto das propostas fosse aleatório ou independente do partido do seu autor.

A análise de resíduos é um recurso que permite identificar em que categorias das variáveis analisadas na tabela ocorre a relação indicada pelo teste de associação, distinguindo as frequências elevadas (em números absolutos ou mesmo em porcentagens) daquelas estatisticamente significativas. Os resíduos são a diferença entre a frequência observada e a esperada, medida em unidades de desvio padrão, para cada célula (cruzamento das duas variáveis). Os valores dos resíduos têm uma probabilidade de ocorrência: por exemplo, resíduos padronizados superiores a 1,96 ou inferiores a -1,96, têm probabilidade menor ou igual a 5%. Esta probabilidade permite estabelecer a significância estatística e identificar a origem da associação entre as variáveis. A interpretação é de que resíduos maiores que 1,96, por terem uma probabilidade muito pequena de ocorrer no caso da hipótese nula de não associação (0,05), indicam a presença de uma relação não aleatória. A análise de resíduos da tabela 7 (disponível no apêndice) revela o seguinte:

- deputados do PP³¹ enfocaram mais o título da Organização dos Poderes;
- deputados do PT enfocaram mais os títulos dos Princípios Fundamentais e da Organização dos Poderes, e menos o título da Tributação e Orçamento e o Ato das Disposições Transitórias;
- deputados do PTB enfocaram mais o título da Tributação e Orçamento;
- deputados do PMDB enfocaram menos os títulos da Organização dos Poderes e das Disposições Gerais;
- deputados do PDC/PSDC enfocaram mais o Ato das Disposições Transitórias;
- deputados do PSC enfocaram mais o título da Ordem Social;
- deputados do PTN enfocaram mais o título da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas;
- deputados do PL enfocaram mais o título da Ordem Social;
- deputados do PTR/PP³² enfocaram mais o título dos Direitos e Garantias Fundamentais;
- deputados do PHS enfocaram mais o título da Tributação e Orçamento;

³¹ Trata-se do mesmo partido criado na reforma de 1979 com o nome de PDS, e que em 1993 passou a chamar-se PPR, em 1995 mudou a sigla para PPB e em 2003 passou a chamar-se PP.

³² Trata-se do mesmo partido que até 1993 chamava-se PTR e que funcionou até 1995 com a sigla PP.

- deputados do PTC enfocaram mais os títulos dos Princípios Fundamentais e da Tributação e Orçamento e menos o título da Organização dos Poderes;

- deputados do PRONA enfocaram mais o Ato das Disposições Transitórias;

- deputados do PTdoB enfocaram mais o título dos Direitos e Garantias Fundamentais.

O mesmo teste de associação, se feito pelo cruzamento dos partidos com os capítulos da Constituição alterados (ou seja, num nível mais detalhado) resulta também significativo:³³

		Valor	Significância Aproximada
Lambda	Simétrico	0,033	0,000
	Variável dependente: Tópico	0,021	0,000

A discussão que se pretende introduzir com o exame dos dados acima é: existe relação entre o partido a que o deputado pertence e o assunto que ele visa na sua atuação legislativa constitucional?

Esta questão é sugerida pela literatura sobre o impacto dos partidos sobre políticas públicas (Hibbs Jr., 1977; Castles, 1982; Hicks e Swank, 1992; Schmidt, 1996). O argumento sustentado nesta literatura, já apresentado e discutido no capítulo anterior, pressupõe a validade da dimensão ideológica esquerda-direita como a variável que distingue os partidos entre si.

A teoria sobre a importância do efeito partidário pode ser mobilizada para justificar a hipótese de relação entre estas duas variáveis, apesar de se referir principalmente à implementação de políticas públicas e não à mudança institucional. Assim, propostas apresentadas por membros de partidos de esquerda teriam um teor diferente daquelas propostas de membros de partidos de direita.

Apesar do debate a respeito da institucionalização e consistência do sistema partidário brasileiro, a ordenação dos partidos no eixo esquerda-direita não costuma ser objeto de grandes controvérsias e geralmente os analistas concordam com a

³³ A tabela referente a este teste não está reproduzida aqui por ser muito grande: teria as 28 colunas (partidos dos autores) por 40 linhas (capítulos da Constituição).

classificação que coloca o PP, o PTB e o PFL na direita, o PMDB e o PSDB no centro e o PPS, PCdoB, PDT, PT e PSB na esquerda.³⁴

Assim, se esta classificação ideológica dos partidos estiver correta e se a dimensão ideológica afeta as iniciativas dos deputados, devemos encontrar alguma associação entre as variáveis *assunto* e *orientação ideológica* do partido do autor.

A Tabela 8 mostra que não é isso que ocorre: a associação antes verificada entre partido e título visado nas PECs desaparece quando se agrupa os partidos conforme a orientação ideológica:

Tabela 8: Porcentagem de PECs de Deputados Federais, apresentadas de 1988 a 2005, por assunto (título da Constituição visado) e orientação ideológica do partido do autor.

Assunto (Título da Constituição visado na PEC)	Orientação ideológica do partido do autor				Total
	Não Identificada ³⁵	Centro	Direita	Esquerda	
ADC Transitórias		9,0	7,7	6,3	7,7
Def. Est. Instit. Democr.	15,4	6,5	5,1	5,2	5,6
Dir. e Garantias Fundam.	7,7	14,2	14,0	13,0	13,8
Disp. Constit. Gerais		3,7	5,0	3,4	,1
Ord. Econ. e Financeira	7,7	3,0	2,6	3,6	3,1
Ordem Social	7,7	14,6	15,3	14,4	14,8
Organização do Estado	7,7	12,8	9,7	12,6	11,5
Organização dos Poderes	38,5	23,2	28,3	31,4	27,7
Princípios Fundamentais		0,4	0,3	0,6	0,4
Tributação e Orçamento	15,4	12,7	12,0	9,4	11,5
Total (%)	100	100	100	100	100
(n)	(13)	(569)	(764)	(522)	(1868)

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

χ^2 :	Valor	graus de liberdade	Significância
Pearson Chi-Square	22,226 ^a	27	0,399

a) 13 células (32,5%) têm frequência esperada menor que 5. A frequência esperada mínima é 0,05.

³⁴ Ver as classificações de Coppedge (1997), Fernandes (1995), Mainwaring et al. (2000), e Rodrigues (2002), relacionadas no apêndice.

³⁵ PTN, PSN/PHS e PTdoB não constam de nenhuma das classificações citadas acima.

		Valor	Significância Aproximada.
Lambda	Simétrico	0,000	0,655
	Variável dependente: Assunto	0,000	,*

*Não pode ser computado.

Se os assuntos das PECs estão relacionados aos partidos dos autores, mas independem dos blocos ideológicos, é plausível suspeitar que alguma outra característica própria de cada partido, para além do bloco ideológico, seria responsável por esta relação.

Uma mensuração alternativa das preferências partidárias, através das ênfases programáticas dos partidos, conforme a explicação oferecida pela *saliency theory*, parece uma opção promissora. Esta é a tarefa do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3:

OS PARTIDOS SEGUNDO SEUS MANIFESTOS

Conforme a perspectiva da teoria das ênfases programáticas, exposta no capítulo anterior, os partidos se diferenciam uns dos outros pelas ênfases que conferem a diferentes questões. O objetivo deste capítulo é verificar se isso ocorre com os partidos brasileiros.

Para isso, foram selecionados os sete partidos responsáveis por 80% das propostas de emenda constitucional apresentadas de 1988 a 2005: PP³⁶, PDT, PT, PTB, PMDB, PFL e PSDB. A Tabela 9 mostra o número de PECs apresentada pelos partidos.

Tabela 9: PECs apresentadas por parlamentares dos principais partidos

Partido	N	%
PMDB	322	16,3
PFL	272	13,8
PSDB	268	13,6
PT	236	11,9
PP ³⁷	228	11,5
PDT	136	6,9
PTB	118	6,0
outros ³⁸	396	20,0
Total	1976	100,0

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados, módulo pesquisa de proposições (<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes>).

³⁶ Apesar das várias mudanças na sigla e da incorporação de outros partidos menores ao longo do período estudado, trata-se do mesmo partido que já se chamou PDS, PPR e PPB, registrado no Tribunal Superior Eleitoral sob o número 11.

³⁷ Trata-se do mesmo partido criado na reforma de 1979 com o nome de PDS, e que em 1993 passou a chamar-se PPR, em 1995 mudou a sigla para PPB e em 2003 passou a chamar-se PP.

³⁸ Inclui 55 PECs do Executivo, 3 de Comissões, 9 de autores cujos partidos não foram identificados e 329 PECs de parlamentares de 19 outros partidos.

A mensuração das ênfases programáticas dos partidos foi feita através da análise de conteúdo dos seus manifestos. Estes documentos, por exigência da Lei 9.096 de 1995, devem ser registrados e publicados para que o partido obtenha seu registro junto ao Tribunal Superior Eleitoral.

Todos os sete partidos analisados mantêm *sites* na internet onde disponibilizam seus documentos programáticos. Em alguns casos a fonte eletrônica contém também documentos históricos e versões anteriores dos programas, pois todos os partidos analisados alteraram seus programas pelo menos uma vez desde sua fundação. Em outros casos, quando as versões anteriores não estavam disponíveis nos *sites*, elas foram recuperadas na última edição do trabalho de Vamireh Chacon (1998) sobre a história dos partidos políticos brasileiros. Assim, o conjunto de documentos analisados foi o seguinte:

Quadro 1: Lista dos documentos programáticos analisados.

Documento	Fonte
PDS 1979	Chacon (1998)
PPB 1995 (manifesto e programa)	Chacon (1998)
PP (s/d ³⁹) (Manifesto e Programa)	www.pp.org.br
PDT 1980	Chacon (1998)
PDT 1994	www.pdt.org.br
PT 1980 (manifesto e programa)	Chacon (1998)
PT 1990 Resolução: “O socialismo petista”	www.pt.org.br
PTB 1979	Chacon (1998)
PTB 2001	www.camara.gov.br/lid.ptb ⁴⁰
PMDB 1981	Chacon (1998)
PMDB 1994	www.pmdb.org.br
PFL 1984 (manifesto)	Chacon (1998)
PFL1985 (programa)	Chacon (1998)
PFL 1986 (Carta Compromisso)	Tarouco (1999).
PFL 1995	PFL (1996).
PFL 2005	www.pfl.org.br
PSDB 1988 (manifesto e programa)	www.psdb.org.br
PSDB 2001	www.psdb.org.br

³⁹ Este texto está divulgado sem data, e neste trabalho será considerado em vigor a partir de 2003, quando a sigla PP foi adotada.

⁴⁰ No momento da coleta de dados, o PTB era o único partido, entre os estudados, que não dispunha de um site próprio. Seu programa e estatuto estavam disponíveis no portal da câmara dos deputados. Atualmente, quando esta tese está sendo concluída, o PTB já dispõe de um site (www.ptb.org.br), onde é possível obter o programa, entretanto em versão reduzida, sem o texto introdutório da versão obtida através do portal da Câmara. O texto disponível no novo site do partido corresponde, na versão completa, à seção com o subtítulo de “Diretrizes”.

3.1. O método de análise de conteúdo

Análise de conteúdo é um método de tratamento quantitativo para dados qualitativos, e consiste basicamente em classificar uma grande quantidade de unidades de texto (palavras, expressões, frases, em que um texto original é segmentado)⁴¹ em categorias segundo seu significado para, a partir da sua quantificação, produzir inferências válidas para o texto original.

A qualidade das inferências assim obtidas depende da validade das variáveis geradas na classificação e da confiabilidade do procedimento de mensuração. Uma análise está mais próxima da primeira condição quanto mais efetivamente as categorias elaboradas para classificar as unidades de texto representam os conceitos que se pretende mensurar. A segunda condição está tanto mais satisfeita quanto mais semelhantes são os resultados obtidos por pessoas diferentes procedendo à mesma codificação, ou pelo mesmo analista em momentos distintos no tempo.

Esta técnica vem sendo usada em várias áreas em que se necessita sumarizar mensagens. Na psicolinguística, é aplicada para analisar relações entre mensagens e características de seus usuários; no estudo de literatura, para auxiliar na identificação de autoria. Pesquisas na área de comunicação recorrem à análise de conteúdo desde a década de 1930 nos Estados Unidos para identificar a importância que os jornais atribuem a diferentes temas. Estudos sobre propaganda e opinião pública impulsionaram o uso da análise de conteúdo nas ciências sociais a partir da segunda guerra. Em qualquer caso, o pressuposto é de que a medida da presença de uma dada categoria reflete a importância conferida a ela num dado texto.

Uma das áreas em que a análise de conteúdo tem sido largamente utilizada é o estudo de conflitos internacionais, onde é aplicada para estudar objetivos, ideologias e condições dos autores. No caso dos documentos sobre conflitos internacionais o autor é o país, na pessoa do seu *decision-maker*, e as categorias de análise correspondem às

⁴¹ Textos incluem, além de documentos escritos, mensagens comunicadas através de vários meios e linguagens.

suas percepções a respeito do contexto, do adversário, do objeto do conflito, das condições, das avaliações etc. (North, Holsti *et al.*, 1963)

A atividade política gera um grande volume de dados contidos em discursos de campanha, pronunciamentos de políticos, projetos legislativos, documentos oficiais, enfim, em textos em geral, nas mais variadas formas, cuja análise é imensamente promissora para o conhecimento da Ciência Política. Um estudo clássico nesta área é o de Lasswell (1979) que em 1927 inaugura não só uma tradição de análises quantitativas de textos políticos mas também as discussões sobre validade e confiabilidade do novo método.⁴²

Outro exemplo da aplicação da técnica de análise de conteúdo é a análise das campanhas eleitorais. No Brasil, Carvalho (1994) analisou o conteúdo das campanhas eleitorais de TV para as eleições de 1989 para identificar o efeito das pesquisas de intenção de voto e Mendes (2004) fez a análise qualitativa do horário eleitoral na televisão de 1989 a 2002 para identificar as alterações no discurso do candidato Lula à presidência. O Doxa – Laboratório de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública do IUPERJ - faz o acompanhamento sistemático de campanhas eleitorais, mensurando a cobertura jornalística de candidatos.⁴³

No nível internacional, a principal referência em análise de conteúdo na Ciência Política é o *CMP - Comparative Manifesto Project*, que reúne uma vasta base de dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países desde o pós-guerra, estimadas a partir das suas ênfases programáticas. Inicialmente reunidos no MRG - *Manifesto Research Group*, vinculado ao *European Consortium for Political Research*, pesquisadores de vários países vêm desde os anos 80 mapeando preferências políticas de partidos através da análise de conteúdo de seus programas. (Klingemann, Hofferbert *et al.*, 1994; Budge, 1999; Budge, Volkens *et al.*, 2001; Laver, 2001; Bara e Weale, 2006).⁴⁴

⁴² Esta obra de Lasswell, publicada em meio à guerra fria, se insere em um projeto da Biblioteca do Congresso Americano para analisar conteúdos veiculados publicamente e detectar a presença de propaganda nazista e comunista nos meios de comunicação.

⁴³ Um exemplo de trabalho em que a ausência de uma técnica sistemática de análise de conteúdo compromete a objetividade e limita o alcance das conclusões é o livro de Oswaldo Amaral (2003). O conjunto de programas de governo das candidaturas Lula de 1989 a 2002 é tomado como representativo do programa petista e descrito com o auxílio apenas de interpretações anteriores de outros autores, sem nenhum critério metodológico que oriente a comparação entre os conteúdos.

⁴⁴ A abordagem e as técnicas desenvolvidas no âmbito do CMP são a referência metodológica desta tese, e serão detalhadas mais adiante.

A análise de conteúdo de um texto pode ser empreendida com objetivos exploratórios ou para testar teorias. No primeiro caso, espera-se que as categorias emerjam do próprio texto a partir de uma aproximação preliminar⁴⁵. No segundo caso, um esquema de categorias é elaborado previamente a partir de alguma teoria, e cada unidade do texto é então classificada.⁴⁶ Em ambos os casos, o resultado é uma quantificação das categorias, que pode ser feita manualmente ou com auxílio de programas de computador.

Atualmente existem vários programas de computador que automatizam a análise de conteúdo,⁴⁷ reduzindo o tempo e o esforço necessários no procedimento manual, além de garantir total confiabilidade do procedimento. A maioria destes programas trabalha com dicionários, que consistem em listas de palavras ou expressões relevantes para o tema em estudo. Tais listas são preparadas pelo analista, seja após um levantamento geral de frequências ou segundo categorias definidas previamente segundo alguma teoria. O computador então compara os textos com os dicionários, e contabiliza as ocorrências.

A interpretação das frequências resultantes é tarefa do analista, que precisa levar em conta as limitações deste tipo de operacionalização. North et al. (1963) alertam para as desvantagens da análise automatizada com o seguinte exemplo: a frase “*We hate war and violence*” contém 3 palavras que facilmente seriam incluídas em dicionários de indicativos da variável hostilidade. Uma quantificação automática de palavras neste caso forneceria ao analista a informação errada, já que o significado no contexto é exatamente o oposto. Weber (1990) aponta outro problema que afeta a validade da análise de conteúdo computadorizada quando o sistema utilizado não distingue significados diferentes da mesma palavra. Seu exemplo é a palavra “*mine*”, que pode ser usada como substantivo (mina), verbo (extrair, minerar) ou como pronome possessivo (meu). Uma análise baseada na mera contagem das ocorrências desta palavra comprometeria a validade semântica de uma classificação.

⁴⁵ Em análises exploratórias pode ser muito útil associar a análise fatorial para identificar conteúdos latentes.

⁴⁶ Em pesquisas desenhadas para testar hipóteses, a análise de conteúdo é usada apenas como instrumento para mensurar uma das variáveis, como é o caso desta tese. Nestes casos, vem geralmente acompanhada do recurso a outros métodos que buscam estabelecer as relações entre os fenômenos acessados pela análise de conteúdo e outras variáveis, como suas causas ou efeitos, por exemplo.

⁴⁷ Neuendorf (2002) apresenta uma lista de softwares de análise de conteúdo, com uma descrição de cada um deles inclusive quanto à acessibilidade (págs. 226-235). Há também um programa em português cujas versões de demonstração estão disponíveis através do site www.sphinxbrasil.com.

Uma opção de análise computadorizada alternativa, que não usa dicionários, é o método *Wordscore*, proposto por Laver et al. (2003). Neste caso, é preciso dispor de um texto de referência, cujo conteúdo seja indiscutivelmente representativo de alguma dada posição política, por exemplo um típico manifesto partidário de esquerda. O programa compara as frequências de palavras do texto em análise com as do texto de referência e produz uma medida para localizar o texto em um contínuo definido pelo texto de referência, no caso do exemplo, na dimensão esquerda-direita. As desvantagens desta alternativa são a necessidade de um texto de referência consensual e a limitação a análises unidimensionais, pois o resultado que se obtém é a posição do texto em relação à posição de referência.

Optar pela análise manual, abrindo mão das facilidades oferecidas pelos programas de computador, só se justifica quando especificidades da pesquisa exigem algum procedimento não oferecido pela análise automatizada. Esse é precisamente o caso desta tese.

3.2. A técnica aplicada

A escolhas feitas na etapa anterior da pesquisa – a definição do assunto das PECs como a variável dependente e o referencial teórico da *Saliency Theory* – de certa forma limitam a escolha da técnica de análise de conteúdo a ser aplicada e conduz ao uso da metodologia de classificação manual desenvolvida pelo MRG - *Manifesto Research Group* (Budge, Volkens et al., 2001).

A análise de conteúdo a que os documentos foram submetidos consiste em quantificar as unidades de texto dedicadas a cada assunto.⁴⁸ Os textos foram segmentados em frases, e cada uma delas foi classificada em uma das 56 categorias descritas no quadro 2 abaixo, que correspondem às categorias elaboradas pelo MRG (Budge, Volkens et al., 2001) acrescidas do grupo das frases não classificáveis em nenhuma das categorias e da categoria 306 – Instituições do Sistema Político, criada para acomodar as diversas ocorrências deste assunto nos manifestos analisados. As duas

⁴⁸ O apêndice metodológico contém uma descrição detalhada de todos os procedimentos da análise de conteúdo, além dos critérios de decisão.

categorias referentes à Comunidade Européia (108 – Positivo e 110-Negativo) presentes no esquema original de classificação do MRG não foram utilizadas, e portanto não constam do quadro 2.

O esquema de classificação originalmente proposto pelo MRG se baseou no trabalho fundador de David Robertson (1976), que formulou 21 categorias a partir da análise qualitativa dos manifestos dos partidos britânicos Trabalhista e Conservador, em 11 eleições, de 1924 a 1966 e as agrupou, através de análise fatorial, em 7 dimensões.

A ampliação das análises levou à criação de novas categorias: em 1987, quando é lançado o trabalho que reúne análises de partidos de 19 países (Budge, Robertson *et al.*, 1987), o esquema já contava com 54 categorias. A partir de 1989, já no contexto do CMP – *Comparative Manifestos Project* a base de dados vem sendo continuamente atualizada e expandida. O esquema final contém 56⁴⁹ categorias e já foi utilizado em diversas pesquisas.

A validade deste esquema de classificação se fundamenta no grande volume de análises empíricas através de países os mais diversos em que o uso destas categorias gerou resultados plausíveis com outras avaliações. (Budge, Volkens *et al.*, 2001; Kleinnijenhuis e Pennings, 2001; Volkens, 2001)

⁴⁹ As categorias 415 (Análise marxista) e 416 (Desenvolvimento sustentável) foram incluídas em 1989 para acomodar a retórica dos ambientalistas dos anos 80 e a comunista de partidos escandinavos.

Quadro 2: Grade de códigos para classificação das unidades de texto (frases) dos manifestos, adaptada de: BUDGE, Ian, KLINGEMANN, Hans-Dieter. VOLKENS, Andrea, BARA, Judith, TANENBAUM, Eric. (2001) Mapping Policy Preferences: estimates for parties, electors and governments – 1945-1998. Oxford University Press.

Domínio 1: Relações exteriores		
101	EUA positivo ⁵⁰	Menções favoráveis aos Estados Unidos; necessidade de cooperar com ou de ajudar este país.
102	EUA negativo	Menções negativas aos Estados Unidos
103	Anti-Imperialismo	Referências negativas ao exercício de forte influência (política, militar ou comercial) sobre outros estados; referências negativas ao controle sobre outros países como se eles fossem parte de um império; menções favoráveis à descolonização; referências favoráveis a maior auto-governo e independência para colônias; referências negativas a comportamento imperial do próprio país ou de outros. Auto-determinação, não intervenção, equilíbrio no poder mundial, não alinhamento.
104	Forças Armadas: positivo	Necessidade de manter ou aumentar gastos militares; modernização das forças armadas e melhoria da força militar; rearmamento e auto-defesa; necessidade de honrar obrigações de tratados militares; necessidade de assegurar recursos humanos adequados nas forças armadas. Defesa do território e integridade. Favorecimento de militares.
105	Forças Armadas: negativo	Menções favoráveis à redução de gastos militares; desarmamento; males da guerra; promessas de reduzir o recrutamento ou poderes internos
106	Paz	Paz como uma meta geral; declarações de crença na paz e em meios pacíficos de resolver crises; interesse em que os países entrem em negociação com países hostis.
107	Internacionalismo: positivo	Necessidade de cooperação internacional; cooperação com países específicos que não os Estados Unidos (codificados em 101); necessidade de ajuda a países em desenvolvimento; necessidade de planejamento mundial de recursos; necessidade de cortes internacionais; apoio a qualquer objetivo internacional ou estado mundial; apoio à ONU. Inclui referências à ALCA E MERCOSUL, globalização como dado.
109	Internacionalismo: negativo	Menções favoráveis à independência nacional e soberania como oposta ao internacionalismo. Inclui referências à defesa dos interesses nacionais frente a outros países e organizações, inclusive ALCA E MERCOSUL e referências contra a globalização.

⁵⁰ A definição original das categorias 101 e 102 se refere a algum país com o qual o país cujo manifesto está sendo analisado tenha relações especiais. A escolha dos Estados Unidos é uma adaptação para a pesquisa sobre o Brasil.

Domínio 2 Liberdade e Democracia		
201	Liberdades e Direitos Humanos	Menções favoráveis à importância da liberdade pessoal e direitos civis; liberdade em relação ao controle burocrático; liberdade de expressão; liberdade em relação à coerção nas esferas política e econômica; individualismo. Acesso livre à informação, imprensa livre, comunicação democrática, liberdade de associação.
202	Democracia	Menções favoráveis à democracia como um método ou um objetivo no nível nacional e em outras organizações; envolvimento de todos os cidadãos no processo decisório e apoio generalizado à democracia no país. Soberania popular, redemocratização, anistia.
203	Constitucionalismo: positivo	Apoio a aspectos específicos da constituição; uso do constitucionalismo como argumento para políticas assim como aprovação geral da via constitucional de ação. Assembléia constituinte.
204	Constitucionalismo: negativo	Oposição à constituição em geral ou a aspectos específicos.
Domínio 3: Sistema Político		
301	Descentralização	Apoio ao federalismo ou descentralização; mais autonomia regional para políticas ou economia; apoio à preservação de costumes e símbolos locais ou regionais; menções favoráveis a consideração especial para áreas locais; deferência a competência/qualificação de especialistas locais. Inclui referências ao peso dos estados, positivo ou negativo.
302	Centralização	Oposição a processo decisório político nos níveis políticos mais baixos; apoio a mais centralização em procedimentos políticos e administrativos. Inclui referências à integração do território, e referências contra guerra fiscal. Inclusive na repartição de receitas
303	Eficiência Governamental e Administrativa	Demanda por eficiência e economia no governo e na administração; redução do funcionalismo público; melhoria dos processos governamentais; apelo geral para tornar o processo de governo e administração mais barato e mais efetivo.
304	Corrupção	Necessidade de eliminar corrupção e abusos associados a ela, na vida política e pública e na administração. Transparência da administração e medidas para coibir corrupção.
305	Autoridade Política	Menções favoráveis a governo forte, incluindo estabilidade de governo, competência do partido para governar e/ou falta desta competência em outros partidos.
306	Instituições do sistema político	Referências ao sistema eleitoral, sistema partidário, sistema de governo, relações entre os poderes, em qualquer nível.

Domínio 4: Economia		
401	Livre Iniciativa	Menções favoráveis a capitalismo de livre iniciativa; superioridade da iniciativa/investimento individual sobre a estatal e sistemas de controle; menções favoráveis a direitos de propriedade privada, iniciativa/investimento e empreendimento pessoal; necessidade de empreendimentos/investimentos individuais desimpedidos.
402	Incentivos	Necessidade de políticas salariais e tributárias para induzir investimento; encorajamento para novos empreendimentos; necessidade de incentivos financeiros e de outros tipos como subsídios. Apoio à pequena empresa.
403	Regulação do Mercado	Necessidade de regulações para fazer empresas privadas funcionarem melhor; ações contra monopólios e trustes e em defesa do consumidor e pequenos negócios; encorajamento da competição econômica; economia social de mercado.
404	Planejamento Econômico	Menções favoráveis a planejamento econômico de longo prazo de natureza consultiva ou indicativa, necessidade de o governo criar tal plano.
405	Corporativismo	Menções favoráveis à necessidade de colaboração entre empregadores e organizações sindicais no planejamento econômico geral e em direção à forma tripartite (governo, empregadores e sindicatos).
406	Protecionismo: positivo	Menções favoráveis à extensão ou manutenção de tarifas para proteger mercados internos; outros protecionismos domésticos econômicos tais como restrições por cotas.
407	Protecionismo: negativo	Apoio ao conceito de livre comércio, internamente ou nas relações internacionais (p. ex. Alca)
408	Metas Econômicas	Declarações da intenção de buscar quaisquer metas econômicas não cobertas por outras categorias do domínio 4. Esta categoria é criada para captar um interesse geral dos partidos em economia e cobre uma variedade de metas econômicas. Inclui referências a: contas externas, câmbio, inflação, desemprego, juros, relações comerciais com outros países ou organizações, desigualdades regionais, dívida externa, estabilidade.
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	Política econômica orientada pela demanda; política econômica devotada à redução de depressões e/ou a aumentar a demanda privada através do aumento da demanda pública e/ou através do aumento dos gastos sociais. Renda mínima, seguro desemprego.
410	Produtividade	Necessidade de encorajar ou facilitar maior produção; necessidade de tomar medidas para auxiliar tal aumento da produção; apelo por maior produção e importância da produtividade para a economia; aumento do comércio exterior; paradigma do crescimento. Inclui referências a crescimento e desenvolvimento.
411	Tecnologia e Infra-estrutura	Importância da modernização da indústria e métodos de transporte e comunicação; importância da ciência e do desenvolvimento tecnológico na indústria; necessidade de treinamento e pesquisa. Isso não implica educação em geral. (v. 506) Inclui referências a treinamento técnico. Energia.

412	Economia controlada	Necessidade geral de controle governamental da economia; controle sobre preços, salários e aluguéis, etc.; intervenção estatal no sistema econômico.
413	Nacionalização	Menções favoráveis à propriedade governamental, parcial ou completa, incluindo propriedade governamental da terra.
414	Ortodoxia econômica	Necessidade de ortodoxia econômica tradicional, p. ex. redução de déficits orçamentários, redução de gastos em crises, parcimônia (reservas) e economia; apoio a instituições econômicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; apoio a moeda forte. Inclui referências a: políticas de ajuste fiscal, endividamento do estado, austeridade, equilíbrio fiscal, falência do modelo nacional-desenvolvimentista e/ou sua reforma, privatizações.
415	Análise marxista	Referências positivas (tipicamente mas não apenas por partidos comunistas) ao uso específico da terminologia marxista-leninista e análise de situações que de outra maneira não poderiam ser codificadas. Socialismo, uso de categorias marxistas na análise; formas coletivas de propriedade; anti-capitalismo.
416	Controle do crescimento	Menções favoráveis a políticas anti-crescimento e economia estatal regulada; ecologismo; política verde; desenvolvimento sustentável.
Domínio 5: Bem-estar e Qualidade de vida		
501	Proteção ambiental	Preservação da zona rural, florestas, etc.; preservação geral de recursos naturais contra interesses privados; uso apropriado dos parques nacionais; melhoria ambiental.
502	Cultura	Necessidade de prover equipamentos públicos culturais e de lazer, incluindo artes e esporte, necessidade de empregar recursos em museus, galerias de arte, etc.; necessidade de encorajar atividades proveitosas de lazer e meios de cultura de massa. Turismo.
503	Justiça social	Conceito de igualdade; necessidade de tratamento justo de todas as pessoas; proteção especial para desprivilegiados; necessidade de justa distribuição de recursos; remoção de barreiras de classe; fim da discriminação racial, sexual, etc. Inclui referências a: concentração de renda, medidas distributivas, inclusão social, ação afirmativa, redução das desigualdades.
504	Expansão do Welfare State	Menções favoráveis à necessidade de introduzir, manter ou expandir qualquer serviço social ou projeto de seguridade social; apoio a serviços sociais como serviços de saúde ou de habitação. Esta categoria exclui educação. Inclui referências a: questões urbanas, problemas sociais, políticas sociais.
505	Limitação do Welfare State	Limitação do gasto com serviços e seguridade social. Ajuste da Previdência.
506	Expansão da Educação	Necessidade de expandir e/ou melhorar a provisão educacional em todos os níveis. Esta exclui treinamento técnico, codificado como 411.

507	Limitação da Educação	Limitação dos gastos em educação. Ajuste nas Universidades públicas.
Domínio 6: Estrutura da sociedade		
601	estilo nacional de vida e comportamento: positivo	Apelos ao patriotismo e/ou nacionalismo; suspensão de algumas liberdades para proteger o estado contra subversão; apoio a idéias nacionais estabelecidas. Inclui referências à soberania nacional. Identidade nacional, interesses nacionais contra estrangeiros, contra a exploração pelo e a dependência do capital estrangeiro.
602	estilo nacional de vida e comportamento: negativo	Contra patriotismo e/ou nacionalismo; oposição ao estado nacional.
603	Moralidade tradicional: positivo	Menções favoráveis a valores morais tradicionais; proibição, censura e supressão da imoralidade e do comportamento indecente; manutenção e estabilidade da família; religião. Contra aborto, divórcio, a favor da pena de morte.
604	Moralidade tradicional: negativo	Oposição a valores morais tradicionais, apoio ao divórcio, aborto, etc. Contra pena de morte.
605	Lei e Ordem	Cumprimento de todas as leis; ações contra o crime; apoio e recursos para a polícia; atitudes mais duras nos tribunais. Inclui referências a: violência e criminalidade; segurança pública, narcotráfico, inclusive internacional, ações ilegais na política, justiça, exceto a do trabalho, codificada em 701, ministério público. Combate à impunidade.
606	Harmonia Social	Apelo a esforço nacional e solidariedade; necessidade de que a sociedade se veja como unida; apelo ao vigor público; condenação de atitudes anti-sociais em tempos de crise; apoio ao interesse público. Harmonia inclusive entre classes.
607	Multiculturalismo: positivo	Diversidade cultural, pluralidade cultural e preservação da autonomia da herança lingüística e religiosa no país, incluindo serviços educacionais especiais.
608	Multiculturalismo: negativo	Cumprimento ou encorajamento da integração cultural.

Domínio 7: Grupos sociais		
701	Classes trabalhadoras: positivo	Referências favoráveis a grupos laborais, classe trabalhadora, desempregados; apoio a sindicatos; bom tratamento de trabalhadores manuais e de outros tipos. Direitos dos trabalhadores, liberdade sindical, salários.
702	Classes trabalhadoras: negativo	Abuso de poder dos sindicatos.
703	Agricultura, agricultores	Apoio a agricultura e fazendeiros; qualquer política que vise especificamente beneficiá-los. Inclui referências a trabalhadores rurais e seus direitos, política agrícola e à reforma agrária.
704	Classe média e grupos profissionais	Referências favoráveis à classe média, grupos profissionais, como médicos ou advogados; antiga e nova classe média. Inclui valorização do servidor público. Defesa do servidor público.
705	Minorias desprivilegiadas	Referências favoráveis a minorias desprivilegiadas que não são definidas nem em termos econômicos nem em termos demográficos. P. ex.: deficientes, incapazes, homossexuais, imigrantes, refugiados, etc.
706	Grupos demográficos não-econômicos	Menções favoráveis a, ou necessidade de, assistência às mulheres, idosos, jovens, grupos lingüísticos, etc.; interesse especial em grupos demográficos de todos os tipos. Negros e índios. Cotas.
000	Assunto discrepante	Frases que não se enquadram em nenhuma das categorias anteriores. Descrições de conjuntura, narrativas históricas, assuntos internos ao partido, frases de conteúdo muito vago, dados estatísticos.

A operacionalização da *saliency theory* através deste esquema de codificação, entretanto, não está isenta de críticas. Segundo Benoit e Laver (2006) o principal problema é que as categorias elaboradas e utilizadas no banco de dados do CMP são posicionais e não traduzem ênfases temáticas. De fato, alguns temas são desmembrados em duas categorias com diferentes valências e indicam a localização em determinadas dimensões, tais como as categorias cujos nomes vêm seguidos de “positivo” ou “negativo”. Este viés posicional estaria em desacordo com os pressupostos da *saliency theory*.

Nesta tese, contudo, o referido esquema de codificação é utilizado de uma forma que evita o problema levantado acima. Trata-se do uso privilegiado, na maioria das análises, dos domínios ao invés das categorias, de uma maneira que reúne diferentes posições sobre cada assunto sob o mesmo rótulo.

Assim, depois de classificadas as frases de todos os manifestos, foi possível contar qual proporção do texto de cada documento (medida pelo número de frases) era dedicada a cada assunto. A Tabela 10 mostra a porcentagem de cada domínio nos manifestos de cada partido.

Tabela 10: Porcentagens de frases nos manifestos de cada partido, conforme o assunto.⁵¹

Domínio	Partido						
	PDS/PPR/PPB/PP	PDT	PT	PTB	PMDB	PFL	PSDB
1) Relações exteriores	5,0	4,4	3,9	7,1	3,6	3,4	5,7
2) Liberdade e Democracia	4,4	4,4	17,6	11,8	7,8	8,7	6,9
3) Sistema Político	6,9	1,8	0,2	1,5	7,4	9,9	13,5
4) Economia	23,2	24,9	6,5	20,7	25,0	26,3	22,6
5) Bem-estar e Qualidade de vida	27,9	21,1	5,2	15,7	16,8	15,5	15,9
6) Estrutura da sociedade	4,6	6,9	0,1	4,1	4,8	3,8	4,8
7) Grupos sociais	15,8	18,3	12,9	21,4	9,4	6,4	6,1
0) Discrepantes	12,2	18,2	53,7	17,7	25,1	25,9	24,6
Total (N)	100,0 (1858)	100,0 (6965)	100,0 (1298)	100,0 (1347)	100,0 (2933)	100,0 (2412)	100,0 (2907)

Os dados da Tabela acima serão discutidos a seguir com mais detalhe para cada partido. Entretanto algumas considerações podem ser feitas desde já. Chama a atenção a grande extensão de texto cujas unidades (frases) não se enquadram em nenhuma das categorias.⁵² Isto ocorre em grande parte porque todos os partidos incluem nos seus manifestos longos trechos sobre a história do partido, geralmente na introdução. Tal conteúdo não encontra correspondência nas categorias da classificação porque estas se referem a assuntos que possam ser objeto de propostas de políticas pelos partidos. Um exemplo é a narrativa do processo de redemocratização, presente nos primeiros manifestos em todos os partidos.

⁵¹ Todos os partidos analisados alteraram seus programas pelo menos uma vez desde sua fundação. Os 16 documentos programáticos analisados foram os seguintes: PDS (1979);Manifesto PPB (1995);Manifesto e Programa PP (s/d);PDT (1979);PDT (1994);PT (1980);PT (1990);PTB (1979);PTB (2001);PMDB (1981);PMDB (1994);PFL (1984, 1985 e 1986);PFL (1995);PFL (2005);PSDB (1988);PSDB (2001).

⁵² No PT esta proporção ultrapassa os 50% e tem uma explicação específica que será vista adiante.

Entretanto, apesar das semelhanças entre os partidos, as proporções de texto dedicadas a cada domínio, medidas pela porcentagem de frases dos manifestos, varia bastante de um partido para outro. Esta variação indica que a proeminência de assuntos nos manifestos não é aleatória nem independente do partido.

Consideremos agora apenas a parte dos manifestos que pôde ser classificada nas categorias, excluindo portanto as frases codificadas como discrepantes. A Tabela 11 mostra a proporção de texto dedicada a cada domínio nos textos codificáveis dos manifestos de cada partido.

Tabela 11: Porcentagens de frases nos manifestos de cada partido, dedicadas a cada domínio, em relação ao total de frases classificáveis (excluídas as discrepantes).

Domínio ⁵³		Partido						
		PP	PDT	PT	PTB	PMDB	PFL	PSDB
1	%	5,6	5,4	8,5	8,7	4,8	4,6	7,5
	Resíduo	-0,5	-2,1	2,7	4,0	-2,3	-2,5	3,5
2	%	5,0	5,4	37,9	14,4	10,5	11,7	9,1
	Resíduo	-6,3	-12,8	24,7	6,0	2,0	3,7	-0,3
3	%	7,8	2,2	0,5	1,8	9,9	13,4	17,9
	Resíduo	0,8	-19,1	-6,6	-7,4	4,9	10,3	20,3
4	%	26,4	30,4	14,0	25,2	33,4	35,5	30,0
	Resíduo	-3,3	1,1	-8,7	-3,6	3,8	5,5	0,1
5	%	31,8	25,8	11,1	19,0	22,5	21,0	21,0
	Resíduo	8,2	4,8	-7,4	-3,7	-1,4	-2,8	-3,1
6	%	5,3	8,4	0,2	5,0	6,4	5,1	6,3
	Resíduo	-2,2	7,3	-6,4	-2,2	-0,3	-2,5	-0,4
7	%	18,0	22,4	27,8	26,0	12,6	8,7	8,0
	Resíduo	0,8	12,9	6,9	7,9	-6,4	-10,3	-12,4
Total (%)		100	100	100	100	100	100	100
(N)		(1632)	(5695)	(601)	(1108)	(2197)	(1787)	(2191)

O teste de associação para os dados da Tabela 11 resultou altamente significativo:

Teste de qui-quadrado:

	valor	graus de liberdade	significância
Pearson Chi-Square	2156,002263	36	0,00000
Likelihood Ratio	2032,484969	36	0,00000
Linear-by-Linear Association	333,1122929	1	2,01807E-74

N = 15211 (todas as frases codificáveis de todos os manifestos, exceto as discrepantes)

a) 0 células (0%) com freqüência menor que 5. Freqüência mínima esperada = 35,52.

⁵³ 1) Relações exteriores; 2) Liberdade e Democracia; 3) Sistema Político; 4) Economia; 5) Bem-estar e Qualidade de vida; 6) Estrutura da sociedade; 7) Grupos sociais

A significância do teste estatístico indica que os partidos se diferenciam uns dos outros pela proporção de texto nos seus manifestos que dedicam a cada assunto.

A Tabela 11 mostra também, além das porcentagens de frases, os resíduos ajustados, ou seja, a diferença, em número de desvios-padrão, entre o número de frases observado em cada combinação de partido e domínio, em relação ao número esperado no caso da hipótese nula de independência entre as duas variáveis.⁵⁴ Uma análise destes resíduos padronizados⁵⁵ (os maiores estão destacados em negrito na tabela 11) permite identificar as seguintes relações:

- O PP enfatiza significativamente mais os temas do domínio 5 (bem estar e qualidade de vida) e menos os do domínio 2 (liberdade e democracia);

- O PDT e o PTB enfatizam significativamente mais os temas do domínio 7 (grupos sociais) e menos os do domínio 3 (sistema político)

- O PT privilegia significativamente mais os temas do domínio 2 (liberdade e democracia) e menos os do domínio 4 (economia);

- O PMDB, o PFL e o PSDB enfatizam significativamente mais os temas do domínio 3 (sistema político) e menos os do domínio 7 (grupos sociais).

A seguir, serão discutidas as ênfases programáticas de cada um dos partidos e suas mudanças ao longo do tempo.

3.3. As ênfases de cada partido em cada manifesto

Há duas maneiras de identificar qual domínio é o mais enfatizado dentro de um documento. Uma delas é através da identificação da maior porcentagem de frases, da mesma forma como é mostrado na Tabela 10 acima de maneira agregada por partido. Outra maneira é através da identificação de qual domínio gera o maior resíduo, da mesma forma como é mostrado na Tabela 11 acima, também agrupada por partido.

⁵⁴ Uma análise de resíduos foi feita também para os dados da tabela 10 acima, ou seja, considerando o texto completo de cada manifesto e está disponível no final do capítulo, por questão de espaço.

⁵⁵ Freqüências observadas que se distanciam mais de 1,96 desvios padrão da freqüência esperada (na hipótese de independência), têm probabilidade menor ou igual a 5%.

Algumas vezes estas duas maneiras de se determinar a ênfase produzem resultados diferentes. Na próxima seção, estas duas medidas de ênfase serão discutidas para cada partido, apesar das tabelas exibirem apenas as porcentagens, por questão de espaço. A tabela geral com a análise de resíduos desagregada por manifesto está disponível no final do capítulo.

PP:

O PDS sucedeu a Arena depois da reforma partidária de 1979, ano em que registrou seu primeiro documento programático.

Em 1995 registra novos programa e manifesto, já com o nome de PPB. O PDS já tinha mudado de nome em 1993, para Partido Progressista Reformador (PPR), quando incorporou o PDC - Partido Democrata Cristão, mas o mesmo programa foi mantido até a fusão com o Partido Progressista (PP), em 1995.⁵⁶

Em 2003 passa a chamar-se PP, e faz novas alterações no programa e no manifesto.

O programa de 1979 tinha um tom que oscilava entre a exaltação das conquistas econômicas do período anterior e promessas de engajamento no processo de redemocratização. Não deixa de criticar o que chama de “intransigências ideológicas” nem de defender que o Estado disponha de medidas de autodefesa contra a “possível agressão das minorias revolucionárias”, ao mesmo tempo em que se compromete com o respeito aos direitos humanos e com a democratização dos processos eleitorais.

O segundo programa foi lançado em 1995, junto com o terceiro nome do partido: Partido Progressista Brasileiro (PPB) e apresentava importantes mudanças em relação ao anterior. Uma considerável proporção de texto inicialmente tomada por descrições genéricas e narrativas históricas passou a ser dedicada a temas relativos ao sistema político e ao bem estar social. As menções à redemocratização cedem espaço para propósitos e avaliações a respeito da consolidação do regime representativo. Entre as diretrizes traçadas para o campo social, ganham destaque os temas da educação e da

⁵⁶ O pressuposto de que o programa do PDS continua válido para o PPR mesmo após a mudança de nome em 1993 é confirmado pela informação em Almeida (2004) de que, apesar da confluência de diversos membros de outros partidos neste momento, o PDS continuava dominante (p. 55).

previdência social, esta última vista como necessitando de reformas, inclusive com a defesa de separar seu orçamento de outros benefícios sociais.

Em 2003 a sigla foi novamente alterada, desta vez para PP, e o programa foi apenas ligeiramente atualizado, permanecendo o mesmo desde então.

Apesar das mudanças ao longo do tempo, a principal ênfase, medida tanto pela maior porcentagem de texto quanto pelo maior resíduo, em todos os manifestos, foi sempre o domínio 5: Bem estar e Qualidade de Vida.

As ênfases atribuídas a cada assunto mudaram ao longo deste período, como pode ser visto na Tabela 12:

Tabela 12: ênfases temáticas do **PP** nos diferentes manifestos.

Domínio / categoria		Manifesto		
		1979	1995	2003
0	Discrepantes	17,4	8,4	7,7
103	Anti-Imperialismo	0,9	0,6	0,6
104	Forças Armadas:positivo	2,2	1,1	1,2
106	Paz	0,4	0,2	0,2
107	Internacionalismo: positivo	2,2	2,5	2,5
Sub-total dom. 1:	Relações exteriores	5,6	4,4	4,4
201	Liberdades e Direitos Humanos	3,4	2,5	2,5
202	Democracia	2,0	1,1	1,2
Sub-total dom. 2:	Liberdade e Democracia	5,4	3,6	3,7
301	Descentralização	1,5	2,1	2,3
303	Eficiência Governamental e Administrativa	0,0	1,1	1,2
304	Corrupção	0,0	1,3	1,3
306	Instituições do sistema político	3,1	4,0	4,0
Sub-total dom. 3:	Sistema Político	4,5	8,6	8,9
401	Livre Iniciativa	2,2	2,5	2,5
402	Incentivos	3,4	3,1	3,1
403	Regulação do Mercado	3,4	1,9	1,9
406	Protecionismo: positivo	0,5	0,2	0,2
408	Metas Econômicas	6,3	9,8	9,6
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	0,2	0,2	0,2
410	Produtividade	3,1	1,7	1,7
411	Tecnologia e Infra-estrutura	2,7	1,5	1,5
414	Ortodoxia econômica	0,0	3,3	3,3
416	Controle do crescimento	0,0	0,2	0,2
Sub-total dom. 4:	Economia	21,8	24,3	24,3
501	Proteção ambiental	1,8	1,5	1,5
502	Cultura	5,5	5,2	5,2
503	Justiça social	2,6	3,1	3,1
504	Expansão do Welfare State	6,4	9,6	9,6
506	Expansão da Educação	8,8	10,7	10,8
Sub-total dom. 5:	Bem-estar e Qualidade de vida	25,1	30,0	30,3
601	estilo nacional de vida e comport.: positivo	1,5	1,9	1,9
603	Moralidade tradicional: positivo	0,2	0,6	0,6
605	Lei e Ordem	1,6	2,3	2,3
606	Harmonia Social	0,2	0,0	0,0
607	Multiculturalismo: positivo	0,6	0,2	0,2
Sub-total dom. 6:	Estrutura da sociedade	4,2	5,0	5,0
701	Classes trabalhadoras: positivo	5,4	4,6	4,6
703	Agricultura, agricultores	5,3	8,6	8,7
704	Classe média e grupos profissionais	0,1	1,0	1,0
705	Minorias desprivilegiadas	0,6	0,0	0,0
706	Grupos demográficos não-econômicos	4,5	1,5	1,5
Sub-total dom. 7:	Grupos sociais	15,9	15,7	15,8
Total	% (N)	100,0 (816)	100,0 (523)	100,0 (519)

PDT:

Fundado em 1980, o PDT baseou seu primeiro manifesto na Carta de Lisboa⁵⁷, documento resultante do encontro realizado em Portugal em junho de 1979 com os trabalhistas brasileiros do antigo PTB.

O programa original só foi reformulado em 1994, por ocasião do 3º Congresso do partido. O novo programa menciona a expressão “Programa de Governo” mas assim mesmo pode ser considerado o novo programa do partido, pois no seu preâmbulo este documento é apresentado como a "expressão das propostas do PDT para a construção de um projeto nacional", a ser posteriormente discutido para a formulação de projetos eleitorais específicos. Segundo o próprio documento, tratar-se-ia do resultado de “um esforço de atualização dos documentos fundamentais do Partido Democrático Trabalhista representados pela Carta de Lisboa, pela Carta de Mendes e pelo Programa do Partido”.⁵⁸

De uma versão para outra do programa, o domínio com maior porcentagem de texto não se alterou: em ambos os documentos os temas relativos à economia sempre concentraram maior proporção do texto.

Entretanto, a ênfase medida pelo maior resíduo, que no manifesto de fundação era no domínio 2 (Liberdade e democracia), em 1994 passa a ser em temas relativos a Grupos Sociais específicos (domínio 7).

A defesa da democracia, que em 1980 ocupava uma proporção muito importante do texto, torna-se inexpressiva quinze anos depois. Em 1994 o programa do PDT passa a dedicar muito mais espaço ao tema da reforma agrária, dos trabalhadores rurais, e do desenvolvimento tecnológico.

Este é o documento mais extenso de todos os analisados, e contém detalhes de todas as políticas a serem defendidas pelo partido em todas as áreas, apresentando inclusive repetições ao longo do texto. A leitura sugere que a sua redação tenha resultado da reunião de trechos de diferentes autores.

A Tabela 13 a seguir mostra as mudanças que ocorreram nas ênfases atribuídas a cada assunto:

⁵⁷ Reproduzida em Chacon (1998).

⁵⁸ Capturado de www.pdt.org.br, em 02/06/2006.

Tabela 13: ênfases temáticas do PDT nos diferentes manifestos.

Domínio / categoria		Manifesto	
		1980	1994
0	Discrepantes	14,2	18,9
103	Anti-Imperialismo	2,8	0,5
104	Forças Armadas: positivo	0,7	1,6
106	Paz	1,0	0,0
107	Internacionalismo: positivo	3,6	1,0
109	Internacionalismo: negativo	0,0	0,7
Sub-total dom. 1:	Relações exteriores	8,2	3,8
201	Liberdades e Direitos Humanos	2,6	2,1
202	Democracia	12,2	0,4
203	Constitucionalismo: positivo	0,7	0,0
Sub-total dom. 2:	Liberdade e Democracia	15,5	2,6
301	Descentralização	0,3	0,4
303	Eficiência Governamental e Administrativa	0,0	1,1
304	Corrupção	0,4	0,0
305	Autoridade Política	0,0	0,0
306	Instituições do sistema político	0,0	0,4
Sub-total dom. 3:	Sistema Político	0,7	1,9
401	Livre Iniciativa	0,4	0,0
402	Incentivos	0,7	0,3
403	Regulação do Mercado	0,7	0,0
404	Planejamento Econômico	1,6	0,0
406	Protecionismo: positivo	0,0	0,1
407	Protecionismo: negativo	0,0	0,2
408	Metas Econômicas	5,4	7,2
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	0,8	0,9
410	Produtividade	3,0	4,7
411	Tecnologia e Infra-estrutura	2,1	10,4
412	Economia controlada	5,9	0,3
413	Nacionalização	0,5	0,0
414	Ortodoxia econômica	0,2	0,3
415	Análise marxista	0,5	0,0
416	Controle do crescimento	0,4	0,8
Sub-total dom. 4:	Economia	22,3	25,3
501	Proteção ambiental	1,3	2,7
502	Cultura	1,1	3,2
503	Justiça social	3,9	0,9
504	Expansão do Welfare State	6,1	10,6
506	Expansão da Educação	2,4	4,7
Sub-total dom. 5:	Bem-estar e Qualidade de vida	14,8	22,1
601	estilo nacional de vida e comport.: positivo	4,1	1,4
605	Lei e Ordem	0,9	4,9
607	Multiculturalismo: positivo	0,0	0,9
Sub-total dom. 6:	Estrutura da sociedade	5,0	7,2
701	Classes trabalhadoras: positivo	10,9	3,6
703	Agricultura, agricultores	1,8	9,9
704	Classe média e grupos profissionais	0,2	0,2
705	Minorias desprivilegiadas	0,0	0,1
706	Grupos demográficos não-econômicos	6,3	4,4
Sub-total dom. 7:	Grupos sociais	19,2	18,2
Total	% (N)	100,0 (991)	100,0 (5974)

PT:

Criado em 1980, o PT mantém até hoje os mesmos programa e manifesto,⁵⁹ tendo apenas acrescentado em 1990 o texto de uma resolução a respeito da concepção petista de socialismo, aprovada no 7º encontro nacional e reafirmada no 2º Congresso, em 1999.⁶⁰

Assim, são consideradas duas versões do manifesto: uma vigente durante os anos 80 que corresponde ao programa e manifesto de fundação, e a segunda, vigente a partir de junho de 1990, que corresponde à adição do documento original com a resolução de 1990.⁶¹

A maior proporção do texto dos documentos programáticos do PT é dedicada a descrições do processo histórico e declarações que não podem ser enquadradas em nenhuma das categorias da presente análise.

Nos documentos de fundação (manifesto e programa de 1980) há uma ênfase (medida pelo domínio de maior resíduo) em temas relativos ao domínio 2 (Liberdade e Democracia). Mas a partir da Resolução de 1990 os temas aqui chamados de discrepantes, além de passarem a tomar mais de metade do texto, passam também a ser o domínio de maior resíduo.

Os temas mais suscetíveis de se tornarem objetos de políticas parecem pouco relevantes diante de um conteúdo muito próprio do partido e são preteridos em favor de declarações de intenção a respeito dos objetivos e funcionamento internos do próprio partido.

Este resultado é intrigante porque faz o PT destoar muito dos demais partidos.

⁵⁹ Assim como para os demais partidos, não foram considerados os programas de governo, lançados em cada campanha eleitoral e subscritos pelos demais partidos de cada coligação, pois o interesse deste trabalho é nos programas dos partidos.

⁶⁰ “O Socialismo Petista”, publicada em Partido dos Trabalhadores (1998), e em www.pt.org.br (capturada em 05/06/2006).

⁶¹ O PT aprovou diversos textos políticos desde a sua fundação ao longo de diversos encontros e congressos. Considerar todos eles como documentos programáticos nesta análise, além de inviável, produziria um viés insuperável em comparação com os demais partidos. A decisão de selecionar a resolução do 7º encontro (1990) se baseou no fato de que o próprio partido a apresenta como um documento tão importante quanto o manifesto e o programa de fundação, ao publicá-la como um dos seus documentos históricos, ao lado do programa de 1980 no seu site na internet. Esta resolução foi ratificada no 2º Congresso, em 1999.

Entretanto, esta peculiar distribuição de ênfases programáticas está de acordo com o argumento da primazia, dentro do PT, do princípio da representação sobre o da direção da classe trabalhadora. (Singer, 2001; Montenegro, 2002)

Segundo Montenegro (2002), a idéia de que a função primordial do partido seria representar a classe trabalhadora e seus interesses (intrínsecos e incontrastáveis por quaisquer teorias), em detrimento do exercício de um papel de educação e condução das massas conforme a concepção leninista, acompanha o PT desde a sua fundação e é responsável pela sua “opção deliberada pela fluidez programática”.

A formulação de um projeto definido de sociedade e até mesmo a própria definição do tipo de socialismo a ser defendido pelo partido teriam sido preteridas em função da prioridade conferida à inserção política de amplos contingentes populares na nova democracia. Singer (2001) chega a afirmar que “*Em certa medida, a existência do PT foi, até certo ponto, o seu próprio programa.*” (p. 40)

Assim, o partido que tem sido extensamente apontado pela literatura como o exemplo de partido programático no Brasil é o mesmo que confere menor importância a definições de políticas no seu programa.

As ênfases atribuídas a cada assunto mudaram pouco, como pode ser visto na Tabela 14:

Tabela 14: ênfases temáticas do PT nos diferentes manifestos.

Domínio / categoria		Manifesto	
		1980	1990
0	Discrepantes	44,1	58,6
102	EUA negativo	0	0,2
103	Anti-Imperialismo	1,6	1,1
106	Paz	0,2	0,1
107	Internacionalismo: positivo	1,6	1,4
109	Internacionalismo: negativo	1,4	0,7
Sub-total dom. 1:	Relações exteriores	4,8	3,5
201	Liberdades e Direitos Humanos	1,1	1,5
202	Democracia	19,7	14,4
Sub-total dom. 2:	Liberdade e Democracia	20,8	15,9
306	Instituições do sistema político	0,0	0,4
Sub-total dom. 3:	Sistema Político	0	0,4
408	Metas Econômicas	0,5	0,2
410	Produtividade	0,5	0,4
411	Tecnologia e Infra-estrutura	0,5	0,2
413	Nacionalização	0,2	0,1
415	Análise marxista	2,9	6,5
Sub-total dom. 4:	Economia	4,5	7,5
501	Proteção ambiental	0,9	0,5
503	Justiça social	0,2	0,5
504	Expansão do Welfare State	4,8	2,5
506	Expansão da Educação	1,4	0,7
Sub-total dom. 5:	Bem-estar e Qualidade de vida	7,3	4,1
601	estilo nacional de vida e comportam.: positivo	0,0	0,1
Sub-total dom. 6:	Estrutura da sociedade	0,0	0,1
701	Classes trabalhadoras: positivo	6,1	3,4
703	Agricultura, agricultores	8,2	4,2
706	Grupos demográficos não-econômicos	4,3	2,3
Sub-total dom. 7:	Grupos sociais	18,6	9,9
Total	% (N)	100,0 (442)	100,0 (856)

PTB:

Assim como o PDT, o PTB também formulou seu primeiro manifesto a partir do conteúdo da Carta de Lisboa (Chacon, 1998). Este primeiro documento foi mantido até 2001, quando o partido lançou seu novo programa.

O primeiro manifesto do PTB é muitíssimo semelhante ao primeiro do PDT, pois ambos praticamente reproduzem o conteúdo da Carta de Lisboa (Chacon, 1998). As ênfases programáticas de fundação são as mesmas: o domínio com maior porcentagem de texto é o 4 (Economia) e o com maior resíduo é o 2 (Liberdade e Democracia).

Na versão revista de 2001, a ênfase passa a ser em temas relativos a Grupos Sociais específicos (domínio 7), tanto em termos de resíduos como de proporção do texto. Assim como aconteceu com o programa do PDT, aqui também a defesa da democracia cede espaço ao tema da reforma agrária e dos trabalhadores rurais.

A Tabela 15 a seguir mostra as mudanças que ocorreram nas ênfases atribuídas a cada assunto com a atualização do programa:

Tabela 15: ênfases temáticas do **PTB** nos diferentes manifestos.

Domínio / categoria		Manifesto	
		1979	2001
0	Discrepantes	16,4	22,0
103	Anti-Imperialismo	2,9	0,6
104	Forças Armadas: positivo	0,7	0,6
106	Paz	1,0	1,5
107	Internacionalismo: positivo	3,3	2,1
Sub-total dom. 1:	Relações exteriores	7,9	4,8
201	Liberdades e Direitos Humanos	2,6	0,9
202	Democracia	11,5	1,8
203	Constitucionalismo: positivo	0,6	0,3
Sub-total dom. 2:	Liberdade e Democracia	14,7	3,0
301	Descentralização	0,3	0,6
304	Corrupção	0,4	0,0
306	Instituições do sistema político	0,0	3,3
Sub-total dom. 3:	Sistema Político	0,7	3,9
401	Livre Iniciativa	0,4	1,2
402	Incentivos	0,7	0,0
403	Regulação do Mercado	0,7	1,8
404	Planejamento Econômico	1,6	0,6
407	Protecionismo: negativo	0,0	1,2
408	Metas Econômicas	5,5	5,4
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	0,8	0,6
410	Produtividade	3,0	0,0
411	Tecnologia e Infra-estrutura	2,1	2,7
412	Economia controlada	5,7	1,8
413	Nacionalização	0,5	0,0
414	Ortodoxia econômica	0,2	0,0
415	Análise marxista	0,1	0,0
416	Controle do crescimento	0,4	2,7
Sub-total dom. 4:	Economia	21,6	18,1
501	Proteção ambiental	1,3	2,1
502	Cultura	1,1	3,0
503	Justiça social	3,9	2,4
504	Expansão do Welfare State	5,9	4,8
506	Expansão da Educação	2,5	6,3
Sub-total dom. 5:	Bem-estar e Qualidade de vida	14,7	18,7
601	estilo nacional de vida e comportam.: positivo	3,7	1,5
605	Lei e Ordem	0,9	0,0
606	Harmonia Social	0,0	0,9
Sub-total dom. 6:	Estrutura da sociedade	4,6	2,4
701	Classes trabalhadoras: positivo	11,0	13,0
703	Agricultura, agricultores	1,8	11,4
704	Classe média e grupos profissionais	0,2	0,0
706	Grupos demográficos não-econômicos	6,5	2,7
Sub-total dom. 7:	Grupos sociais	19,5	27,1
Total	% (N)	100,0 (1015)	100,0 (332)

PMDB:

Surgido com a reforma partidária de 1979, o PMDB manteve seu manifesto de fundação até 1994, quando aprovou, em convenção nacional, o documento “Democracia com Desenvolvimento – Novo Programa Doutrinário do PMDB”.

As diferenças de ênfases são enormes entre as duas versões do programa do PMDB. Na sua fundação, o partido privilegiou temas econômicos (domínio 4). Esta era então a ênfase medida tanto pela porcentagem de frases quanto pelo maior resíduo.

Depois da revisão programática de 1994, a proporção do texto ocupada com assuntos discrepantes tornou-se a maior, e o domínio com maior resíduo passou a ser o 3 (Sistema Político).

Aumenta o interesse pelos temas das relações exteriores, das instituições do sistema político e da ordem interna, enquanto diminuem as referências a bem-estar e a grupos sociais. O partido parece abandonar o perfil do engajamento na democratização e na qualidade de vida da sociedade que o identificou durante muito tempo para tornar-se mais atento a aspectos formais e conjunturais da vida política.

Estas mudanças contrariam a interpretação de Ferreira (2002) que, com base na presença, em ambos os programas, de uma forte defesa do regime democrático e do desenvolvimento econômico a partir da ação do Estado, identifica continuidade e consolidação do perfil programático ao longo do tempo.⁶²

As mudanças nas ênfases atribuídas a cada assunto estão na Tabela 16:

⁶² Esta divergência nos resultados provavelmente se deve à diferença de métodos empregados: a intensidade das afirmações é algo que só pode ser bem avaliado através da análise qualitativa, tal como procede Ferreira (2002), enquanto as diferentes ênfases conferidas aos diversos assuntos só pode ser identificada pela análise quantitativa do conteúdo.

Tabela 16: ênfases temáticas do PMDB nos diferentes manifestos.

Domínio / categoria		Manifesto	
		1981	1994
0	Discrepantes	19,2	33,5
101	EUA positivo	0	0,1
103	Anti-Imperialismo	0	0,2
104	Forças Armadas:positivo	0	1,2
106	Paz	0	0,1
107	Internacionalismo: positivo	0,6	6,2
Sub-total dom. 1:	Relações exteriores	0,6	7,9
201	Liberdades e Direitos Humanos	2,3	0,4
202	Democracia	7,4	4,2
203	Constitucionalismo: positivo	0,4	0
Sub-total dom. 2:	Liberdade e Democracia	10,1	4,6
301	Descentralização	2,9	2,1
303	Eficiência Governamental e Administrativa	0,0	1,7
304	Corrupção	0,3	2,7
306	Instituições do sistema político	0,9	5,7
Sub-total dom. 3:	Sistema Político	4,1	12,2
401	Livre Iniciativa	0,0	0,6
402	Incentivos	1,0	0,3
403	Regulação do Mercado	2,4	0,4
404	Planejamento Econômico	1,5	0,9
406	Protecionismo: positivo	0,8	0,2
408	Metas Econômicas	14,0	6,1
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	0,6	0,8
410	Produtividade	2,7	8,1
411	Tecnologia e Infra-estrutura	3,9	1,7
413	Nacionalização	0,8	0
414	Ortodoxia econômica	0,0	1
416	Controle do crescimento	0,3	0,6
Sub-total dom. 4:	Economia	28,2	20,7
501	Proteção ambiental	2,5	0,6
502	Cultura	2,3	0,9
503	Justiça social	1,8	2,7
504	Expansão do Welfare State	10,7	2,2
506	Expansão da Educação	4,3	3,7
Sub-total dom. 5:	Bem-estar e Qualidade de vida	21,6	10
601	estilo nacional de vida e comportam.: positivo	2,2	3
604	Moralidade tradicional: negativo	0,0	0,2
605	Lei e Ordem	0,8	3,9
606	Harmonia Social	0,2	0
Sub-total dom. 6:	Estrutura da sociedade	2,9	7,1
701	Classes trabalhadoras: positivo	3,3	0,9
703	Agricultura, agricultores	5,0	2,7
704	Classe média e grupos profissionais	0,6	0
705	Minorias desprivilegiadas	0,1	0
706	Grupos demográficos não-econômicos	4,2	0,3
Sub-total dom. 7:	Grupos sociais	13,2	4
Total	% (N)	100,0 (1731)	100,0 (1202)

PFL:

O PFL surgiu em 1984, a partir de uma cisão com o PDS. Seu primeiro manifesto é de 1985, quando do registro oficial no TSE. Dez anos depois o partido operou uma revisão programática da qual resultaram vários documentos políticos, entre eles o programa de 1995. Em 2005, após mais outra década, foi lançado o último documento programático.

Para os fins da análise das ênfases programáticas, os documentos anteriores ao período em estudo⁶³ foram reunidos com o nome de “Documentos pré-1988”.

As ênfases do PFL mudaram muito ao longo do tempo. O conjunto dos seus documentos programáticos anteriores à Constituição de 1988 conferia a maior porcentagem de texto a temas econômicos, mas o domínio com maior resíduo era o 2 (Liberdade e Democracia).

Depois da primeira revisão, os assuntos discrepantes passaram a concentrar a maior porcentagem do texto e o domínio com maior resíduo se tornou o 3 (Sistema Político).

Esta nova versão do programa, aprovada em convenção em novembro de 1995, foi elaborada no âmbito do “Projeto PFL 2000”, que pretendia formular um novo programa de ação do partido a partir de debates em quatro frentes: 1) Lei orgânica dos Partidos Políticos; 2) modernização da legislação eleitoral; 3) reestruturação das estratégias para as eleições de 1996, 1998 e 2000; e 4) reformas constitucionais. (Tarouco, 1999)

O resultado foi um programa cuja ênfase (medida pelo maior resíduo) deixou de ser a defesa da democracia (comum aos manifestos dos demais partidos no momento da transição do regime) para concentrar-se nas questões relativas ao desenho institucional do sistema político. A grande proporção de texto não classificável permanece, mas agora devido a) às avaliações sobre o papel (julgado bem-sucedido) cumprido pelo partido nas tarefas da redemocratização e estabilização econômica; e b) à descrição do próprio processo interno de reformulação programática, diante das novas exigências conjunturais.

⁶³ Manifesto de fundação, de 1984; Programa de 1985; Carta Compromisso, de 1986.

Em 2005, no documento intitulado “Refundação do PFL” nenhum outro tema tem maior porcentagem nem maior resíduo do que a parte do texto tomada pelos assuntos aqui chamados discrepantes. A narrativa da trajetória continua a ocupar um espaço muito importante, mas agora somam-se a ela as afirmações a respeito da necessidade de mudar para acompanhar as mudanças ocorridas no mundo. Tal necessidade exigiria o reposicionamento político do partido e a atualização do seu ideário.

A grande proporção de texto dedicada a temas que não se enquadram nas categorias da classificação é uma característica que o PFL compartilha com o PT, curiosamente os dois partidos geralmente referidos como de identidade política mais definida.

A Tabela 17 a seguir mostra as mudanças que ocorreram nas ênfases atribuídas a cada assunto com as atualizações feitas:

Tabela 17: ênfases temáticas do PFL nos diferentes manifestos.

Domínio / categoria		pré 1988	1995	2005
0	Discrepantes	15,4	29,4	37,2
103	Anti-Imperialismo	0,5	0	0
104	Forças Armadas:positivo	0,6	0,1	0
106	Paz	0,4	0,0	0,2
107	Internacionalismo: positivo	1,2	3,1	5,0
Sub-total dom. 1:	Relações exteriores	2,7	3,1	5,3
201	Liberdades e Direitos Humanos	6,3	1,3	1,7
202	Democracia	6,2	0,5	9,6
203	Constitucionalismo: positivo	1,0	0,8	0,0
204	Constitucionalismo: negativo	0,0	1,9	0,0
Sub-total dom. 2:	Liberdade e Democracia	13,5	4,4	11,3
301	Descentralização	4,1	0,4	0,0
303	Eficiência Governam. e Administrat.	2,7	0,8	3,1
304	Corrupção	0,1	0,0	0,0
305	Autoridade Política	0,4	0,0	0,7
306	Instituições do sistema político	3,8	9,7	0,7
Sub-total dom. 3:	Sistema Político	11,2	11,0	4,6
401	Livre Iniciativa	3,3	7,3	2,4
402	Incentivos	1,2	1,3	3,6
403	Regulação do Mercado	0,9	0,3	1,7
404	Planejamento Econômico	0,4	0	0
405	Corporativismo	0,5	0	0
406	Protecionismo: positivo	0,4	0	0
407	Protecionismo: negativo	0,0	0,8	1,7
408	Metas Econômicas	5,5	8,0	6,7
409	Gerenciam. Keynesiano da demanda	1,7	0,3	0
410	Produtividade	5,3	1,5	8,6
411	Tecnologia e Infra-estrutura	2,1	2,5	0,0
413	Nacionalização	0,1	0,0	0,0
414	Ortodoxia econômica	1,0	3,6	2,9
416	Controle do crescimento	0,0	1,9	2,6
Sub-total dom. 4:	Economia	22,4	27,4	30,2
501	Proteção ambiental	2,2	3,1	0,5
502	Cultura	1,7	1,0	0,0
503	Justiça social	2,6	3,1	7,7
504	Expansão do Welfare State	8,3	2,5	1,2
505	Limitação do Welfare State	0,0	1,7	0,0
506	Expansão da Educação	3,7	4,3	0,5
Sub-total dom. 5:	Bem-estar e Qualidade de vida	18,6	15,6	9,8
601	estilo nacion. de vida e comport: posit.	1,1	0,6	0,0
603	Moralidade tradicional: positivo	0,0	0,4	0,0
605	Lei e Ordem	3,1	2,1	0,5
606	Harmonia Social	1,2	0,0	1,2
607	Multiculturalismo: positivo	0,4	0,0	0,0
Sub-total dom. 6:	Estrutura da sociedade	5,8	3,1	1,7
701	Classes trabalhadoras: positivo	3,1	2,7	0,0
703	Agricultura, agricultores	3,2	2,0	0,0
704	Classe média e grupos profissionais	1,1	1,3	0,0
705	Minorias desprivilegiadas	0,1	0,0	0,0
706	Grupos demográficos não-econômicos	2,9	0,0	0,0
Sub-total dom. 7:	Grupos sociais	10,4	5,9	0,0
Total	%	100,0	100,0	100,0
	(N)	(807)	(1177)	(417)

PSDB:

O PSDB surgiu em 1988, a partir de uma cisão do PMDB. Seu programa original foi mantido até a reformulação de 2001.

As suas ênfases em termos de domínios permaneceram exatamente as mesmas desde a sua fundação.

Apesar de dedicar a maior porcentagem dos textos aos temas que são aqui classificados como discrepantes, em ambas as versões o domínio com maior resíduo é o 3 (Sistema Político). Em ambas as versões a defesa do parlamentarismo ocupa um espaço privilegiado, mas no documento de 2001 ela vem acompanhada de uma grande extensão do texto dedicada à defesa de uma ampla reforma do sistema político, incluindo a adoção de um sistema eleitoral “proporcional distritalizado”.

Segundo Roma (1999), o conteúdo do programa de fundação do PSDB (de 1988) contradiz a sua ideologia social-democrata ao apresentar propostas liberais. Este dilema na construção da identidade do partido estaria relacionado, segundo o autor, à sua origem pragmática e eleitoral.⁶⁴ A ausência de vínculos societários lhe permitiria adaptar-se facilmente às demandas eleitorais, através inclusive de revisões nas suas diretrizes políticas e ideológicas e de coligações inconsistentes.

Apesar das previsões do modelo acima, o PSDB não lançou mão desta sua “versatilidade” no que diz respeito às suas ênfases programáticas, mantidas desde a fundação. Uma possível explicação para isso é que a identificação das preferências partidárias a partir da análise das ênfases programáticas independe do posicionamento unidimensional no eixo esquerda-direita, onde o partido pode mover-se em busca de votos. No exemplo do PSDB, o reiterado interesse no tema das instituições do sistema político não afeta o sentido (liberalizante ou estatizante) das políticas propostas pelo partido em outras áreas.

As mudanças nas proporções de texto dedicadas a cada assunto estão na Tabela 18:

⁶⁴ Roma (1999) discorda das explicações segundo a quais o PSDB teria se formado exclusivamente a partir de uma dissidência ideológica e programática do PMDB. O autor argumenta que a criação de um novo partido foi uma estratégia eleitoral para aproveitar a simpatia da opinião pública em relação ao PMDB e ao mesmo tempo se dissociar da imagem do governo Sarney.

Tabela 18: ênfases temáticas do **PSDB** nos diferentes manifestos.

Domínio / categoria		1988	2001
0	Discrepantes	25,4	24,9
101	EUA positivo	0	0,2
102	EUA negativo	0	0,3
103	Anti-Imperialismo	0	0,3
106	Paz	0,4	0,1
107	Internacionalismo: positivo	3,3	5,5
109	Internacionalismo: negativo	0	0,4
Sub-total dom. 1:	Relações exteriores	3,6	6,6
201	Liberdades e Direitos Humanos	0,5	0,1
202	Democracia	8,3	4,3
203	Constitucionalismo: positivo	1,8	0,8
204	Constitucionalismo: negativo	0,7	1,0
Sub-total dom. 2:	Liberdade e Democracia	11,4	6,1
301	Descentralização	2,4	3,1
302	Centralização	0,0	0,1
303	Eficiência Governamental e Administrativa	5,1	0,3
304	Corrupção	0,9	2,8
305	Autoridade Política	1,1	0,0
306	Instituições do sistema político	3,1	7,6
Sub-total dom. 3:	Sistema Político	12,5	13,9
401	Livre Iniciativa	0,9	0,1
402	Incentivos	0,0	1,8
403	Regulação do Mercado	0,5	1,1
404	Planejamento Econômico	0,0	0,2
406	Protecionismo: positivo	0,9	0,0
407	Protecionismo: negativo	0,9	1,0
408	Metas Econômicas	11,4	5,1
409	Gerenciamento Keynesiano da demanda	1,4	0,9
410	Produtividade	2,9	1,9
411	Tecnologia e Infra-estrutura	1,3	1,9
414	Ortodoxia econômica	3,3	7,7
416	Controle do crescimento	0,4	0,4
Sub-total dom. 4:	Economia	23,9	22,0
501	Proteção ambiental	1,8	1,1
502	Cultura	1,3	1,7
503	Justiça social	5,6	3,0
504	Expansão do Welfare State	4,0	3,3
505	Limitação do Welfare State	0,0	1,6
506	Expansão da Educação	2,4	4,6
507	Limitação da Educação	0,0	0,5
Sub-total dom. 5:	Bem-estar e Qualidade de vida	15,0	15,8
604	Moralidade tradicional: negativo	0,0	0,3
605	Lei e Ordem	0,2	4,9
606	Harmonia Social	0,0	0,4
Sub-total dom. 6:	Estrutura da sociedade	0,2	5,6
701	Classes trabalhadoras: positivo	3,1	0,2
703	Agricultura, agricultores	3,8	2,4
705	Minorias desprivilegiadas	0,0	1,0
706	Grupos demográficos não-econômicos	1,1	1,5
Sub-total dom. 7:	Grupos sociais	8,0	5,1
Total	%	100,0	100,0
	(N)	(552)	(1871)

Enfim, a distribuição das ênfases programáticas dos partidos está resumida na Tabela 19 abaixo e sugere algumas conclusões:

1) Todos os partidos reduziram a ênfase dedicada ao tema da democratização na primeira revisão dos seus programas, o que é compreensível dado que a transição do regime estava praticamente concluída no começo da década de 90, deixando de ser um ponto da agenda pública;

2) Alguns partidos alteraram tanto suas ênfases de um programa para outro que poderiam ser considerados partidos diferentes, como é o caso do PTB a partir de 2001 e do PMDB a partir de 1994;

Tabela 19: Distribuição das ênfases programáticas por manifesto (%).

Partido/Manifesto	Domínio							
	Discrepantes	Relações Exteriores	Liberdade e Democracia	Sistema Político	Economia	Bem-estar e Qualidade de Vida	Estrutura da Sociedade	Grupos Sociais
PDS 1979	17,4	5,6	5,4	4,5	21,8	25,1	4,2	15,9
PPB 1995	8,4	4,4	3,6	8,6	24,3	30,0	5	15,7
PP 2003	7,7	4,4	3,7	8,9	24,3	30,3	5	15,8
PDT 1980	14,2	8,2	15,5	0,7	22,3	14,8	5	19,2
PDT 1994	18,9	3,8	2,6	1,9	25,3	22,1	7,2	18,2
PT 1980	44,1	4,8	20,8	0	4,5	7,2	0	18,6
PT 1990	58,6	3,5	15,9	0,4	7,5	4,1	0,1	9,9
PTB 1979	16,4	7,9	14,7	0,7	21,6	14,7	4,6	19,5
PTB 2001	22	4,8	3	3,9	18,1	18,7	2,4	27,1
PMDB 1981	19,2	0,6	10,1	4,1	28,0	21,6	3,2	13,2
PMDB 1994	33,5	7,9	4,6	12,2	20,7	10	7,1	4
PFL pré-88	15,3	2,8	13,5	11,1	22,5	18,5	5,9	10,5
PFL 1995	29,3	3,1	4,4	11	27,4	15,6	3,1	5,9
PFL 2005	36,9	5,2	11,2	4,5	30,7	9,8	1,7	0
PSDB 1988	25,4	3,4	11,1	12,3	24,8	15,2	0,2	7,5
PSDB 2001	24,4	6,3	5,7	13,8	22,1	16	6	5,7

3) Alguns resultados chamam atenção por destoar das interpretações correntes. É o caso da semelhança entre as preferências do PDT e do PTB, apesar destes partidos serem muito frequentemente classificados em campos ideológicos opostos. Também

surpreende que os dois partidos que comumente são tidos como os mais programáticos – o PT e o PFL – sejam os que mais espaço concedem em seus programas para conteúdos que não tratam de propostas de políticas.

4) As mudanças programáticas parecem não estar relacionadas com nenhuma estratégia eleitoral. A teoria downsiana da competição eleitoral prevê que os partidos alterem suas plataformas para atrair mais eleitores. (Downs, 1999) Neste caso, seria de se esperar que as mudanças nos manifestos se seguissem aos revezes eleitorais. Como mostra a Tabela 20, não é isso o que ocorre com a maior parte dos partidos brasileiros:

Tabela 20: Votação obtida pelos sete partidos para a Câmara dos Deputados (%)

	PMDB	PP	PFL	PT	PSDB	PDT	PTB
1982	43,0	43,2	-	3,5	-	5,8	4,4
1986	47,8	7,9	17,7	6,9	-	6,5	4,5
1990	19,3	8,9	12,4	10,2	8,7	10,0	5,6
1994	20,3	9,2	12,8	13,1	14,0	7,1	5,2
1998	15,2	11,3	17,3	13,2	17,5	5,7	5,7
2002	13,4	7,8	13,4	18,4	14,3	5,1	4,6

Fonte: <http://jairicolau.iuperj.br/database/deb/port/index.htm>

Os partidos que mudaram seus programas depois de terem visto sua votação diminuir foram:

- o PMDB, que alterou seu programa em 1994, depois que teve sua votação drasticamente reduzida, de 48,1% em 1986 para 19,3 % em 1990;

- o PFL, que mudou seu programa em 1995, depois de não ter conseguido, nas eleições de 1994, se recuperar do declínio observado entre 1986 (17,7%) e 1990 (12,4%); o PFL alterou novamente seu programa em 2005, depois de um novo declínio na sua votação entre 1998 (17,3%) e 2002 (13,4%);

- o PP em 2003, depois de observar uma queda na sua votação obtida na Câmara dos Deputados, de 11,3% em 1998 para 7,8% em 2002.

Os demais partidos alteraram seus programas depois de terem observado aumento nas suas votações para a Câmara dos Deputados no par de eleições anteriores: o PSDB mudou em 2001, o PT em 1990, o PDT em 1994, o PTB em 2001 e o PPB em 1995.

Apesar de não ser possível, no âmbito desta tese, explicar estas alterações, elas não parecem ser justificadas por preocupações eleitorais. Evidentemente esta é só uma evidência que emerge dos dados e que merece ser descrita, mas que não implica nenhuma suposição de causalidade.

Uma hipótese razoável seria a mudança interna dos partidos, com a alternância de grupos dominantes. Este é o argumento de McDonald (2006) a respeito do que chama de volatilidade posicional no tempo, observada nas ênfases programáticas dos partidos analisados no âmbito do CMP – *Comparative Manifesto Project*.

3.4. Confiabilidade da mensuração

Conforme visto no início deste capítulo, o uso da técnica de análise de conteúdo requer um teste de confiabilidade.

A confiabilidade de uma medida é a sua qualidade de estar isenta de erros de mensuração. Pode-se identificar o grau de confiabilidade de uma variável replicando o processo de mensuração e comparando os resultados. Entretanto, esta não é uma tarefa trivial no caso da principal variável independente desta tese: as ênfases programáticas.

Duas análises de conteúdo manuais do mesmo texto, feitas por pesquisadores diferentes, ainda que utilizando as mesmas categorias, muito dificilmente produziriam resultados exatamente iguais devido ao componente subjetivo inerente à leitura pessoal.

No caso específico dos textos programáticos dos partidos aqui analisados, além do viés interpretativo do analista, a classificação das frases dos manifestos pode ainda conter erros devido a diversos outros fatores: ambigüidade na redação do texto, insuficiência dos critérios de decisão, e até inadequação das próprias categorias ao objeto em questão (manifestos dos partidos brasileiros).

A literatura apresenta como solução para verificar a confiabilidade de avaliações categóricas a comparação com as classificações atribuídas por um segundo codificador.

A principal referência a este respeito é o índice *kappa*, ou simplesmente índice *k*, proposto por Jacob Cohen (1960). Trata-se de um coeficiente de concordância para

escalas nominais que remove o efeito de coincidências aleatórias, ou seja, que mede o grau em que duas ou mais classificações concordam substantivamente entre si, para além das coincidências produzidas pelo acaso, na hipótese (nula) de total independência.

O teste de confiabilidade da análise de conteúdo dos manifestos partidários, mobilizada nesta tese para mensurar as ênfases programáticas dos partidos, foi feito com a ajuda de um segundo pesquisador⁶⁵, que classificou uma amostra dos textos⁶⁶, fornecendo assim o elemento para comparação. O cruzamento dos dois resultados pode ser verificado na Tabela 21.

⁶⁵ Yuri Kasahara, doutorando em Ciência Política no IUPERJ.

⁶⁶ Detalhes sobre o processo de seleção da amostra estão no apêndice metodológico.

Tabela 21: Número de frases em cada domínio⁶⁷, segundo cada uma das classificações.

		Domínios classificados pelo avaliador Y								Total		
		0	1	2	3	4	5	6	7			
Domínios ⁶⁸ classificados pelo avaliador G	0	O	146	5	9	25	18	4	26	8	241	
		E	40	13	25	24	51	32	22	34	241	
	1	O	1	51	0	0	6	0	15	0	73	
		E	12	4	8	7	15	10	7	10	73	
	2	O	1	0	89	7	1	2	0	2	102	
		E	17	5	11	10	21	14	9	14	102	
	3	O	1	0	0	73	7	0	0	9	90	
		E	15	5	10	9	19	12	8	13	90	
	4	O	16	2	8	4	186	6	0	2	224	
		E	37	12	24	22	47	30	20	31	224	
	5	O	7	0	3	0	6	124	4	5	149	
		E	25	8	16	15	31	20	13	21	149	
	6	O	2	0	6	0	2	8	53	0	71	
		E	12	4	8	7	15	10	6	10	71	
	7	O	6	0	0	0	3	2	0	126	137	
		E	23	7	14	14	29	18	12	19	137	
	Total			180	58	115	109	229	146	98	152	1087

O = Número de classificações observadas.

E= Número de classificações esperadas, no caso da hipótese nula de independência.

Teste de qui-quadrado:

	valor	graus de liberdade	significância
Pearson Chi-Square	4362,695	49	0,000
Likelihood Ratio	2613,241	49	0
Linear-by-Linear Association	522,6406	1	1,1E-115

N = 1087

⁶⁷ O teste foi feito com os domínios a que pertencem as categorias atribuídas a cada frase e não com as próprias categorias porque o cálculo do índice *kappa* exige valores correspondentes nas duas variáveis, o que não ocorre neste caso porque há algumas categorias que só foram usadas por um dos avaliadores e não por outro, gerando células vazias na tabela, o que compromete também o teste de associação qui-quadrado. As classificações da amostra por categoria concordam em 708 das 1087 frases, e estão disponíveis no apêndice metodológico.

⁶⁸ 1) Relações exteriores; 2) Liberdade e Democracia; 3) Sistema Político; 4) Economia; 5) Bem-estar e Qualidade de vida; 6) Estrutura da sociedade; 7) Grupos sociais; 0) Discrepantes.

O teste de associação da tabela acima, apesar de indicar fortes evidências de que as duas classificações não são independentes, não serve ao propósito de avaliar a concordância entre elas porque pode incluir também a associação nas divergências, expressas em todas as demais células exceto as da diagonal. Estas divergências podem inclusive ser devidas a algum viés sistemático de interpretação, como parece ser o caso das frases classificadas no domínio 0 por um dos analistas e nos domínios 3 e 6 pelo outro.⁶⁹

A mensuração da concordância, conforme a fórmula do índice k , deve levar em conta apenas a proporção sobre o total da amostra de ocorrências em que ambas as classificações coincidem, ou seja, as células da diagonal em negrito na Tabela 21. Os casos em que ambos os codificadores concordam somam 848 casos, o que corresponde a 78% do total. Esta proporção deve então ser controlada pela proporção de concordância que se espera que ocorra devido ao acaso, na hipótese de independência (quantidades nas células em itálico, imediatamente abaixo daquelas em negrito, na diagonal, que somam 156 casos).

O cálculo do índice k é o seguinte:

$$k = \frac{\text{n}^\circ \text{ de concordâncias observadas} - \text{n}^\circ \text{ de concordâncias aleatórias esperadas}}{\text{Número total} - \text{n}^\circ \text{ de concordâncias aleatórias esperadas}}$$

O índice k varia de -1 (quando todas as classificações divergem) a 1 (quando todas as classificações são idênticas) e equivale a 0 quando a proporção de concordâncias se limita à proporção de coincidências aleatórias (que seriam observadas mesmo em caso de independência.) O teste consiste em confrontar a hipótese de concordância substantiva contra a hipótese nula ($k=0$).

Para a amostra em questão o índice k é de 0,743, estatisticamente significativo⁷⁰.

⁶⁹ As duas classificações para as frases da amostra podem ser verificadas no apêndice metodológico.

⁷⁰ Medida Kappa = 0,743182; Erro padrão= 0,014643; T= 61,14063; Significância = 0,000

N = 1087. Krippendorff (1980) propõe o índice α , calculado de maneira inversa, ou seja, usando as frequências esperada e observada de divergências entre os codificadores, que produz exatamente o mesmo resultado: $\alpha = 1 - (\text{divergências observadas} / \text{divergências esperadas pelo acaso}) = 1 - (239 / 930,62) = 0,743182$.

Este valor é considerado bom pela literatura (Landis e Koch, 1977; Bonnardel, 2001)⁷¹ e permite aceitar como confiável a mensuração das ênfases programáticas através da análise de conteúdo dos manifestos partidários.

A codificação original não foi corrigida depois do teste, ou seja, a solução para a divergência dos resultados foi a opção pela classificação da autora. Assim, a principal variável independente utilizada daqui em diante será a ênfase programática, medida pela proporção de texto dos manifestos dedicada a cada tema específico, segundo a análise de conteúdo.⁷²

⁷¹ Os critérios de Bonnardel (2001) e Landis e Koch (1977) para avaliar o índice *kappa* estão listados no apêndice metodológico.

⁷² Detalhes do procedimento de análise do conteúdo podem ser verificados no apêndice metodológico.

Tabela 22: Resíduos ajustados da distribuição de texto entre os domínios em cada manifesto.

Domínio		Manifestos															
		PDS1979	PPB1995	PP2003	PDT1979	PDT1994	PT1980	PT1990	PTB1979	PTB2001	PMDB1981	PMDB1994	PFLpré88	PFL1995	PFL2005	PSDB1988	PSDB2001
0	N	142	44	40	141	1129	195	502	166	73	333	124	346	155	124	155	561
	%	17,4	8,4	7,7	14,2	18,9	44,1	58,6	16,4	22,0	19,2	15,3	29,3	36,9	15,3	25,4	24,4
	Res.	-3,80	-7,98	-8,33	-6,64	-8,74	10,76	25,49	-5,07	-0,38	-3,76	-5,28	5,47	6,93	-5,28	1,52	1,89
1	N	46	23	23	81	226	21	30	80	16	11	23	37	22	23	21	144
	%	5,6	4,4	4,4	8,2	3,8	4,8	3,5	7,9	4,8	0,6	2,8	3,1	5,2	2,8	3,4	6,3
	Res.	1,51	-0,18	-0,14	5,60	-3,44	0,20	-1,51	5,21	0,23	-8,19	-2,41	-2,41	0,67	-2,41	-1,34	4,18
2	N	44	19	19	154	153	92	136	149	10	175	110	52	47	110	68	132
	%	5,4	3,6	3,7	15,5	2,6	20,8	15,9	14,7	3,0	10,1	13,5	4,4	11,2	13,5	11,1	5,7
	Res.	-2,02	-3,18	-3,14	10,47	-16,55	11,24	10,10	9,51	-2,96	4,95	7,17	-3,79	3,22	7,17	3,86	-2,82
3	N	37	45	46	7	116	0	3	7	13	71	90	130	19	90	75	317
	%	4,5	8,6	8,9	0,7	1,9	0,0	0,4	0,7	3,9	4,1	11,1	11,0	4,5	11,1	12,3	13,8
	Res.	-1,46	2,91	3,16	-6,95	-14,99	-5,23	-6,90	-7,07	-1,41	-2,99	6,75	8,15	-1,05	6,75	7,15	17,83
4	N	178	127	126	221	1513	20	64	219	60	484	183	323	129	183	151	507
	%	21,8	24,3	24,3	22,3	25,3	4,5	7,5	21,6	18,1	28,0	22,5	27,4	30,7	22,5	24,8	22,1
	Res.	-0,89	0,65	0,65	-0,61	4,91	-9,37	-11,09	-1,18	-2,19	5,03	-0,40	3,62	3,75	-0,40	0,99	-1,24
5	N	205	157	157	147	1321	32	35	149	62	374	150	184	41	150	93	368
	%	25,1	30,0	30,3	14,8	22,1	7,2	4,1	14,7	18,7	21,6	18,5	15,6	9,8	18,5	15,2	16,0
	Res.	5,21	7,08	7,19	-2,84	9,31	-6,05	-10,96	-3,01	0,21	3,81	0,17	-2,41	-4,54	0,17	-1,94	-2,92
6	N	34	26	26	50	429	0	1	47	8	55	48	37	7	48	1	138
	%	4,2	5,0	5,0	5,0	7,2	0,0	0,1	4,6	2,4	3,2	5,9	3,1	1,7	5,9	0,2	6,0
	Res.	-1,15	-0,06	-0,02	0,02	9,11	-4,89	-6,72	-0,60	-2,20	-3,69	1,16	-3,07	-3,19	1,16	-5,59	2,28
7	N	130	82	82	190	1087	82	85	198	90	228	85	70	0	85	46	130
	%	15,9	15,7	15,8	19,2	18,2	18,6	9,9	19,5	27,1	13,2	10,5	5,9	0,0	10,5	7,5	5,7
	Res.	2,21	1,59	1,66	5,53	13,18	3,25	-3,01	5,92	7,43	-0,23	-2,48	-7,72	-8,13	-2,48	-4,29	-11,53
Total N	816	523	519	991	5974	442	856	1015	332	1731	1202	813	1179	420	610	2297	
%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

Teste de qui-quadrado: Pearson Chi-square = 3972,77 Graus de liberdade = 105 Significância = 0,000 N = 19720 (frases)

CAPÍTULO 4:

AS PECs SEGUNDO AS PREFERÊNCIAS DOS PARTIDOS

O objetivo deste capítulo é testar a segunda hipótese, qual seja, a de que as diferentes ênfases programáticas dos partidos afetam os assuntos que seus parlamentares propõem alterar na Constituição.

Para estimar o impacto independente das ênfases programáticas, é preciso controlar o assunto das PECs pelos demais fatores que podem também produzir efeitos sobre estas escolhas dos parlamentares. Em uma análise quantitativa isso pode ser obtido com a técnica de regressão multivariada.

Como a variável dependente é nominal (assunto da PEC), aplica-se a regressão logística multinomial, que produz coeficientes em termos de razões de chance, ou seja, informa chances de ocorrência de cada categoria da variável resposta, comparada com a chance de ocorrência de uma categoria de referência, em função das categorias das variáveis independentes.

A seguir são apresentados os resultados de 2 regressões logísticas multinomiais em que a variável dependente é o assunto da PEC, categorizado segundo os títulos da constituição em que se encontram os dispositivos que a PEC propõe alterar, conforme a Tabela 23 a seguir:

Tabela 23: Categorias da variável dependente: Assunto da PEC

	Título(s) da Constituição	
1	Direitos e garantias fundamentais	II
2	Organização do Estado	III
3	Organização dos poderes	IV
4	Defesa do Estado e das instituições democráticas	V
5	Tributação, orçamento, ordem econômica e financeira	VI e VII
6	Ordem social	VIII
7	Genéricos (categoria de referência)	I, IX e A.D.C. Transitórias

As variáveis independentes são as seguintes:

- Um grupo de sete variáveis referentes à porcentagem de frases, no conjunto de manifestos do partido do autor, dedicadas às categorias de cada um dos domínios, de 1 a 7⁷³. Estas são variáveis contínuas, que variam de 0 a 100, e cujo efeito é interpretado em função da sua unidade de medida, ou seja, a chance de que uma PEC recaia sobre um assunto específico da constituição em vez de sobre dispositivos genéricos varia a cada ponto percentual destas variáveis.

- Ideologia: Esta variável tem três categorias em que os partidos dos autores estão agrupados⁷⁴. A classificação seguiu o relativo consenso a este respeito registrado na literatura sobre partidos brasileiros (Fernandes, 1995; Coppedge, 1997; Mainwaring, Meneguello *et al.*, 2000; Rodrigues, 2002): Na esquerda foram classificados o PT e o PDT; no centro, PMDB e PSDB; na direita, PP, PTB e PFL. A categoria de referência é esquerda, por concentrar menor número de ocorrências.

- Região: Esta variável contém cinco categorias, correspondendo cada uma à região geográfica em que se localiza o estado pelo qual o autor da PEC foi eleito. A categoria de referência é Centro-oeste, por conter menor número de ocorrências.

- Governo: Esta variável tem seis categorias, cada uma delas correspondendo ao presidente durante cujo mandato a PEC foi apresentada. A categoria de referência é governo Sarney, por ser o período em que foram propostas menos emendas à Constituição.

⁷³ 1: Relações exteriores; 2: Liberdade e Democracia; 3: Sistema Político; 4: Economia; 5: Bem-estar e Qualidade de vida; 6: Estrutura da sociedade; 7: Grupos sociais.

⁷⁴ Trata-se do partido ao qual o autor estava filiado no momento em que apresentou a PEC, não necessariamente o mesmo pelo qual foi eleito.

- Legislatura: Esta variável tem cinco categorias, cada uma delas correspondendo ao período de 4 anos durante o qual a PEC foi apresentada.⁷⁵ A categoria de referência é a 48ª legislatura (a primeira do período analisado) por ser o período em que foram propostas menos emendas à Constituição.

- Ênfase: Esta variável contém 8 categorias, referentes a cada um dos domínios (de 0 a 7)⁷⁶ e indica qual o domínio com maior porcentagem de frases no manifesto partidário vigente no momento da apresentação da PEC. A categoria de referência é o domínio 0 (frases não classificáveis em nenhum dos demais domínios) por que seu significado substantivo dá mais sentido à comparação.

- Partido: Esta variável tem sete categorias, correspondentes a cada um dos partidos considerados na análise⁷⁷. A categoria de referência é o PTB, por conter menor número de ocorrências.

Os coeficientes obtidos são estimativas do efeito das variáveis independentes sobre a chance de uma PEC recair sobre um assunto específico em comparação com a chance de que ela esteja voltada para dispositivos genéricos da constituição (tais como princípios fundamentais, disposições gerais e disposições transitórias).

Do total de PECs apresentadas no período em estudo, foram selecionadas para este teste apenas aquelas apresentadas por deputados ou senadores dos sete principais partidos, que somam um total de 1580 observações.

Foram estimados dois modelos:

- o primeiro contém, além dos controles Ideologia e Região, as variáveis Partido, Governo e Ênfase;

- o segundo modelo substitui a variável categórica *partido* pelas variáveis contínuas de porcentagem dos domínios, para testar a hipótese de que as ênfases programáticas afetam os assuntos que os parlamentares visam quando apresentam suas propostas de emenda à Constituição; além disso, a variável governo foi substituída pela

⁷⁵ 48ª Legislatura = 1987 a 1991; 49ª Legislatura = 1991 a 1995; 50ª Legislatura = 1995 a 1999; 51ª Legislatura = 1999 a 2003; 52ª Legislatura = 2003 a 2007.

⁷⁶ Os mesmos da nota 73 acima, mais o “domínio 0”, em que foram classificadas as frases que não se enquadram em nenhum dos demais domínios.

⁷⁷ Trata-se do partido ao qual o autor estava filiado no momento em que apresentou a PEC, não necessariamente o mesmo pelo qual foi eleito. São eles: PT, PDT, PMDB, PSDB, PDS/PPR/PPB/PP, PTB e PFL.

variável legislatura, para verificar se a agenda que afeta os assuntos das PECs é dos governos ou dos parlamentares.

Os resultados podem ser verificados nas Tabelas 24 e 25 a seguir.

Tabela 24: Regressão logística multinomial de assunto da PEC- Modelo 1

	direitos e garantias fundamentais x genéricos				organização do estado x genéricos				organização dos poderes x genéricos				defesa do estado e instituições democráticas x genéricos				tributação, orçamento, ord. econ. e financeira x genéricos				ordem social x genéricos			
	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito
Intercepto	0,61	0,43			0,38	0,64			1,12	0,11			-1,06	0,32			-0,21	0,80			0,81	0,31		
Ideologia (ref. = Esquerda)																								
Centro	-0,38	0,30	0,69	-31,38	-0,41	0,28	0,67	-33,33	-0,68	0,03	0,51	-49,17	0,40	0,44	1,49	48,95	-0,09	0,82	0,92	-8,34	-0,46	0,21	0,63	-36,86
Direita	0,44	0,58	1,56	55,59	0,65	0,41	1,92	92,39	0,71	0,30	2,04	104,04	0,91	0,37	2,48	147,66	1,62	0,03	5,03	403,37	0,80	0,30	2,23	122,65
Ênfase (ref. = discrepantes)																								
Economia	-0,53	0,24	0,59	-41,32	-0,20	0,68	0,82	-18,26	-0,73	0,07	0,48	-51,60	-0,22	0,71	0,80	-20,03	-0,50	0,28	0,61	-39,37	-0,25	0,60	0,78	-22,41
Bem-estar	0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,	
Grupos sociais	-1,35	0,15	0,26	-73,95	-1,24	0,17	0,29	-71,00	-1,52	0,05	0,22	-78,06	-1,53	0,21	0,22	-78,35	-1,76	0,04	0,17	-82,76	-2,45	0,01	0,09	-91,41
Governo (ref. = Sarney)																								
Collor	-0,16	0,82	0,85	-14,73	-0,66	0,38	0,52	-48,35	-0,10	0,87	0,90	-9,62	0,26	0,78	1,30	30,28	0,09	0,91	1,09	9,38	-0,76	0,33	0,47	-53,12
I. Franco	-1,11	0,18	0,33	-66,88	-0,42	0,60	0,66	-34,48	-1,39	0,05	0,25	-75,08	-0,82	0,48	0,44	-55,85	-0,30	0,72	0,74	-26,03	-0,73	0,37	0,48	-51,95
FHC 1	-0,13	0,85	0,88	-11,84	-0,21	0,76	0,81	-19,26	-0,30	0,60	0,74	-25,86	-0,03	0,98	0,97	-2,62	0,43	0,55	1,54	53,97	-0,02	0,98	0,98	-1,80
FHC 2	-0,10	0,88	0,90	-9,75	-0,16	0,82	0,85	-15,05	-0,55	0,35	0,58	-42,29	0,35	0,71	1,41	41,38	0,14	0,85	1,15	14,52	0,09	0,90	1,09	9,41
Lula 1	-0,27	0,69	0,76	-23,76	0,16	0,83	1,17	16,90	-0,23	0,70	0,79	-20,66	0,53	0,57	1,70	69,66	0,21	0,78	1,23	22,77	0,36	0,62	1,43	43,36

Os resultados acima estão apresentados na forma do efeito de cada categoria das variáveis independentes sobre a chance de cada categoria da variável dependente e podem ser interpretados diretamente como porcentagens (quarta coluna de cada resultado).

Interpretação dos coeficientes do modelo 1 significativos a 0,05:

- Se o **bloco ideológico** do partido do autor for o Centro, a chance de que a PEC se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 49% menor do que se o partido for de Esquerda.

- Se o **bloco ideológico** do partido do autor for Direita, a chance de que a PEC se dirija a dispositivos econômicos (tributação, orçamento, ordem econômica e financeira) em vez de a temas genéricos é cerca de 400% maior do que se o partido for de Esquerda.

- Se o **domínio mais enfatizado no manifesto vigente do partido do autor for Grupos Sociais**, a chance de que uma PEC de sua autoria se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 78% menor do que se o manifesto privilegiasse frases não classificáveis nos domínios definidos (discrepantes); a chance de que uma PEC de sua autoria se dirija a dispositivos econômicos (tributação, orçamento, ordem econômica e financeira) em vez de a temas genéricos é cerca de 82% menor do que se o manifesto privilegiasse frases não classificáveis nos domínios definidos; a chance de que uma PEC de sua autoria se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos é cerca de 91% menor do que se o manifesto privilegiasse frases não classificáveis nos domínios definidos.

- Se uma PEC tiver sido apresentada durante o **governo Itamar Franco**, a chance de que ela se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 75% menor do que se ela tiver sido apresentada durante o governo Sarney.

- Se o autor da PEC for do **PP**, a chance de que ela se dirija a dispositivos econômicos (tributação, orçamento, ordem econômica e financeira) em vez de a temas genéricos é cerca de 80% menor do que se ele for do PTB.

- Se o autor da PEC for do **PMDB**, a chance de que ela se dirija a direitos e garantias fundamentais em vez de a temas genéricos é cerca de 98% maior do que se ele for do PTB; a chance de que ela se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos é cerca de 102% maior; a chance de que ela se dirija à tributação, orçamento, ordem econômica e financeira em vez de a temas genéricos é cerca de 92% maior e a chance de que ela se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos é cerca de 128% maior do que se ele for do PTB.

- Se o autor da PEC for do **PFL**, a chance de que ela se dirija à tributação, orçamento, ordem econômica e financeira em vez de a temas genéricos é cerca de 79% menor do que se ele for do PTB.

- Se o autor da PEC for da **região Norte**, a chance de que se dirija a direitos e garantias fundamentais em vez de a temas genéricos é cerca de 67% menor do que se ele for da região centro-oeste; a chance de que se dirija à defesa do estado e das instituições democráticas em vez de a temas genéricos é cerca de 65% menor do que se ele for da região centro-oeste e a chance de que se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos é cerca de 60% menor do que se ele for da região centro-oeste;

- Se o autor da PEC for da **região Nordeste**, a chance de que se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos é cerca de 73% menor do que se ele for da região centro-oeste.

Interpretação dos coeficientes do modelo 1 significativos a 0,10:

- Se o **domínio mais enfatizado no manifesto vigente do partido do autor for Economia**, a chance de que uma PEC de sua autoria se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 51% menor do que se o manifesto privilegiasse frases não classificáveis nos domínios definidos.

- Se o autor da PEC for da **região Nordeste**, a chance de que se dirija à defesa do estado e das instituições democráticas em vez de a temas genéricos é cerca de 59% menor do que se ele for da região centro-oeste.

- Se o autor da PEC for da **região Sudeste**, a chance de que se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 87% maior do que se ele for da região centro-oeste.

- Se o autor da PEC for da **região Sul**, a chance de que se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 115% maior do que se ele for da região centro-oeste.

Tabela 25: Regressão logística multinomial de assunto da PEC – Modelo 2.

	direitos e garantias fundamentais x genéricos				organização do estado x genéricos				organização dos poderes x genéricos				defesa do estado e instituições democráticas x genéricos				tributação, orçamento, ord. econ. e financeira x genéricos				ordem social x genéricos			
	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito	B	p	Exp (B)	efeito
Intercepto	-5,71	0,52			-19,07	0,04			-0,86	0,92			-0,68	0,95			-13,62	0,12			-10,91	0,22		
Porcentagem de frases																								
Rel. exteriores	-0,44	0,17	0,64	-35,76	-0,71	0,03	0,49	-51,02	-0,10	0,72	0,90	-9,85	-0,16	0,69	0,85	-14,78	-0,42	0,19	0,66	-34,22	-0,58	0,07	0,56	-43,95
Liberd. e democr.	0,41	0,44	1,51	51,03	1,16	0,04	3,19	218,67	0,09	0,86	1,09	9,20	-0,01	0,98	0,99	-1,39	0,78	0,15	2,17	117,18	0,71	0,19	2,04	104,41
Sistema político	0,10	0,49	1,11	10,57	0,29	0,07	1,33	33,02	0,00	0,97	1,00	0,47	0,00	1,00	1,00	-0,09	0,16	0,28	1,17	17,28	0,17	0,27	1,18	18,10
Economia	-0,10	0,35	0,91	-9,22	-0,22	0,05	0,81	-19,42	-0,03	0,79	0,97	-2,52	0,01	0,93	1,01	1,11	-0,11	0,29	0,89	-10,57	-0,12	0,24	0,88	-11,68
Bem-estar	0,15	0,43	1,17	16,67	0,40	0,05	1,50	49,51	0,06	0,75	1,06	5,80	-0,01	0,97	0,99	-0,82	0,26	0,18	1,29	29,42	0,24	0,22	1,27	27,39
Estrut. sociedade	0,73	0,37	2,07	107,05	1,84	0,03	6,33	532,53	0,05	0,95	1,05	5,13	0,10	0,92	1,10	10,39	1,25	0,13	3,50	250,19	1,15	0,17	3,16	216,43
Grupos sociais	0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,	
Ideologia (ref. = Esquerda)																								
Centro	0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,	
Direita	0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,		0,00	,	,	
Região (ref. = CO)																								
N	-1,14	0,01	0,32	-68,09	-0,64	0,15	0,53	-47,31	0,05	0,89	1,05	5,32	-1,08	0,04	0,34	-66,14	-0,59	0,17	0,55	-44,77	-0,95	0,02	0,39	-61,40
NE	-0,25	0,53	0,78	-22,23	-0,15	0,73	0,86	-13,61	0,43	0,26	1,54	54,22	-0,90	0,07	0,40	-59,51	-0,26	0,53	0,77	-23,13	-1,39	0,00	0,25	-75,08
SE	-0,01	0,98	0,99	-1,09	-0,12	0,77	0,89	-11,32	0,65	0,08	1,92	91,74	-0,01	0,97	0,99	-1,46	0,27	0,50	1,31	30,58	-0,52	0,15	0,59	-40,62
S	0,23	0,59	1,26	25,72	0,41	0,35	1,51	50,77	0,75	0,07	2,12	111,65	-0,37	0,49	0,69	-30,74	0,44	0,31	1,55	54,88	-0,23	0,58	0,80	-20,19

Interpretação dos coeficientes do modelo 2 significativos a 0,05:

- Quanto maior a **porcentagem de frases dedicadas ao domínio Relações Exteriores** nos manifestos do partido do autor, menor a chance de que a PEC se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos (cada ponto percentual a mais nos manifestos reduz esta chance em cerca de 51%) .

- Quanto maior a **porcentagem de frases dedicadas ao domínio Liberdade e Democracia** nos manifestos do partido do autor, maior a chance de que a PEC se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos (cada ponto percentual a mais nos manifestos aumenta esta chance em cerca de 218%).

- Quanto maior a **porcentagem de frases dedicadas ao domínio Economia** nos manifestos do partido do autor, menor a chance de que a PEC se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos (cada ponto percentual a mais nos manifestos reduz esta chance em cerca de 19%) .

- Quanto maior a **porcentagem de frases dedicadas ao domínio Bem-estar e Qualidade de vida** nos manifestos do partido do autor, maior a chance de que a PEC se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos (cada ponto percentual a mais nos manifestos aumenta esta chance em cerca de 49%).

- Quanto maior a **porcentagem de frases dedicadas ao domínio Estrutura da Sociedade** nos manifestos do partido do autor, maior a chance de que a PEC se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos (cada ponto percentual a mais nos manifestos aumenta esta chance em cerca de 532%).

- A **ideologia** do partido do autor não afeta o assunto ao qual ele dirige a PEC.

- Se o autor da PEC for da **região Norte**, a chance de que se dirija a direitos e garantias fundamentais em vez de a temas genéricos é cerca de 68% menor do que se ele for da região centro-oeste; a chance de que se dirija à defesa do estado e das instituições democráticas em vez de a temas genéricos é cerca de 66% menor e a chance de que se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos é cerca de 61% menor.

- Se o autor da PEC for da **região Nordeste**, a chance de que se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos é cerca de 75% menor do que se ele for da região centro-oeste.

- Se uma PEC tiver sido apresentada entre 1995 e 1999 (durante a **50ª legislatura**) a chance de que ela se dirija a dispositivos econômicos (tributação, orçamento, ordem econômica e financeira) em vez de a temas genéricos é cerca de 188% maior do que se ela tiver sido apresentada durante a 48ª legislatura (entre 1987 e 1991).

Interpretação dos coeficientes do modelo 2 significativos a 0,10:

- Quanto maior a **porcentagem de frases dedicadas ao domínio Relações Exteriores** nos manifestos do partido do autor, menor a chance de que a PEC se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos (cada ponto percentual a mais nos manifestos reduz esta chance em cerca de 43%).

- Quanto maior a **porcentagem de frases dedicadas ao domínio 3 (Sistema Político)** nos manifestos do partido do autor, maior a chance de que a PEC se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos (cada ponto percentual a mais nos manifestos aumenta esta chance em cerca de 33%).

- Se o autor da PEC for da **região Nordeste**, a chance de que se dirija à defesa do estado e das instituições democráticas em vez de a temas genéricos é cerca de 59% menor do que se ele for da região centro-oeste.

- Se o autor da PEC for da **região Sudeste**, a chance de que se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 91% maior do que se ele for da região centro-oeste.

- Se o autor da PEC for da **região Sul**, a chance de que se dirija à organização dos poderes em vez de a temas genéricos é cerca de 111% maior do que se ele for da região centro-oeste.

- Se uma PEC tiver sido apresentada entre 1999 e 2003 (durante a **51ª legislatura**) a chance de que ela se dirija à ordem social em vez de a temas genéricos é cerca de 170% maior do que se ela tiver sido apresentada durante a 48ª legislatura (entre 1987 e 1991).

- Se uma PEC tiver sido apresentada entre 2003 e 2005⁷⁸ (durante a **52ª legislatura**) a chance de que ela se dirija à organização do estado em vez de a temas genéricos é cerca de 178% maior do que se ela tiver sido apresentada durante a 48ª legislatura (entre 1987 e 1991) e a chance de que ela se dirija à ordem social é cerca de 200% maior.

Enfim, a única variável sem nenhum efeito significativo sobre o assunto da PEC é a ideologia do partido, apenas no modelo 2, quando em presença das porcentagens de frases e da legislatura. Todas as demais variáveis apresentam impacto estatisticamente significativo de alguma de suas categorias.

As variáveis que medem as ênfases programáticas (domínio mais enfatizado no modelo 1 e porcentagem de frases em cada domínio, no modelo 2) têm efeito estatisticamente significativo sobre o assunto das PECs, afetando as chances de que se dirijam ao tema da organização do Estado, da organização dos poderes, dispositivos econômicos e ordem social. A hipótese nula de que as ênfases programáticas não teriam impacto sobre o assunto da Constituição que os parlamentares propõem emendar pode, portanto, ser rejeitada.

Ajuste dos modelos:

A medida da qualidade do ajuste utilizada nos dois modelos foi o *log-likelihood*, cujo valor reflete a probabilidade de que tais dados sejam observados, dados os parâmetros estimados. (Pampel, 2000)

O teste utiliza a diferença entre os valores do modelo básico (apenas com o intercepto, ou seja, sem nenhuma contribuição de variáveis independentes) e do modelo final. Quanto maior esta diferença, mais as variáveis incluídas contribuem para o ajuste do modelo.

A multiplicação desta diferença por (-2) resulta em um valor de chi-quadrado com graus de liberdade iguais ao número de variáveis independentes, incluindo todas as

⁷⁸ A 52ª legislatura termina em janeiro de 2007, mas as PECs analisadas nesta pesquisa são as apresentadas até 2005.

suas categorias.⁷⁹ Este chi-quadrado testa a hipótese nula de que todos os coeficientes sejam iguais a zero, ou seja, de que as variáveis independentes incluídas no modelo não produzem nenhum efeito sobre a variável dependente.

Em ambos os modelos estimados a grande significância do teste permite rejeitar a hipótese de que a melhoria do ajuste do modelo básico após a inclusão das variáveis independentes não diferiria significativamente de zero, ou que tenha ocorrido por acaso.

Assim, é possível afirmar que é ínfima a chance de cometer um erro ao rejeitar a hipótese nula de efeito zero em favor da hipótese de que as variáveis independentes escolhidas tenham efeito significativo sobre o assunto das PECs. No caso do modelo 1, se considerada verdadeira a hipótese nula, a probabilidade de que os dados observados produzissem os parâmetros estimados seria menor que 0,00095. No modelo 2 esta probabilidade é ainda menor: 0,00075.

4.1 Congruência

Além de servirem para classificar as ênfases programáticas dos partidos, as categorias da análise de conteúdo foram aplicadas também ao conteúdo das PECs com o objetivo de mensurar a sua congruência com as preferências partidárias dos seus autores.

Assim, cada uma das 1580 PECs apresentadas por parlamentares dos 7 principais partidos foi classificada em um dos domínios (de 0 a 7, conforme descrito no capítulo 3).

Um resumo desta classificação pode ser visto na Tabela 26.

⁷⁹ Esta transformação permite que a medida varie de 0 a + infinito, tornando-a mais intuitiva, e também inverte a direção da interpretação: o valor do modelo básico passa a apresentar um valor maior que o modelo final, mas a diferença entre eles é que continua sendo o critério da qualidade do ajuste: quanto maior a diferença entre os dois valores, maior a contribuição das variáveis independentes.

Tabela 26: PECs segundo o domínio dos seus conteúdos.

Domínio	N	%
Relações Exteriores	19	1,2
Liberdade e Democracia	24	1,5
Sistema Político	520	32,9
Economia	198	12,5
Bem Estar e Qualidade de Vida	205	13,0
Estrutura da Sociedade	227	14,4
Grupos Sociais	177	11,2
discrepantes	210	13,3
Total	1580	100

A partir desta classificação, foi criado o índice de congruência, que corresponde à proporção do domínio da PEC no manifesto do partido do autor.

Por exemplo, a PEC nº. 126, de 1992, apresentada pelo deputado Dercio Knopp, do PDT, propunha reduzir o número de deputados federais, e foi classificada no domínio 3 (Sistema Político). Como no manifesto do PDT em 1992 (o mesmo da sua fundação, ou seja, o de 1979), o domínio Sistema Político ocupava 0,7% do texto, este é o índice de congruência desta PEC.

Este índice, por corresponder à percentagem de um dado domínio no texto, pode variar de 0 (caso em que o domínio da PEC está totalmente ausente do manifesto do partido do seu autor) até 100 (caso hipotético em que o domínio da PEC fosse o único assunto do manifesto do partido do autor).

Entre as PECs consideradas nesta análise, o maior valor que o índice de congruência assume é de 58,6 que é a maior porcentagem de texto dedicada a um único domínio. É o caso das 22 PECs de assuntos discrepantes (ou seja que não se enquadram nos demais domínios da classificação) apresentadas por parlamentares do PT depois de 1990.

A Tabela 27 mostra a congruência média das PECs apresentadas por partido:

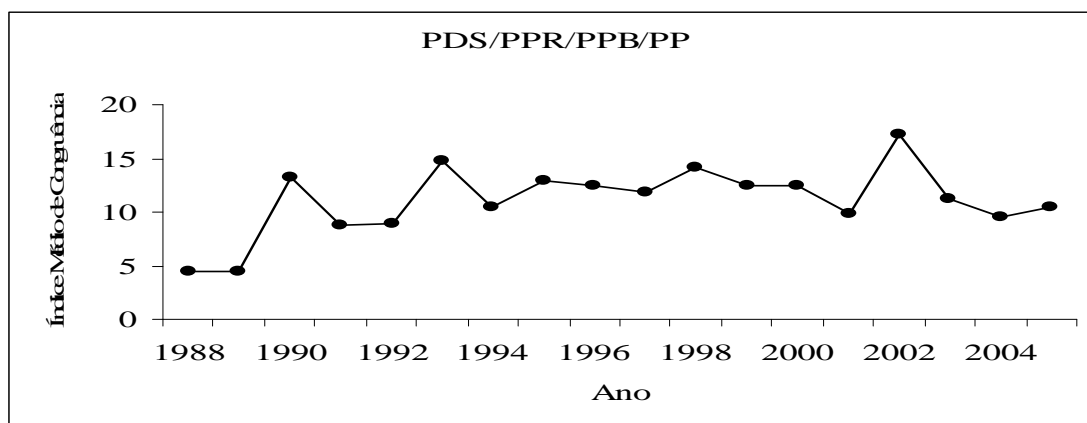
Tabela 27: Índice médio de congruência por partido.

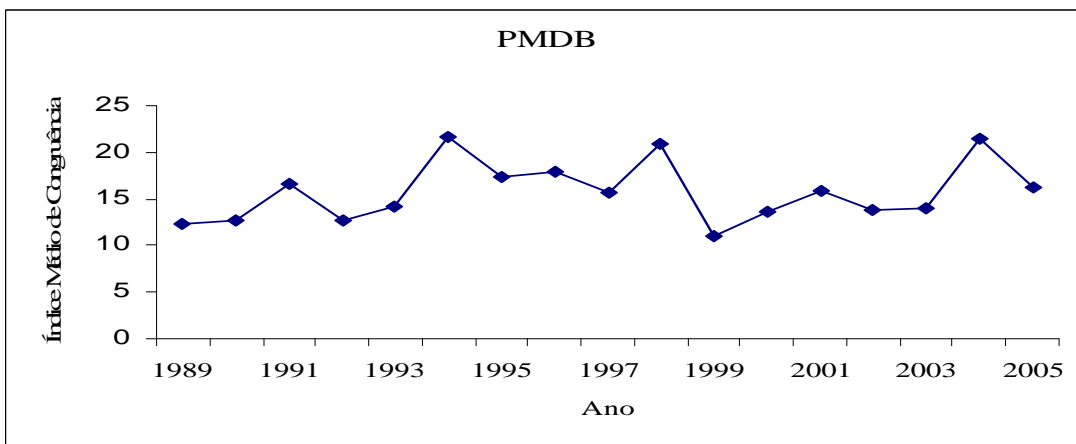
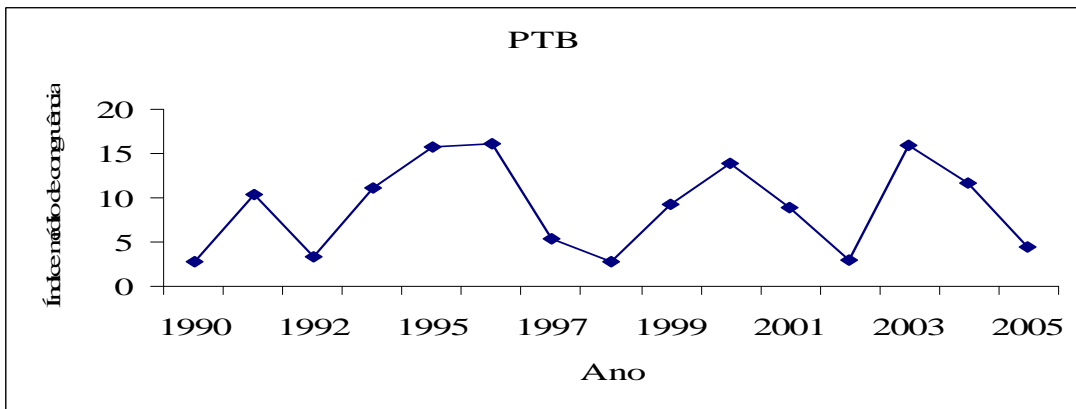
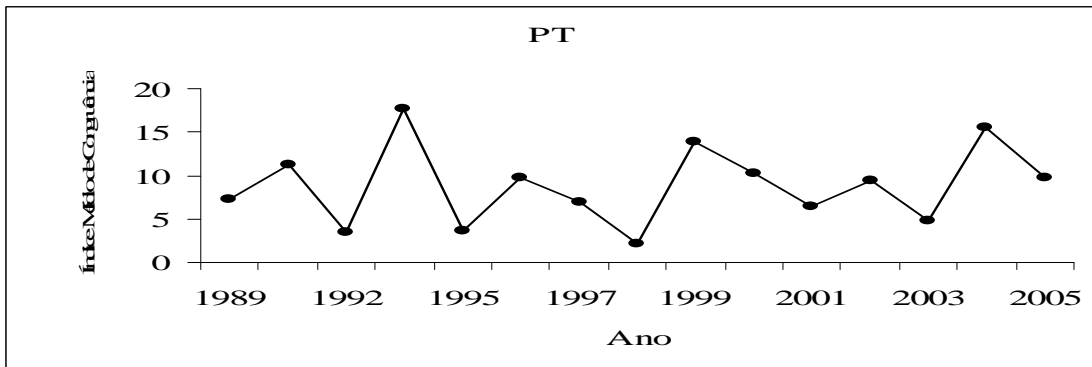
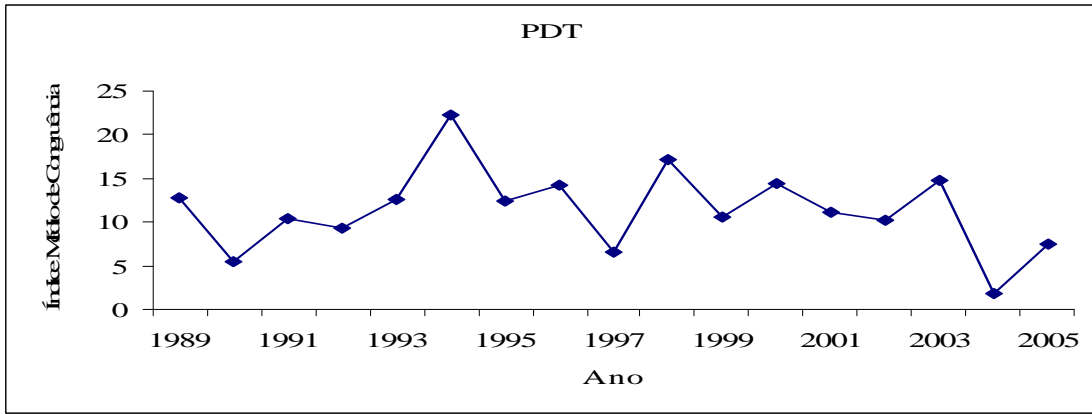
	PP	PDT	PT	PTB	PMDB	PFL	PSDB
Média	11,5	11,4	9,2	10,9	15,6	15,5	12,9
Desvio Padrão	7,8	8,9	16,4	9,2	10,2	9,5	7,5
Mediana	8,6	7,2	4,1	4,6	12,2	11,1	12,3
Moda	8,6	1,9	0,4	0,7	12,2	11,0	12,3
Mínimo	3,6	0,7	0,1	0,7	0,6	0	0,2
Máximo	30,3	25,3	58,6	27,1	33,5	36,9	25,4

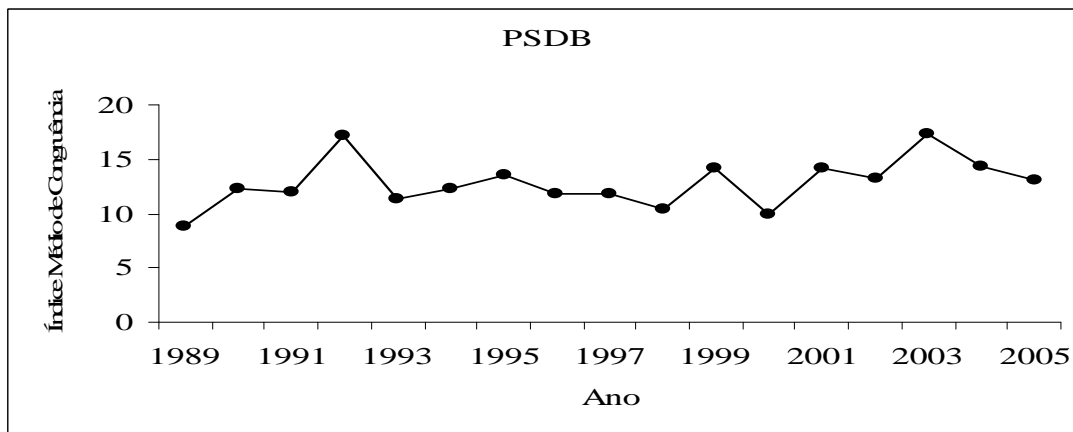
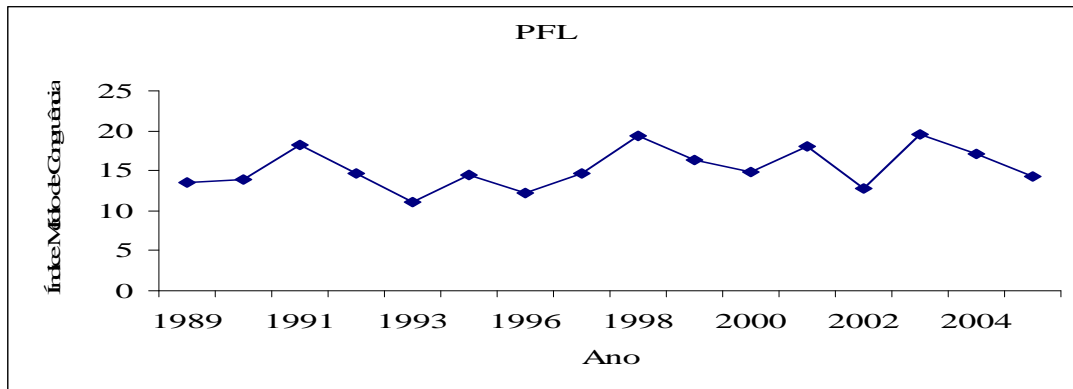
Em todos os partidos a dispersão, refletida no desvio padrão da média, é alta, o que sugere que o comportamento dos parlamentares é bastante heterogêneo no que se refere aos critérios para apresentação de PECs.

O PT, apesar de ter o maior valor máximo, é o partido mais incongruente: apresenta a menor média, a menor moda e a menor mediana do índice de congruência das PECs apresentadas por seus parlamentares.

Os gráficos a seguir ilustram a variação no índice médio de congruência por ano em cada partido:







Os gráficos acima mostram que:

- a) o PDT é o partido com a maior e a menor média anual (22,3 em 1994 e 1,9 em 2004);
- b) o PT, o PDT e o PTB apresentam as maiores oscilações nas médias anuais;
- c) as médias anuais do PDT começam a diminuir depois de 1994 (quando entra em vigor o novo programa);
- d) as médias anuais do PDS/PPR/PPB aumentam até 2002 e começam a cair a partir de 2003 (quando a sigla muda para PP e o último programa entra em vigor).

CONCLUSÃO

A enorme quantidade de PECs apresentadas desde 1988, por parlamentares de todos os principais partidos e dirigidas a todos os títulos da Constituição, indica que há um considerável interesse dos legisladores brasileiros pelos temas constitucionais. A associação entre os partidos dos autores das PECs e os assuntos da Constituição que eles selecionam para alterar, mostrada no capítulo 1, sugere que este interesse esteja relacionado às preferências partidárias.

Para que a relação sugerida pudesse ser demonstrada, um requisito fundamental era que as preferências variassem entre os partidos. Esta variação foi demonstrada no capítulo 3, através da análise de conteúdo dos manifestos, suscitando a primeira conclusão: os partidos brasileiros se distinguem uns dos outros pelas suas ênfases programáticas, exatamente como previa a primeira hipótese.

Assim, temos um quadro partidário em que o PP se distingue pela seleção do domínio 5 (bem estar e qualidade de vida), o PDT e o PTB pela seleção do domínio 7 (grupos sociais), o PMDB, o PFL e o PSDB pela seleção do domínio 3 (sistema político) e o PT se distingue pela seleção do domínio 2 (liberdade e democracia) e também por conferir, nos seus manifestos, mais espaço a questões internas ao próprio partido do que a qualquer área de políticas públicas.

Se as preferências políticas dos partidos podem ser captadas através das suas ênfases programáticas – e este é um pressuposto fundamental nesta tese – um sistema de partidos que se diferenciam uns os outros pelas suas preferências políticas está longe de ser amorfo.

Quanto ao impacto desta variação sobre o assunto das PECs, a análise mostrou que o domínio enfatizado no manifesto do partido do autor afeta significativamente o assunto que ele propõe alterar na Constituição, inclusive mais do que sua posição no eixo esquerda-direita.

Apesar do título da organização dos poderes ter sido visado no maior número de propostas, é sobre a chance de PECs acerca da organização do Estado que a análise mostrou maior impacto das ênfases programáticas. Assim, é plausível esperar, por exemplo, que quanto mais ênfase um partido confere ao domínio 6 (Estrutura da Sociedade) ou ao domínio 2 (Liberdade e Democracia), maior a chance de que PECs apresentadas por seus parlamentares se dirijam ao tema da organização do Estado.

Também são importantes os efeitos negativos, tais como as ênfases que reduzem as chances de que determinados assuntos sejam objeto de PECs. Este é o caso da ênfase no domínio 7 (Grupos Sociais), que diminui a chance de que a PEC se dirija a dispositivos econômicos e à ordem social, por exemplo.

Além disso, pode-se afirmar que a agenda do Congresso também têm impacto sobre o assunto das PECs de forma que aquelas apresentadas entre 1995 e 1999 (durante a 50ª legislatura) têm mais chance de se dirigirem a dispositivos econômicos, aquelas apresentadas entre 1999 e 2003 (durante a 51ª legislatura) têm mais chance de se dirigirem à ordem social e aquelas apresentadas entre 2003 e 2005 (durante a 52ª legislatura) têm mais chance de se dirigirem à organização do estado.

Os resultados obtidos, ao mesmo tempo em que recomendam prudência nas conclusões sobre o impacto da preferências partidárias sobre os temas das PECs, produzem novas questões que não podem ser ignoradas. Algumas delas são: o significado do adjetivo programático, quando aplicado a partidos brasileiros; o significado do baixo impacto da ideologia dos partidos; os determinantes das mudanças programáticas ao longo do tempo; os mecanismos que produzem a relação encontrada entre determinadas ênfases programáticas e determinados assuntos visados nas PECs.

Estes são tópicos para uma agenda futura de pesquisa que pretende se beneficiar do percurso até aqui percorrido, e do debate que eventualmente possa vir a suscitar.

BIBLIOGRAFIA

Alesina, A., N. Roubini, *et al.* **Political cycles and the macroeconomy**. Cambridge, Mass.: MIT Press. 1997. xii, 302 p. p.

Allan, J. P. e Scruggs, L. Political partisanship and Welfare State Reform in advanced industrial societies. **AJPR**, v.48, n.3, p.496-512. 2004.

Almeida, L. C. **PPB: Origem e trajetória de um partido de direita no Brasil**. Dissertação de Mestrado, DCP, USP, São Paulo, 2004.

Amaral, O. E. **A estrela não é mais vermelha : as mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo, Brasil: Editora Garçonni. 2003. 202 p. p.

Amorim Neto, O. “Formação de gabinetes presidenciais no Brasil: coalizão versus cooptação”. **Nova Economia**, v.4, n.1. 1994.

Amorim Neto, O. e Santos, F. A Produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação. In: L. Werneck Vianna (Ed.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. A Produção Legislativa do Congresso: entre a paróquia e a nação, p.91-139

Bara, J. e A. Weale. **Democratic politics and party competition**. New York: Routledge. 2006 (Routledge/ECPR studies in European political science ; 47)

Benoit, K. e M. Laver. **Party policy in modern democracies**. Milton Park, Abingdon, Oxon ; New York: Routledge. 2006 (Routledge research in comparative politics ; 19)

Bonnardel, P. The Kappa coefficient : The measurement of Interrater agreement when the ratings are on categorical scales. The case of two raters. 2001. Capturado em <http://kappa.chez-alice.fr/kappa.txt>

Braga, M. S. S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas; Fapesp. 2006

Budge, I. Estimating party policy preferences : from ad hoc measures to theoretically validated standards. Essex papers in politics and government no. 139. Colchester, Essex: Department of Government University of Essex, 1999.

_____. Experts judgements of party policy positions: uses and limitations in political research. **EJPR**, v.37, p.103-113. 2000.

Budge, I. e D. Farlie. **Explaining and predicting elections : issue effects and party strategies in twenty-three democracies**. London ; Boston: Allen & Unwin. 1983. xiii, 226 p.

Budge, I., Robertson, D. *et al.* **Ideology, strategy, and party change : spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies**. Cambridge Cambridgeshire ; New York: Cambridge University Press. 1987. xvii, 494 p.

Budge, I., Volkens, A. *et al.*, Eds. **Mapping policy preferences: estimates for parties, electors, and governments 1945-1998**. New York: Oxford University Press, p.x, 274ed. 2001.

Carey, J. M. e Shugart, M. S. Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. **Electoral Studies**, v.14, n.4, p.417-439. 1995.

Carvalho, F. L. **O Centro do Labirinto: Um estudo sobre a competição eleitoral na TV**. IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

Castles, F. G. **The Impact of parties : politics and policies in democratic capitalist states**. London ; Beverly Hills, Calif.: Sage Publications. 1982. 369 p. p.

Castles, F. G. e P. Mair. Left-right political scales: some 'expert' judgements. **EJPR**, v.12, n.1, p.73-88. 1984.

Castles, F. G. e R. D. Mckinlay. Does politics matter? Public welfare commitment in advanced democratic states. **EJPR**, v.7, n.2, p.169-186. 1979.

Chacon, V. **História dos partidos brasileiros**. Brasília, DF: Editora UnB. 1998. 811 p-p.

Cohen, J. A coefficient of agreement for nominal scales. **Educational and Psychological Measurement**, v.XX, n.1, p.37-46. 1960.

Coppedge, M. A classification of Latin American political parties. Notre Dame, Ind.: The Helen Kellogg Institute for International Studies, Working Paper n. 244: 50 p. 1997.

Couto, C. G. e Arantes, R. B. Constituição ou Políticas Públicas? Uma avaliação dos anos FHC. In: F. L. Abrúcio e M. R. Loureiro (Ed.). O Estado numa era de reformas: os anos FHC. Brasília: ENAP, 2002.

_____. Constituição, Governo e Democracia no Brasil. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Caxambu, MG: ANPOCS - Associação Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais 2004.

Dalton, R. J. e Wattenberg, M. P. **Parties without partisans : political change in advanced industrial democracies**. Oxford ; New York: Oxford University Press. 2000a. xiv, 314 p. p.

Downs, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp. 1999

Duverger, M. **Os Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB. 1980

Fernandes, L. Muito barulho por nada? O realinhamento político-ideológico nas eleições de 1994. **Dados**, v.38, n.1, p.107-144. 1995.

Ferreira, D. P. **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Editora Alternativa. 2002. 245 p. p.

Figueiredo, A. M. C. e F. P. Limongi. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 1999. 231 p. p.

Hibbs Jr., D. A. Political Parties and Macroeconomic Policy. **APSR**, v.71, p.146-1487. 1977.

_____. Partisan theory after fifteen years. **European Journal of Political Economy**, v.8, p.361-373. 1992.

Hicks, A. M. e Swank, D. H. Politics, Institutions and Welfare Spending in Industrialized Democracies, 1960-82. **APSR**, v.86, n.3, p.658-674. 1992.

Huber, J. e R. Inglehart. Expert interpretations of party space and party locations in 42 societies. **Party Politics**, v.1, n.1, p.73-111. 1995.

Janda, K. **A conceptual framework for the comparative analysis of political parties**. Beverly Hills, Calif.,: Sage Publications. 1970. 76-126 p. p.

Janda, K., R. Harmel, *et al.* Changes in party identity: evidence from Party Manifestos. **Party Politics**, v.1, n.2, p.171-196. 1995.

Katz, R. S. e P. Mair. **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London ; Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications. 1994. viii, 375 p. p.

Key, V. O. **Politics, parties, & pressure groups**. New York,: Crowell. 1964. xiii, 738 p.

Kinzo, M. D. G. O quadro partidário e a constituinte. In: B. Lamounier (Ed.). De Geisel a Collor: balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990. O quadro partidário e a constituinte

_____. Sistema eleitoral e partidos políticos no Brasil. In: F. Konrad-Adenauer (Ed.). Sistema de Governo, Legislação Partidária e Eleitoral em Países do Cone Sul. São Paulo: Fund. Konrad-Adenauer, 1993. Sistema eleitoral e partidos políticos no Brasil. (Debates)

_____. Desenvolvimentos recentes do sistema partidário brasileiro. In: F. K. Adenauer (Ed.). A projeção do Brasil face ao Século XXI - Série Debates. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, v.16, 1998. Desenvolvimentos recentes do sistema partidário brasileiro. (Série Debates)

_____. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **RBCS**, v.20, n.57, p.65-81. 2005.

Kinzo, M. D. G. e Braga, M. S. S. Sistema eleitoral, Competição partidária e Representação Parlamentar nos Legislativos estaduais. Seminário Internacional: Legislativos Esaduais em Perspectiva Comparada. Belo Horizonte (MG), 2003. p.

Kleinnijenhuis, J. e Pennings, P. Measurement of party positions on the basis of party programmes, media coverage and voter perceptions. In: Laver, M. (Ed.). Estimating the policy position of political actors. London; New York: Routledge / ECPR, 2001.

Klingemann, H.-D., Hofferbert, R. I. *et al.*, Eds. **Parties, policies, and democracy**. Theoretical lenses on public policy. Boulder: Westview Press, p.xxii, 318, 1994.

Klingemann, H.-D., Volkens, A. *et al.* **Mapping Policy Preferences II: Estimates for parties, electors, and governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003.** Oxford, Oxford University Press, 2006.

Krippendorff, K. **Content analysis: an introduction to its methodology.** Beverly Hills: Sage Publications. 1980. 191 p. p.

Lamounier, B. **Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90.** São Paulo, SP: Edições Loyola. 1989. 150 p. p.

Lamounier, B. e Meneguello, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro.** São Paulo, SP: Brasiliense. 1986. 134 p. p.

Landis, J. R. e G. G. Koch. The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data. **Biometrics**, v.33, p.159-174. 1977.

Lasswell, H. D. **A linguagem da política.** Brasília: Ed. UnB. 1979

Laver, M. **Estimating the policy position of political actors.** London ; New York: Routledge. 2001. xx, 252 p. p. (Routledge/ECPR studies in European political science)

Laver, M., Benoit, K. *et al.* Extrating policy positions from political texts using words as data. **APSR**, v.97, n.2, p.311-331. 2003.

Laver, M. e Budge, I. **Party policy and government coalitions.** New York, N.Y.: St. Martin's Press. 1992. xxii, 448 p.

Leal, P. R. F. **O PT e o dilema da representação política: os deputados federais são representantes de quem?** Rio de Janeiro, FGV Ed., 2005. 126 p.

Leoni, E. Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **Dados**, v.45, n.3, p.361-386. 2002.

Lima Jr., O. B. **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos anos 80.** São Paulo: Edições Loyola. 1993

Limongi, F. P. e Figueiredo, A. M. C. Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. **Dados**, v.38, n.3, p.497-525. 1995.

Lipset, S. M. e Rokkan, S. **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives.** New York,: Free Press. 1967. xvi, 554 p. p. (International yearbook of political behavior research v. 7)

Long, J. S. **Regression models for categorical and limited dependent variables.** Thousand Oaks: Sage Publications. 1997. xxx, 297 p. p. (Advanced quantitative techniques in the social sciences ; 7)

Mainwaring, S. Weak Parties, Feckless Democracy. In: S. Mainwaring e T. Scully (Ed.). *Building democratic institutions : party systems in Latin America.* Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1995.

_____. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil.** Porto Alegre, Rio de Janeiro, RJ: Mercado Aberto ; FGV. 2001. 420 p.

Mainwaring, S., Meneguello, R. *et al.* **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases.** São Paulo: Paz e Terra. 2000. 107 p.

Mainwaring, S. e Scully, T. (orgs). **Building democratic institutions: party systems in Latin America.** Stanford, Calif.: Stanford University Press. 1995. xix, 578 p. p.

Mainwaring, S. e Scully, T. A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina. **Dados**, v.37, n.1, p.43-79. 1994.

Mainwaring, S. e Torcal, M. Party system institutionalization and party system theory after the third wave of democratization. Working Paper n. 319, Kellogg Institute 2005.

Mair, P. Searching for the positions of political actors. In: M. Laver (Ed.). *Estimating the policy positions of political actors.* London; New York: Routledge / ECPR, 2001.

Mcdonald, M. D. Parties in democracy, democracy in parties. In: J. Bara e A. Weale (Ed.). *Democratic Politics and Party Competition.* London; New York: Routledge / ECPR, 2006.

Melo, C. R. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004. 212 p. p. (Coleção Origem; 23)

Mendes, G. G. **Da Frente Brasil Popular à Aliança Capital Trabalho: a análise do discurso das campanhas de Lula a Presidência (1989 a 2002)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

Meneguello, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, 1985-1997**. São Paulo, SP: Paz e Terra. 1998. 205 p. p.

Michels, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: Ed. UnB. 1982

Montenegro, D. F. **Classe e Partido: o Leninismo e o Partido dos Trabalhadores**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2002.

Neuendorf, K. A. **The content analysis guidebook**. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications. 2002. xviii, 301 p. p.

Nicolau, J. M. **Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro, 1985-94**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Fundação Getulio Vargas Editora. 1996. 118 p. p.

_____. Disciplina Partidária e Base Parlamentar na Câmara dos Deputados no Primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). **Dados**, v.43, n.4, p.709-735. 2000.

_____. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2004

North, R. C., Holsti, O. R. *et al.* **Content analysis; a handbook with applications for the study of international crisis**. Evanston: Northwestern University Press. 1963. 182 p. p.

Pampel, F. C. **Logistic regression: a primer**. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications. 2000. vii, 85 p. p. (Sage university papers series. Quantitative applications in the social sciences ; no. 07-132)

Panebianco, A. **Modelos de Partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes. 2005

Partido da Frente Liberal. **O livro do PFL : educação e emprego**. São Paulo, SP: M. Ohno Editor. 1996. 478 p. p.

Partido dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congressos (1979-1998)**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 1998.

Pedersen, Mogens. On measuring party system change: a methodological critique and a suggestion. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 4, 1980

Peres, P. S. **Sistema Partidário e Dinâmica Democrática no Brasil**. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, USP, São Paulo, 2004.

Power, T. J. Brazilian Politicians and Neoliberalism: Mapping Support for the Cardoso Reforms, 1995-1997. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, v.40, n.4, p.51-72. 1998.

Ribeiro, L. M. **Partidos e Políticas Sociais nos Municípios Brasileiros (1996-2003)**. Tese de Doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro, 2005.

Robertson, D. B. **A theory of party competition**. London ; New York: J. Wiley. 1976. x, 210 p. p.

Rodrigues, L. M. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados**. São Paulo: Edusp. 2002. 242 p. p.

Roma, C. **A Social Democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB (1988-1998)**. Dissertação de Mestrado, DCP, USP, São Paulo, 1999.

Roma, C., Muranaka, A. *et al.* Como mensurar preferências individuais: o método Poole & Rosenthal. III Simpósio de Pós-Graduação em Ciência Política da USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003. p.

Roma, C. R. **Atores, Preferências e Instituição na Câmara dos Deputados**. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, USP, São Paulo, 2004.

Sartori, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: Ed. UnB. 1982

Schmidt, M. G. When parties matter: a review of the possibilities and limits of partisan influence on public policy. **EJPR**, v.30, n.2, p.155-183. 1996.

Schmitter, P. Parties Are Not What They Once Were. In: L. Diamond e R. Gunther (Ed.). **Political Parties and Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

Shively, W. P. **The craft of political research**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1980. xiv, 189 p. p.

Shugart, M. S. e Carey, J. M. **Presidents and Assemblies: constitutional design and electoral dynamics**. New York: Cambridge University Press. 1992

Singer, A. **O PT**. São Paulo, SP: Publifolha. 2001. 98 p. p.

_____. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994**. São Paulo, SP, Brasil: EDUSP: FAPESP. 2002. 203 p. p.

Tarouco, G. **O Partido da Frente Liberal: trajetória e papel no sistema político**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, IFCH, UNICAMP, Campinas, 1999.

Tavares, J. A. G. Prefácio à edição brasileira. In: Mainwaring, S. **Sistemas Partidários em Novas Democracias - o caso do Brasil**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Mercado Aberto; Ed. FGV, 2001.

_____, (Ed.) **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Coleção Brasil 2010, n. 3. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, p.398 p., 2003.

Volkens, A. Manifesto research since 1979: from reliability to validity. In: Laver, M. (Ed.). **Estimating the Policy Position of Political Actors**. London; New York: Routledge/ECPR, 2001.

Weber, R. P. **Basic content analysis**. Newbury Park, Calif.: Sage Publications. 1990. 96 p. p. (Sage university papers series. Quantitative applications in the social sciences ; no. 07-049)

APÊNDICE METODOLÓGICO

I) Resíduos Ajustados: Partido do Deputado x Título da Constituição	115
II) Orientação ideológica dos partidos	116
III) Critérios para análise dos textos, adaptados de Budge et al. (2001)	117
1) A Unidade de Análise	117
2) Protocolo de codificação	118
IV) Especificações do Teste de Confiabilidade	119
1) Procedimentos para a seleção da amostra usada no teste	119
2) Critérios para avaliar o resultado do índice <i>kappa</i>	121
3) Classificação por categorias, das 1087 frases da amostra, por dois codificadores diferentes	122
V) Probabilidades de referência	160

I) Resíduos Ajustados do cruzamento Partido do Deputado x Título da Constituição visado na PEC (tabela 7)

Partido	PMDB	PFL	PSDB	PT	PP	PDT	PTB	PL	PSB	PPS	PP	PCdoB	PTC	s/ part. + ñ id..	PSC	PV	PSDC	PSL	PRP	PTN	PMN	PSD	PST	PHS	PRONA	PTdoB	TOTAL
Título																											
ADCT	0,3	0,6	1,6	-2,9	-0,3	-0,4	-0,3	-0,2	1,9	2,0	-0,9	-1,5	0,3	-0,9	-0,8	-0,8	2,4	1,3	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,4	-0,3	3,5	-0,3	7,7
I	-0,2	-1,1	0,0	2,4	0,2	-0,7	-0,7	-0,6	-0,5	-0,4	-0,3	-0,3	5,0	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	0,4
II	0,6	1,1	-0,1	0,0	0,0	1,2	-1,4	-0,1	-1,8	-1,4	2,1	-0,3	0,6	-1,2	-0,1	1,1	-1,0	-0,8	-0,7	-0,6	-0,6	-0,6	-0,6	-0,4	-0,4	2,5	13,8
III	1,6	-1,4	-0,1	0,7	-0,9	-0,3	0,8	-1,3	0,5	-0,1	0,3	1,9	-0,1	0,0	-1,0	-1,0	-0,9	-0,7	1,2	-0,5	1,7	-0,5	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	11,5
IV	-2,6	0,5	-1,0	2,7	2,0	-1,2	-0,1	-1,1	1,9	-0,2	-0,9	0,4	-2,0	1,9	-1,0	0,1	-0,6	1,0	0,2	-0,9	0,7	0,7	-0,9	-0,6	-0,6	-0,6	27,7
V	0,4	0,7	1,0	-1,5	-0,2	1,0	-0,7	-0,7	0,9	-0,4	-0,5	-0,4	-0,8	-0,7	-0,7	-0,6	-0,6	-0,5	-0,4	5,8	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	5,6
VI	0,8	-0,8	0,5	-2,2	-1,1	0,5	2,9	0,3	-1,0	0,8	-0,8	-1,2	2,8	0,0	1,2	0,2	0,4	-0,7	-0,6	-0,5	-0,5	-0,5	1,7	2,8	-0,4	-0,4	11,5
VII	0,5	-0,3	-0,7	0,8	0,9	1,5	-0,3	-1,2	-0,9	-0,4	-1,0	0,2	-0,6	1,4	-0,5	-0,5	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	3,1
VIII	1,1	-0,8	-1,3	-0,3	-1,3	-0,4	-0,9	3,4	-1,0	0,9	0,8	0,6	-0,4	-0,3	2,8	1,0	0,1	0,6	0,9	-0,6	-0,6	1,4	1,4	-0,4	-0,4	-0,4	14,8
IX	-2,1	0,8	1,5	0,8	1,0	-0,7	0,1	0,5	-1,2	-1,4	0,7	-0,1	-0,7	-0,6	-0,6	-0,5	1,5	-0,4	-0,4	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	4,1
TOTAL (%) (n)	100 (311)	100 (258)	100 (258)	100 (233)	100 (226)	100 (133)	100 (117)	100 (97)	100 (75)	100 (46)	100 (30)	100 (26)	100 (10)	100 (9)	100 (8)	100 (7)	100 (6)	100 (4)	100 (3)	100 (2)	100 (2)	100 (2)	100 (2)	100 (1)	100 (1)	100 (1)	100 (1868)

II) Orientação ideológica dos partidos cujos deputados apresentaram PECs entre 1988 e 2005:

Partido	Classificação			
	Coppedge (1997) ⁸⁰	Fernandes (1995)	Mainwaring et al. (2000)	Rodrigues (2002)
PDS/PPR/PPB/PP	SR	D	D	D
PDT	SCL	E	não consta	E
PT	SL	E	não consta	E
PTB	SCR	D	CD	C
PMDB	SC	C	não consta	C
PDC/PSDC	SCR	não consta	CD	não consta
PSL	não consta	não consta	CD	não consta
PSC	XC	D	CD	D
PTN	não consta	não consta	não consta	não consta
PL	SR	D	D	D
PCB/PPS	SL	E	não consta	E
PFL	SR	D	D	D
PTR/PP	SCR	C	CD	não consta
PSN/PHS	não consta	não consta	não consta	não consta
PMN	U	E	CD	E
PJ/PRN/PTC	P	não consta	D	não consta
PSB	SL	E	não consta	E
PSD	SR	D	D	D
PV	O	E	não consta	E
PRP	U	D	não consta	não consta
PSDB	SCL	C	não consta	C
PSOL	não consta	não consta	não consta	não consta
PST	SCR	não consta	CD	D
PRONA	SR	D	D	D
PCdoB	SL	E	não consta	E
PTdoB	U	não consta	não consta	não consta

⁸⁰ XC = Partidos cristãos de centro; SR = Partidos seculares de direita; SCR = Partidos seculares de centro-direita; SC = Partidos seculares de centro; SCL = Partidos seculares de centro-esquerda; SL = Partidos seculares de esquerda; P = Partidos personalistas; O = Outros; U = Desconhecido.

III) Critérios para análise dos textos, adaptados de Budge et al. (2001):

1) A Unidade de Análise.

O protocolo de análise de conteúdo do MRG define como unidade de análise a ‘*quasi-sentence*’, entendida como um argumento (expressão verbal de uma idéia política ou questão). Um período longo pode ser decomposto se contiver mais de um argumento. Por outro lado, o mesmo argumento pode ocupar um longo espaço e ainda assim ser uma só ‘*quasi-sentence*’: “*Thus, a ‘quasi-sentence’ is a set of words containing, one and only one, political idea. It stops either at the end of an argument or at a full stop (period).*” (Budge, Volkens, Bara, e Tanenbaum, 2001, pp. 217)

Nesta pesquisa, a unidade de análise dos textos é a frase, ou seja, a “construção que encerra um sentido completo, podendo ser formada por uma ou mais palavras, com verbo ou sem ele, ou por uma ou mais orações; pode ser afirmativa, negativa, interrogativa, exclamativa ou imperativa, o que, na fala, é expresso por entonação típica e, na escrita, pelos sinais de pontuação. (Definição de frase no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001)

A escolha de frases como unidades de análise evita os problemas de validade geralmente associados à análise de palavras, pois muitas vezes o significado da mesma palavra varia em contextos diferentes, e estes significados são perdidos quando se escolhe a palavra como unidade de análise. Por outro lado, evita também problemas de confiabilidade geralmente associados à análise de parágrafos completos, em que a freqüente presença de mais de uma categoria leva a uma decisão arbitrária e muitas vezes subjetiva.

Algumas frases são subdivisões de orações que arrolavam itens, tais como uma lista de aspectos da realidade, uma lista de problemas a serem combatidos, uma lista de ações a serem adotadas, etc. Em alguns períodos compostos por subordinação, as orações principais não foram destacadas das suas orações subordinadas. Por exemplo, em períodos iniciados por “*Acreditamos que ...*” ou “*Considerando que...*” estas orações foram mantidas juntas às orações seguintes, que contêm o sentido da frase.

Algumas partes dos manifestos como tabelas e títulos de seção não foram considerados como texto a ser codificado.

2) Protocolo de codificação

Cada frase foi codificada em uma das 56 categorias adaptadas do esquema de classificação do MRG, segundo os seguintes critérios, adaptados de Budge et al. (2001):

- 1) Uma frase que pareça não se enquadrar em nenhuma das categorias pode ser parte da discussão de um problema tratado ao longo de várias frases e pode ter uma função estilística ou de ligação. Neste caso, a categoria das demais frases que estão sendo conectadas é aplicada também a ela.
- 2) Frases de preâmbulos, narrativas históricas ou descrições que não se enquadrem em nenhuma das categorias devem ser classificadas como 000 (assunto discrepante).
- 3) Nos casos em que mais de uma categoria pareçam ser aplicáveis, a decisão deve levar em conta primeiro o assunto do parágrafo e depois o título da seção em que a frase se encontra.
- 4) Nos casos em que duas categorias realmente se apliquem, a ordem de prioridade adotada é a seguinte:
 - a) Posições políticas específicas (domínios 1 a 6) prevalecem sobre grupos sociais (grupo 7) exceto para o grupo Agricultura (703);
 - b) Posições políticas específicas prevalecem sobre Autoridade política (305);
 - c) Posições políticas específicas prevalecem sobre objetivos econômicos gerais (408).

IV) Especificações do Teste de Confiabilidade

1) Procedimentos para a seleção da amostra usada no teste:

A amostra selecionada para o teste de confiabilidade contém 1087 frases, que correspondem a 5,64% do total. O tamanho mínimo da amostra foi definido em função de um intervalo de confiança de 95% com margem de erro tolerável de 3% (Neuendorf, 2002, págs. 89 e 159) para que a confiabilidade encontrada na amostra possa ser representativa de todo o conjunto de textos.⁸¹

A amostra foi estratificada proporcionalmente por documento, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

⁸¹ Segundo Neuendorf (2002), apesar de alguns autores proporem que uma amostra para teste de confiabilidade deste tipo deva ser de pelo menos 10% da população, não há um padrão estabelecido quanto a isto. Antes que este ponto seja desenvolvido por mais pesquisas, a única afirmação inequívoca que pode ser feita (a partir de um levantamento do conhecimento acumulado na literatura a este respeito), segundo o autor, é que a amostra nunca seja menor que 50 e que raramente seria necessário ultrapassar 300. Este limite máximo só seria requerido em casos de populações muito numerosas e casos onde o nível de confiabilidade na população é presumidamente, por algum motivo, mais baixo.

Número de frases selecionadas para a amostra, por documento:

Manifesto	N. total de frases	N. de frases selecionadas
PDS 1979	816	46
PPB 1995	523	33
PP 2003	519	28
PDT 1979	991	54
PDT 1994	5974	334
PT 1980	442	23
PT 1990	414	28
PTB 1979	1015	57
PTB 2001	332	19
PMDB 1981	1731	97
PMDB 1994	1202	68
PFL pré 1988	813	48
PFL 1995	1179	65
PFL 2005	420	23
PSDB 1988	610	37
PSDB 2001	2297	127
TOTAL	19278	1087

Todas as frases de todos os manifestos foram numeradas e as frases que comporiam a amostra foram então selecionadas com o uso de uma tabela de números aleatórios.⁸²

⁸² Blalock, H. M. 1960, reproduzida em Barbetta. P. A. (2002) Estatística Aplicada às Ciências Sociais. Florianópolis, Ed. UFSC.

2) Critérios para avaliar o resultado do índice *kappa*:

Critérios de Bonnardel (2001):

> 0.75	Excellent
> 0.41	Good
<= 0.41	Poor
0.0	Ratings are independent
< 0.0	Disagreement > agreement
-1.0	The best disagreement !

Critérios de Landis e Koch (1977):

Almost Perfect	$\geq 0,81$
Substantial	0,80 - 0,61
Moderate	0,60 - 0,41
Fair	0,40 - 0,21
Slight	0,20 - 0,0
Poor	< 0,0

3) Classificação por categorias, das 1087 frases da amostra, por dois codificadores diferentes:

Manifesto	frase n°.	frase	G	Y	concordância ⁸³
PDS 1979	98	A doutrina que presidirá a ação partidária	503	0	0
PDS 1979	99	visa a uma ordem social mais justa,	503	503	1
PDS 1979	100	instituída na comunhão de todos,	503	606	0
PDS 1979	101	sem hegemonia de classes,	503	606	0
PDS 1979	102	com a adoção de uma política econômica	503	404	0
PDS 1979	103	que promova justa distribuição da renda,	503	503	1
PDS 1979	104	elimine os graves desníveis regionais na fruição das riquezas,	503	408	0
PDS 1979	105	e proporcione o bem-estar social de todos os brasileiros	504	503	0
PDS 1979	106	como fim último da atividade produtiva	504	403	0
PDS 1979	161	Estabelecer uma política de desenvolvimento acelerado dos recursos do mar	408	408	1
PDS 1979	162	e exploração racional como fonte insubstituível de riqueza	408	408	1
PDS 1979	246	A juventude brasileira é o major e o melhor capital de que dispomos	0	706	0
PDS 1979	247	Sua tarefa é a construção do futuro	0	706	0
PDS 1979	248	Devemos garantir-lhe o direito de participar,	706	706	1
PDS 1979	249	opinar, discutir, divergir a apoiar	706	706	1
PDS 1979	323	O PDS é um partido de idéias,	0	0	1
PDS 1979	324	que repudia as intransigências ideológicas	0	0	1
PDS 1979	325	Não aceita, pois, o capitalismo selvagem,	0	403	0
PDS 1979	326	gerador de terríveis injustiças,	0	606	0
PDS 1979	327	nem o coletivismo marxista	0	403	0

⁸³ 1 = os dois codificadores classificaram a frase na mesma categoria; 0 = os dois codificadores classificaram a frase em categorias diferentes. Codificador G: Gabriela Tarouco; codificador Y: Yuri Kasahara. A concordância, no nível das categorias, ocorreu em 708 frases.

PDS 1979	328	que, a pretexto de corrigir erros de uma sociedade desumana,	0	606	0
PDS 1979	329	edificou outra, inumana e apartada de Deus	0	603	0
PDS 1979	416	considere as instituições militares como eminentemente nacionais,	104	104	1
PDS 1979	417	permanentes e regulares,	104	104	1
PDS 1979	418	organizadas com base na hierarquia e na disciplina,	104	104	1
PDS 1979	419	sob a autoridade suprema do Presidente da República	104	104	1
PDS 1979	420	e dentro dos limites da lei;	104	104	1
PDS 1979	446	No que tange à força e às condições de vida do povo:	701	701	1
PDS 1979	447	garantir aos trabalhadores o poder aquisitivo dos salários,	701	412	0
PDS 1979	448	a liberdade sindical e de associação,	701	701	1
PDS 1979	449	salário justo,	701	701	1
PDS 1979	450	seguro-desemprego,	701	503	0
PDS 1979	451	participação nos lucros das empresas e igualdade em sua gestão,	701	503	0
PDS 1979	452	desde que livremente negociada entre patrões e empregados,	701	401	0
PDS 1979	453	justificando-se, com isso, a concessão de estímulos fiscais às empresas;	402	402	1
PDS 1979	457	defender o direito de greve,	701	701	1
PDS 1979	458	como forma legítima de pressão	701	701	1
PDS 1979	459	e a inviolabilidade das assembleias sindicais,	701	701	1
PDS 1979	460	sem permissão de métodos violentos	701	702	0
PDS 1979	461	que atentem contra a liberdade de trabalho	701	702	0
PDS 1979	462	e a integridade física do trabalhador;	701	702	0
PDS 1979	530	estimular as artes, em suas diversas manifestações,	502	502	1
PDS 1979	531	mantendo programas permanentes de apoio	502	502	1
PDS 1979	532	destinados a torná-los acessíveis ao povo em geral,	502	502	1
PDS 1979	533	não cabendo ao agente público julgar o valor	502	502	1
PDS 1979	534	ou a qualidade da produção artística;	502	502	1
PPB 1995	79	descentralização de decisões, recursos, funções e encargos	301	301	1
PPB 1995	80	da União para as unidades da Federação e municípios,	301	301	1
PPB 1995	81	através de adequado planejamento,	301	404	0

PPB 1995	82	de modo a possibilitar melhor atendimento	301	404	0
PPB 1995	83	às necessidades, peculiaridade e especificidade locais e regionais,	301	404	0
PPB 1995	84	e garantir o apoio efetivo às regiões mais pobres;	408	404	0
PPB 1995	90	erradicação da impunidade	304	304	1
PPB 1995	91	e combate sistemático à corrupção e à desonestidade pública,	304	304	1
PPB 1995	92	com o confisco de bens mal havidos,	304	304	1
PPB 1995	93	punição severa dos beneficiários do enriquecimento ilícito	304	304	1
PPB 1995	94	e da malversação dos fundos públicos,	304	304	1
PPB 1995	95	visando a restauração da moralidade	304	304	1
PPB 1995	96	na administração estatal e na vida nacional;	304	304	1
PPB 1995	109	modernização e fortalecimento das instituições	303	303	1
PPB 1995	110	que desempenham funções tipicamente públicas,	303	303	1
PPB 1995	111	promovendo-se a profissionalização do servidor público	303	704	0
PPB 1995	112	pertencente ao quadro permanente,	303	704	0
PPB 1995	113	assegurando-lhe exclusividade na assunção de cargos técnicos	303	704	0
PPB 1995	201	implementação de políticas no setor agropecuário que priorizem:	703	703	1
PPB 1995	202	- desenvolvimento do setor,	703	703	1
PPB 1995	203	principalmente através de adequada política de crédito e assistência,	703	402	0
PPB 1995	204	estimulando-se o cooperativismo	703	703	1
PPB 1995	205	como forma de proteger o segmento ruralista;	703	703	1
PPB 1995	277	promoção da integração nacional,	408	404	0
PPB 1995	278	que reduza os desníveis regionais	408	404	0
PPB 1995	279	e garanta a estabilidade política e social do País;	408	404	0
PPB 1995	390	proteção à saúde, com melhores condições do meio ambiente	504	504	1
PPB 1995	391	e segurança local de trabalho;	504	701	0
PPB 1995	439	ratificação de que ao Estado cabe assegurar o ensino fundamental,	506	506	1
PPB 1995	440	obrigatório e gratuito,	506	506	1
PPB 1995	441	tornando universal o acesso de todos ao saber,	506	506	1
PPB 1995	442	por intermédio da escola pública	506	506	1

PPB 1995	443	ou a compra de vagas em escolas particulares,	506	506	1
PP 2003	15	2.Ação econômica que leve em conta valores sociais	504	503	0
PP 2003	16	como a criação de riquezas para todos,	503	503	1
PP 2003	17	através da geração de empregos, renda poupança,	409	408	0
PP 2003	18	e o funcionamento de efetiva economia social de mercado;	403	403	1
PP 2003	59	1.Intangibilidade da Federação e da forma de governo vigente,	306	301	0
PP 2003	60	baseadas na harmonia dos poderes	306	306	1
PP 2003	61	e crescente autonomia das Unidades da Federação e Municípios,	301	301	1
PP 2003	62	propugnando pelo regime democrático representativo	202	306	0
PP 2003	63	com base na garantia dos direitos humanos;	201	201	1
PP 2003	132	17. proclamação do Poder Civil como a síntese dos Poderes	202	306	0
PP 2003	133	e valorização do Legislativo,	202	306	0
PP 2003	134	a maior criação da democracia constitucional.	202	203	0
PP 2003	220	desenvolvimento de uma política agrária	703	703	1
PP 2003	221	que solucione os problemas de terras	703	703	1
PP 2003	222	e propicie sua melhor destinação social,	703	703	1
PP 2003	223	possibilitando aos trabalhadores do campo o acesso à mesma	703	703	1
PP 2003	224	em condições favoráveis e adequadas para o seu cultivo,	703	703	1
PP 2003	225	taxando progressivamente os latifúndios improdutivos;	703	703	1
PP 2003	237	criação do seguro agrícola privado que proteja a produção do agricultor.	703	703	1
PP 2003	242	11. fortalecimento das atividades de comércio, em nível interno e externo,	408	408	1
PP 2003	243	em face da grande potencialidade do mercado nacional	408	408	1
PP 2003	244	e das amplas possibilidades abertas pelo mercado internacional,	408	408	1
PP 2003	245	promovendo alterações fundamentais das políticas	408	408	1
PP 2003	246	fiscal, financeira, cambial e monetária;	408	408	1
PP 2003	484	26. devido respeito ao magistério,	506	704	0
PP 2003	485	proporcionando aos professores capacitação permanente	506	704	0
PP 2003	486	e remuneração condigna,	506	704	0
PP 2003	487	compatível com suas responsabilidades;	506	704	0

PDT 1979	4	Inspira-se na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas,	0	0	1
PDT 1979	5	no conteúdo da CARTA TESTAMENTO do Presidente Getulio Vargas	0	0	1
PDT 1979	6	e na Carta de Lisboa,	0	0	1
PDT 1979	7	elaborada quando se reuniram os trabalhistas no exílio	0	0	1
PDT 1979	8	com os trabalhadores do Brasil	0	0	1
PDT 1979	41	Projeto que é resultado de uma longa experiência histórica da classe trabalhadora	0	0	1
PDT 1979	42	e da análise dos acertos e dos erros cometidos no passado	0	0	1
PDT 1979	91	O compromisso supremo do PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA,	601	0	0
PDT 1979	92	de todos os seus membros e seguidores,	601	0	0
PDT 1979	93	é com a integridade e defesa da Nação brasileira,	601	601	1
PDT 1979	94	considerada como o conjunto de nosso povo,	601	601	1
PDT 1979	95	e dos valores autênticos de nossa nacionalidade	601	601	1
PDT 1979	112	O outro postulado básico do trabalhismo	202	0	0
PDT 1979	113	é a mobilização social e a organização partidária	202	701	0
PDT 1979	114	das grandes maiorias trabalhadoras,	202	701	0
PDT 1979	115	o que só é praticável num ambiente de liberdade e democracia	202	201	0
PDT 1979	202	O direito de escolher e fiscalizar, livremente,	202	202	1
PDT 1979	203	seus dirigentes e representantes no Estado,	202	202	1
PDT 1979	204	nos partidos políticos	202	202	1
PDT 1979	205	e em suas instituições sociais,	202	202	1
PDT 1979	206	através do voto universal, secreto e direto	202	201	0
PDT 1979	207	de todos os seus cidadãos, homens e mulheres,	202	201	0
PDT 1979	208	sem discriminação alguma,	202	201	0
PDT 1979	209	inclusive aqueles aos quais a sociedade e o Estado	202	201	0
PDT 1979	210	deixaram de ensinar a ler e a escrever	202	201	0
PDT 1979	246	O direito de transformar, através de legislação,	202	201	0
PDT 1979	247	medidas e instrumentos democráticos adequados,	202	201	0
PDT 1979	248	as estruturas políticas, sociais e econômicas do País	202	306	0
PDT 1979	249	para a construção de nosso desenvolvimento independente	202	306	0

PDT 1979	250	e de uma sociedade que venha a ser,	202	306	0
PDT 1979	251	cada dia mais participacionista e criativa,	202	201	0
PDT 1979	252	mais livre e democrática,	202	201	0
PDT 1979	253	mais fraterna e igualitária,	202	503	0
PDT 1979	254	com oportunidades iguais para todos os brasileiros	202	503	0
PDT 1979	296	O direito de democratizar o regime de propriedade	503	503	1
PDT 1979	297	e a justa utilização das recursos produtivos,	503	503	1
PDT 1979	298	visando ao desenvolvimento social	503	503	1
PDT 1979	299	e ao Progresso econômico,	410	503	0
PDT 1979	300	de forma a garantir ao pequeno e médio produtor rural	703	703	1
PDT 1979	301	o acesso à propriedade	703	703	1
PDT 1979	302	ou a preservação e prosperidade da mesma	703	703	1
PDT 1979	303	e proporcionar habitação condigna a todas as famílias,	504	504	1
PDT 1979	304	tanto nas cidades quanto no interior do País	504	504	1
PDT 1979	329	O direito de denunciar, como antinacionais, totalitárias,	0	601	0
PDT 1979	330	contrárias ao Brasil e seus destinos superiores,	0	601	0
PDT 1979	331	quaisquer doutrinas ou práticas	0	601	0
PDT 1979	332	que não reconheçam estes direitos dos brasileiros,	0	601	0
PDT 1979	333	como povo e Nação	0	601	0
PDT 1979	334	e que pretendam impingir a idéia	0	601	0
PDT 1979	335	de que a segurança nacional e o desenvolvimento	0	601	0
PDT 1979	336	só podem ser alcançados	0	601	0
PDT 1979	337	com um Estado forte, autoritário, elitista,	0	301	0
PDT 1979	338	centralizado e centralizador,	0	301	0
PDT 1979	339	com a economia do País entregue a grupos econômicos financeiros internacionais	0	103	0
PDT 1994	26	O quinto compromisso é a defesa das populações indígenas	706	706	1
PDT 1994	27	contra o processo de extermínio físico, social e cultural	706	706	1
PDT 1994	28	a que têm sido submetidos ao longo da nossa história	706	706	1
PDT 1994	105	Por tal razão eles se somam e adquirem consistência	0	0	1

PDT 1994	106	na ampliação da experiência de anos e anos	0	0	1
PDT 1994	107	de luta das classes trabalhadoras,	0	701	0
PDT 1994	108	do empresariado nacional e das forças políticas	0	601	0
PDT 1994	109	comprometidas com a viabilização de um novo destino para o seu povo	0	601	0
PDT 1994	173	Trava-se hoje na sociedade brasileira uma luta	0	0	1
PDT 1994	174	que em princípio nada tem de ideológico	0	0	1
PDT 1994	175	por parte daqueles que pretendem dignificar as instituições públicas	0	0	1
PDT 1994	268	Um governo que garanta a soberania	601	601	1
PDT 1994	269	sem relações subalternas com outras nações,	601	601	1
PDT 1994	270	que defenda os interesses do Brasil,	601	601	1
PDT 1994	271	respeite as nações amigas	107	107	1
PDT 1994	272	e ajuste os interesses estrangeiros	107	107	1
PDT 1994	273	ao império da nossa vontade nacional	107	601	0
PDT 1994	296	Nestas eleições se farão alianças entre partidos	0	306	0
PDT 1994	297	com bases ideológicas e eleitorais aparentemente distintas,	0	306	0
PDT 1994	298	alianças em torno de alguns interesses regionais,	0	0	1
PDT 1994	299	de grupos dedicados à superação do atual impasse social e econômico,	0	0	1
PDT 1994	300	entre comunidades com interesses localizados,	0	0	1
PDT 1994	301	assim como intelectuais e artistas formadores de opinião,	0	704	0
PDT 1994	302	nesse momento, interessados num Projeto para o Brasil	0	601	0
PDT 1994	303	e posteriormente descobrindo afinidades que até então desconheciam	0	0	1
PDT 1994	304	na justificativa da ampla aliança em torno das reformas de base revolucionária	0	0	1
PDT 1994	311	Somos um partido que constrói, que junta,	0	0	1
PDT 1994	312	porque defendemos a solidariedade entre os homens,	0	0	1
PDT 1994	313	condenamos a usura social	0		1
PDT 1994	314	e representamos o brasileiro que constrói nossa riqueza,	0	601	0
PDT 1994	315	com fala portuguesa,	0	601	0
PDT 1994	316	os trabalhadores formados pelas raças de três continentes,	0	601	0
PDT 1994	317	e que têm um grande patrimônio cultural	0	601	0

PDT 1994	380	Questões como o serviço militar obrigatório,	104	104	1
PDT 1994	381	o atendimento social de áreas distantes,	104	104	1
PDT 1994	382	a abertura de novas estradas,	104	104	1
PDT 1994	383	a interiorização do desenvolvimento,	104	104	1
PDT 1994	384	as relações internacionais,	104	104	1
PDT 1994	385	o monitoramento da costa e de zonas fronteiriças estratégicas,	104	104	1
PDT 1994	386	os limites da política energética no campo nuclear,	104	104	1
PDT 1994	387	o aproveitamento dos recursos do mar	104	104	1
PDT 1994	388	e a educação popular, dentre outras questões relevantes,	104	104	1
PDT 1994	389	são alguns dos temas que possuem direta interrelação com a prática regular	104	104	1
PDT 1994	390	e o potencial tecnológico das Forças Armadas	104	104	1
PDT 1994	391	para que possamos constituir um projeto nacional independente	104	104	1
PDT 1994	396	O novo governo terá como obrigação	104	104	1
PDT 1994	397	decidir o reaparelhamento das Forças Armadas,	104	104	1
PDT 1994	398	identificando os meios capazes de reforçar o seu papel	104	104	1
PDT 1994	399	no desenvolvimento nacional	104	104	1
PDT 1994	400	e na consolidação das práticas democráticas em nosso país	104	104	1
PDT 1994	414	O combate aos privilégios corporativistas	303	304	0
PDT 1994	415	é indissociável das defesas do interesse público	303	304	0
PDT 1994	416	e de uma autêntica valorização de todo o funcionalismo,	303	704	0
PDT 1994	417	com planos de carreira e políticas permanentes de capacitado treinamento	303	704	0
PDT 1994	450	A reforma da administração pública deve combater o corporativismo,	303	303	1
PDT 1994	451	garantindo aos funcionários uma carreira digna,	303	704	0
PDT 1994	452	exercício de cidadania independente da tutela do Estado	303	704	0
PDT 1994	453	e o preparo técnico e científico	303	704	0
PDT 1994	454	para as tarefas que lhes cabe no aparelho administrativo	303	704	0
PDT 1994	460	Nela se adotará princípios	301	0	0
PDT 1994	461	que garantam a desconcentração da decisão	301	301	1
PDT 1994	462	e a descentralização de atividades,	301	301	1

PDT 1994	463	adotando-se simultaneamente a prática de órgãos integradores e de intervenção	301	301	1
PDT 1994	464	sobre problemas gerais que afetem vários estados ou o país como um todo,	301	301	1
PDT 1994	465	buscando-se a mesma prática para os Estados diante dos municípios	301	301	1
PDT 1994	470	Hoje, o maior obstáculo à superação da marginalização interna e externa do país	0	303	0
PDT 1994	471	é o enfraquecimento do Estado brasileiro,	0	303	0
PDT 1994	472	manifesto da desorganização das finanças públicas	0	412	0
PDT 1994	473	e na incapacidade de promover uma política de crescimento econômico	0	404	0
PDT 1994	474	e redistribuição igualizadora	0	503	0
PDT 1994	544	Na verdade, as lutas ideológicas	0	415	0
PDT 1994	545	e as experiências institucionais no mundo contemporâneo	0	415	0
PDT 1994	546	ganham nova forma,	0	415	0
PDT 1994	547	abrindo oportunidades e dando inspiração	0	415	0
PDT 1994	548	para uma adequação dos princípios socialistas aos novos desafios e realidades,	415	415	1
PDT 1994	549	cujas aplicações serão base da democratização do Brasil	202	415	0
PDT 1994	598	O Brasil tem que liquidar a inflação,	408	408	1
PDT 1994	599	saneando as finanças públicas	414	414	1
PDT 1994	689	Ao mesmo tempo, as técnicas de tributação	303	408	0
PDT 1994	690	vão de alcançar os que prosperam no setor informal e na economia cinzenta,	303	408	0
PDT 1994	691	obrigando-os a compartilhar do fardo carregado pelos seus concidadãos	303	408	0
PDT 1994	787	As empresas modernas, em setores maduros de nossa economia,	407	407	1
PDT 1994	788	devem correr os riscos da concorrência estrangeira,	407	407	1
PDT 1994	789	sem se esconder atrás de barreiras tarifárias e reservas de mercado	407	407	1
PDT 1994	790	que não têm sustentação em nenhuma estratégia de progresso industrial	407	407	1
PDT 1994	895	As regiões mais pobres e marginalizadas têm, também, de serem socorridas já	504	504	1
PDT 1994	896	Mas o socorro há de ser dado por meios que alcancem,	504	504	1
PDT 1994	897	com o mínimo de intermediários, as populações pobres,	504	504	1
PDT 1994	898	ajudem a provocar a sua organização local,	504	504	1
PDT 1994	899	e engajem as organizações populares locais	504	504	1
PDT 1994	900	na formulação, administração e avaliação dos projetos –	504	504	1

PDT 1994	901	sejam de creches pré-escolares ou educação de adultos,	506	504	0
PDT 1994	902	de alimentação ou saneamento,	504	504	1
PDT 1994	903	de habitação ou irrigação	504	504	1
PDT 1994	987	São objeto de preocupação para o fomento	409	408	0
PDT 1994	988	a geração e manutenção de empregos,	409	408	0
PDT 1994	989	geração de tributos,	408	408	1
PDT 1994	990	avanço tecnológico,	411	411	1
PDT 1994	991	melhoria na distribuição da renda,	503	503	1
PDT 1994	992	melhoria da competitividade empresarial,	402	410	0
PDT 1994	993	programas de operações para atendimentos setoriais e outros	408	402	0
PDT 1994	1039	5) falácia do argumento da falta de recursos	408	413	0
PDT 1994	1040	para novos investimentos das estatais viáveis (como a Usiminas):	408	413	0
PDT 1994	1041	já que estas empresas eram lucrativas e economicamente viáveis,	408	413	0
PDT 1994	1042	uma firme mudança política	408	413	0
PDT 1994	1043	e a definição de regras estáveis de relacionamento	408	413	0
PDT 1994	1044	entre o ministério controlador e a empresa estatal	408	413	0
PDT 1994	1045	(como por exemplo os contratos de gestão usados pelas estatais francesas)	408	413	0
PDT 1994	1046	permitiria o levantamento de recursos no mercado,	408	413	0
PDT 1994	1047	particularmente no mercado externo (bônus e debêntures);	408	413	0
PDT 1994	1083	Explícitas ou implícitas, as políticas industriais são constantemente utilizadas	0	404	0
PDT 1994	1084	não pelos países industrialmente avançados	0	404	0
PDT 1994	1085	mas também pelos países de industrialização recente,	0	404	0
PDT 1994	1086	situados na bacia do Pacífico	0	404	0
PDT 1994	1120	Estas três análises definem respectivamente os objetivos,	408	0	0
PDT 1994	1121	as restrições externas	408	0	0
PDT 1994	1122	e as restrições internas da política industrial	408	0	0
PDT 1994	1209	Além dos princípios acima, serão adotados o preço mínimo	703	703	1
PDT 1994	1210	fixado através de custo médio da produção	703	703	1
PDT 1994	1211	e cumprimento ao OGOM,	703	703	1

PDT 1994	1212	o preço de liberação dos estoques (PLE)	703	703	1
PDT 1994	1213	que só poderá ser acionado quando o valor de mercado do preço pago ao produtor	703	703	1
PDT 1994	1214	estiver 50% acima do preço mínimo de garantia,	703	703	1
PDT 1994	1215	corrido diariamente por instrumento adequado de correção monetária	703	703	1
PDT 1994	1311	Ensino Agrícola com estímulo de implantação de CIEP's rurais	703	703	1
PDT 1994	1312	com forma de capacitação dos recursos humanos regionais	703	703	1
PDT 1994	1313	e desenvolvimento econômico e social interiorizado	703	703	1
PDT 1994	1333	A riqueza da Amazônia tem despertado ao longo da história,	0	601	0
PDT 1994	1334	a cobiça das grandes potências	0	601	0
PDT 1994	1387	A ação dos órgãos de desenvolvimento regional	410	402	0
PDT 1994	1388	deverá dar prioridade ao fomento de pequenas e médias empresas	402	402	1
PDT 1994	1389	e a articulação destes com as grandes empresas industriais	410	402	0
PDT 1994	1390	e de tecnologia mais avançada	410	402	0
PDT 1994	1391	que se instalaram na Zona Franca de Manaus	410	402	0
PDT 1994	1467	- Apoiar as pequenas, médias e microempresas	402	402	1
PDT 1994	1468	e dotá-las de condições para compor redes	402	402	1
PDT 1994	1469	ligadas a complexos de maior porte	402	402	1
PDT 1994	1486	O Estado como agente potencializador da Economia,	409	404	0
PDT 1994	1487	deve intervir no mercado interno	409	404	0
PDT 1994	1488	e construir uma política específica de geração de emprego e renda	409	408	0
PDT 1994	1489	e garantir o trabalho como instrumento de auto-realização,	409	408	0
PDT 1994	1490	exercício pleno da cidadania,	409	408	0
PDT 1994	1491	principal veículo de bem-estar e ascensão social	409	408	0
PDT 1994	1507	Para reverter o modelo econômico de hoje no Brasil,	409	408	0
PDT 1994	1508	gerar novos empregos	409	408	0
PDT 1994	1509	e alterar a distribuição da renda nacional,	409	408	0
PDT 1994	1510	deve-se construir mecanismos	410	408	0
PDT 1994	1511	nos quais o potencial da economia brasileira	410	408	0
PDT 1994	1512	passa a ser a alavanca do processo social	410	408	0

PDT 1994	1525	O fim da especulação financeira,	408	408	1
PDT 1994	1526	tal como propomos na reforma do sistema financeiro,	408	408	1
PDT 1994	1527	certamente estancará a situação perversa que vivemos,	408	408	1
PDT 1994	1528	permitindo a geração de novos empregos	408	408	1
PDT 1994	1529	e de renda compatível com a dignidade humana	408	408	1
PDT 1994	1591	A CLT foi um marco na conquista da cidadania do trabalhador brasileiro	0	701	0
PDT 1994	1629	Sugere-se, com a adoção de mecanismos rigorosamente controlados,	409	504	0
PDT 1994	1630	acoplar a percepção do benefício	409	504	0
PDT 1994	1631	a um programa de assistência alimentar,	409	504	0
PDT 1994	1632	mediante distribuição de cestas básicas a nível nacional,	409	504	0
PDT 1994	1633	após 15 dias	409	504	0
PDT 1994	1701	A falta de alimentação,	701	701	1
PDT 1994	1702	a baixa remuneração do trabalho,	701	701	1
PDT 1994	1703	desconhecimento por parte dos trabalhadores das tarefas que executam,	701	701	1
PDT 1994	1704	desrespeito por parte dos empregadores no uso de equipamentos de proteção,	701	701	1
PDT 1994	1705	tecnologias obsoletas de alto risco transferidas do exterior,	701	701	1
PDT 1994	1706	péssimas condições de trabalho,	701	701	1
PDT 1994	1707	são alguns dos fatores dessa tragédia nacional	701	701	1
PDT 1994	1708	que penaliza o trabalhador, formando uma legião de mutilados	701	701	1
PDT 1994	1709	alijados dos meios de produção	701	701	1
PDT 1994	1710	e constitui um elevado ônus para a sociedade brasileira	701	701	1
PDT 1994	1711	calculado em mais de US\$ 3 bilhões por ano	701	701	1
PDT 1994	1792	Além de produzir um modelo de comércio exterior	109	601	0
PDT 1994	1793	em que as importações são cada vez mais caras	109	601	0
PDT 1994	1794	e as exportações cada vez mais baratas,	109	601	0
PDT 1994	1795	esse sistema torna inútil qualquer esforço que façamos,	109	601	0
PDT 1994	1796	pois a riqueza gerada pelo trabalho de nossos povos	109	601	0
PDT 1994	1797	migra para os países ricos	109	601	0
PDT 1994	1798	sob a forma de encargos da dívida externa, royalties, patentes,	109	601	0

PDT 1994	1799	super-faturamento das importações e sub-faturamento das exportações,	109	601	0
PDT 1994	1800	a manipulação de contratos de fretes e seguros:	109	601	0
PDT 1994	1801	as remessas ilegais de divisas para o exterior	109	601	0
PDT 1994	1802	e os demais mecanismos que, a cada momento e cada caso,	109	601	0
PDT 1994	1803	são inventados e aperfeiçoados	109	601	0
PDT 1994	1804	para garantir melhorar o desempenho dessa conta corrente,	109	601	0
PDT 1994	1805	formando o quadro insuportável das perdas internacionais	109	601	0
PDT 1994	1843	Na construção de um modelo próprio de mercado comum,	107	107	1
PDT 1994	1844	nossa principal preocupação,	107	107	1
PDT 1994	1845	nossa diretriz mais substantiva	107	107	1
PDT 1994	1846	deve ser a defesa dos interesses dos povos latino-americanos	107	107	1
PDT 1994	1847	nesse processo de integração,	107	107	1
PDT 1994	1848	para que a integração não seja convertida em instrumento de dominação	107	107	1
PDT 1994	1849	dos nossos países pelos países do Primeiro Mundo	107	107	1
PDT 1994	1869	A revolução tecnológica, longe ainda de atingir o seu apogeu,	601	501	0
PDT 1994	1870	acrescentou às preocupações estratégicas	601	501	0
PDT 1994	1871	referentes ao território e ao espaço marítimo tradicional	601	501	0
PDT 1994	1872	dificuldades no controle do espaço aéreo	601	501	0
PDT 1994	1873	e do que se convencionou chamar de mar patrimonial,	601	501	0
PDT 1994	1874	gigantesco patrimônio	601	501	0
PDT 1994	1875	constituindo-se numa área de 50% do território nacional,	601	501	0
PDT 1994	1876	incalculável depósito de proteínas, minerais, energia e biotecnologia	601	501	0
PDT 1994	2007	O Governo Federal deve promover	104	104	1
PDT 1994	2008	a modernização tecnológica de nossas Forças Armadas	104	104	1
PDT 1994	2009	destinando um percentual maior do PIB para os projetos de reequipamento,	104	104	1
PDT 1994	2010	de aperfeiçoamento de recursos humanos	104	104	1
PDT 1994	2011	e uso de novas tecnologias	104	104	1
PDT 1994	2047	A proposta político-pedagógica da escola de horário integral	506	506	1
PDT 1994	2048	pretende dar conta do processo de reconstrução contínua de conhecimento,	506	506	1

PDT 1994	2049	possibilitando que todos os alunos tenham acesso ao saber	506	506	1
PDT 1994	2050	historicamente produzido pelo homem,	506	506	1
PDT 1994	2051	contribuindo para reverter o quadro dramático de repetência	506	506	1
PDT 1994	2052	e de evasão que se verifica no país	506	506	1
PDT 1994	2134	1 - implantar um sistema de avaliação permanente;	506	506	1
PDT 1994	2305	Está em curso, portanto, um processo de reestruturação da economia internacional,	107	411	0
PDT 1994	2306	em que a abundância de trabalho barato	107	411	0
PDT 1994	2307	e a disponibilidade de matérias-primas,	107	411	0
PDT 1994	2308	exploradas há décadas nos países em desenvolvimento	107	411	0
PDT 1994	2309	têm sido deslocadas pela capacidade de gerar e difundir inovações	107	411	0
PDT 1994	2388	O Estado, através de suas empresas,	411	402	0
PDT 1994	2389	é o elemento decisivo na indução do desenvolvimento tecnológico	411	402	0
PDT 1994	2390	de pequenas e médias empresas,	411	402	0
PDT 1994	2391	quer por pesquisa própria,	411	402	0
PDT 1994	2392	quer pelo estímulo à capacitação de seus fornecedores	411	402	0
PDT 1994	2468	Os recursos destinados à Seguridade Social	504	0	0
PDT 1994	2469	originam-se de diversas fonte de contribuição e do Tesouro	504	0	0
PDT 1994	2470	formando um orçamento único e integrado - o orçamento da seguridade social	504	0	0
PDT 1994	2554	O PDT propõe que sejam revistos na Constituição	504	505	0
PDT 1994	2555	as aposentadorias especiais de categorias ocupacionais	504	505	0
PDT 1994	2556	que não estão submetidas a intenso desgaste físico	504	505	0
PDT 1994	2557	enquanto mão de obra em atividade,	504	505	0
PDT 1994	2558	bem como benefícios especiais adquiridos com poucos anos de contribuição	504	505	0
PDT 1994	2559	como, por exemplo, pagos a parlamentares	504	505	0
PDT 1994	2560	tanto no Congresso Nacional	504	505	0
PDT 1994	2561	como em Assembléia Legislativa e Câmaras de Vereadores	504	505	0
PDT 1994	2618	Essa foi a proposta aprovada já em 1963,	0	0	1
PDT 1994	2619	na III Conferência Nacional de Saúde,	0	0	1
PDT 1994	2620	no governo do Presidente João Goulart,	0	0	1

PDT 1994	2621	e adotada em 1988 pela nova Constituição Federal	0	0	1
PDT 1994	2694	Como outras medidas de defesa do interesse nacional,	0	601	0
PDT 1994	2695	essa também desapareceu, depois do golpe,	0	601	0
PDT 1994	2696	na limpeza que se fez no Brasil para erradicar o que consideravam xenofobia	0	601	0
PDT 1994	2697	que para eles nos tornava tão pouco atraentes aos capitais multinacionais	0	601	0
PDT 1994	2698	que, já naquela época, há quase trinta anos,	0	601	0
PDT 1994	2699	seriam o instrumento e alimento da nossa redenção	0	601	0
PDT 1994	2722	2 - destinação de recursos federais por transferências automáticas	504	504	1
PDT 1994	2723	baseados em critérios populacionais	504	504	1
PDT 1994	2724	e relacionados a indicadores de pobreza	504	504	1
PDT 1994	2725	e de problemas emergenciais a serem atendidos;	504	504	1
PDT 1994	2798	A força da cultura brasileira está na capacidade de agregar,	607	606	0
PDT 1994	2799	não de discriminar	607	606	0
PDT 1994	2800	Porém ela se fez ao longo de 500 anos de opressão e de dependência,	503	606	0
PDT 1994	2801	dentro de um sistema de classes	503	606	0
PDT 1994	2859	É uma nação integrada em si mesma,	607	606	0
PDT 1994	2860	onde os seus grupos constitutivos,	607	606	0
PDT 1994	2861	passado o período convulsionado de sua formação,	607	606	0
PDT 1994	2862	convivem com relativa tolerância mútua	607	606	0
PDT 1994	2948	O animador cultural concretiza a integração entre o saber formal e informal,	502	502	1
PDT 1994	2949	resgata a história e as tradições da região,	502	502	1
PDT 1994	2950	dinamiza a vida cultural local	502	502	1
PDT 1994	2951	e redimensionar a prática pedagógica,	502	502	1
PDT 1994	2952	contribuindo para que a educação seja um instrumento de libertação	502	502	1
PDT 1994	2953	e desenvolvimento da cidadania	502	502	1
PDT 1994	2998	A cultura dominante tem associado a idéia	0	502	0
PDT 1994	2999	de que ler autor nacional esta fora de moda	0	502	0
PDT 1994	3000	e se vincula a obrigatoriedade de leitura escolar	0	502	0
PDT 1994	3071	A Política de Esporte Comunidade como o projeto da Mangueira	502	502	1

PDT 1994	3072	no qual o Estado participa	502	502	1
PDT 1994	3073	e o Projeto do Morro do Estado em Niterói	502	502	1
PDT 1994	3074	da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer	502	502	1
PDT 1994	3075	onde o esporte, a cultura, o ensino profissionalizante	502	502	1
PDT 1994	3076	e a saúde pública com assistência médica e odontológica	502	502	1
PDT 1994	3077	assumem um caráter de trabalho preventivo	502	502	1
PDT 1994	3078	e socialização a população infanto-juvenil	502	502	1
PDT 1994	3085	Projeto de Capacitação Profissional	502	502	1
PDT 1994	3086	que visa a atualização técnica dos professores de educação física	502	502	1
PDT 1994	3121	O PDT reconhece a natureza dos processos sociais	202	201	0
PDT 1994	3122	e repudia como formas de autoritarismo anti-popular,	202	201	0
PDT 1994	3123	quaisquer tentativas de tutelamento do movimento social	202	201	0
PDT 1994	3124	através do atrelamento de associações de moradores,	202	201	0
PDT 1994	3125	sindicatos, organizações feministas	202	201	0
PDT 1994	3126	ou qualquer outra forma de organização da sociedade civil,	202	201	0
PDT 1994	3127	a quem quer que seja	202	201	0
PDT 1994	3343	O PAISMC foi concebido para atender, à mulher em todas as fases de sua vida,	0	706	0
PDT 1994	3344	na sua integralidade de ser humano	0	706	0
PDT 1994	3345	e não somente no seu período reprodutor	0	706	0
PDT 1994	3411	O PDT estimula que as escolas debatam os problemas da violência contra a mulher	706	706	1
PDT 1994	3412	nos seus currículos	706	706	1
PDT 1994	3413	e condena a veiculação de programas dos meios de comunicação	706	706	1
PDT 1994	3414	que incite à violência contra a mulher	706	706	1
PDT 1994	3424	Em paralelo e solidário às lutas de libertação dos povos africanos,	706	706	1
PDT 1994	3425	especialmente os de língua oficial portuguesa,	706	706	1
PDT 1994	3426	e aos movimentos nacionalista e de direitos civis dos afro-americanos,	706	706	1
PDT 1994	3427	o movimento negro no Brasil tem crescido nas últimas décadas,	706	706	1
PDT 1994	3428	contando hoje com cerca de 600 entidades de caráter político e cultural	706	706	1
PDT 1994	3506	O PDT reconhece e solidariza-se	705	705	1

PDT 1994	3507	com a luta emergente das pessoas portadoras de deficiência	705	705	1
PDT 1994	3508	por condições que lhes permitam exercer a plena cidadania	705	705	1
PDT 1994	3509	e pelo exercício de seus direitos constitucionais	705	705	1
PDT 1994	3510	Na formulação das políticas de educação, saúde e transporte,	705	705	1
PDT 1994	3511	suas reivindicações devem ser contempladas	705	705	1
PDT 1994	3512	de forma a evitar-se a marginalização social desses milhões de brasileiros	705	705	1
PDT 1994	3513	que desejam integrar-se a um projeto de sociedade igualitária	705	705	1
PDT 1994	3578	No entanto, estas conquistas ainda não foram regulamentadas,	0	0	1
PDT 1994	3579	sendo que a principal delas se refere ao Conselho de Comunicação Social,	0	0	1
PDT 1994	3580	órgão auxiliar do Congresso Nacional,	0	0	1
PDT 1994	3581	já aprovado pela Câmara e Senado Federal	0	0	1
PDT 1994	3582	e sancionado pelo Presidente da República em dezembro de 1991	0	0	1
PDT 1994	3636	Para democratizar a comunicação no Brasil,	201	201	1
PDT 1994	3637	é preciso que se estabeleça o fim do monopólio privado e da multimídia	201	201	1
PDT 1994	3650	O "direito de antena"	201	201	1
PDT 1994	3651	que consiste na ocupação de faixas de horário nas rádios e Tvs	201	201	1
PDT 1994	3652	particulares ou estatais	201	201	1
PDT 1994	3653	por entidades da sociedade civil organizada,	201	201	1
PDT 1994	3654	deverá ser estendido a todos os Estados da Federação	201	201	1
PDT 1994	3655	pois consubstancia um direito constitucional	201	201	1
PDT 1994	3656	e o pleno exercício da cidadania	201	201	1
PDT 1994	3728	Haviam mais jornais e todos eles desapareceram dos anos 60 para cá,	0	201	0
PDT 1994	3729	nos chamados anos de chumbo,	0	201	0
PDT 1994	3730	sem que surgissem outras opções do mesmo porte	0	201	0
PDT 1994	3862	Que há uma usina de argumentos conservadores,	605	201	0
PDT 1994	3863	de exaltação do medo e do terror,	605	201	0
PDT 1994	3864	que trivializa e justifica os assassinatos registrados a cada mês	605	201	0
PDT 1994	3942	c) considerar, por outro lado, a possibilidade da ineficácia policial	605	605	1
PDT 1994	3943	na execução de programas de segurança pública	605	605	1

PDT 1994	3944	está associada com a dicotomia entre Polícia Civil e Polícia Militar,	605	605	1
PDT 1994	3945	uma vez que o crime é uno e indivisível	605	605	1
PDT 1994	3946	e levará vantagem sobre a polícia dividida,	605	605	1
PDT 1994	3947	com duas doutrinas, duas políticas diferentes, dois comandos,	605	605	1
PDT 1994	3948	filosofias antagônicas e currículos diferenciados;	605	605	1
PDT 1994	3949	estudando-se a possibilidade de uma Polícia Única - Polícia Estadual –	605	605	1
PDT 1994	3950	desmilitarizada, com um segmento fardado para as tarefas ostensivas	605	605	1
PDT 1994	3951	e internamente subordinados aos governos estaduais;	605	605	1
PDT 1994	4011	Delegacias extraordinárias, móveis, para situações de conflito localizado,	605	605	1
PDT 1994	4012	permite a reciclagem das forças locais	605	605	1
PDT 1994	4013	e uma intervenção isenta de pressões regionais	605	605	1
PT 1980	27	O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais,	0	0	1
PT 1980	28	assalariados do comércio e dos serviços,	0	0	1
PT 1980	29	funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos,	0	0	1
PT 1980	30	camponeses, trabalhadores rurais,	0	0	1
PT 1980	31	mulheres, negros, estudantes, índios	0	0	1
PT 1980	32	e outros setores explorados pudessem se organizar	0	0	1
PT 1980	33	para defender seus interesses,	0	0	1
PT 1980	34	para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho,	0	0	1
PT 1980	35	para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros	0	0	1
PT 1980	36	e para comprovar a união de que são capazes	0	0	1
PT 1980	179	O PT nasce numa conjuntura	0	0	1
PT 1980	180	em que a democracia aparece	0	0	1
PT 1980	181	como uma das grandes questões da sociedade brasileira.	0	0	1
PT 1980	251	O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda terra disponível	703	703	1
PT 1980	252	inclusive a que é de responsabilidade do Estado	703	703	1
PT 1980	253	— as terras devolutas, as terras do INCRA, as terras de faixa de fronteira —	703	703	1
PT 1980	254	que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra,	703	703	1
PT 1980	255	ocupando-as permanentemente,	703	703	1

PT 1980	256	de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades.	703	703	1
PT 1980	304	O PT combate a crescente internacionalização da economia brasileira	109	109	1
PT 1980	305	que resulta num acréscimo brutal da dívida externa	109	109	1
PT 1980	306	ao mesmo tempo em que submete a classe trabalhadora	415	109	0
PT 1980	307	a uma exploração ainda mais desenfreada.	415	109	0
PT 1990 ⁸⁴	24	Tornando-nos um grande partido de massas,	0	305	0
PT 1990	25	denunciando a expropriação dos direitos de cidadania pelo poder de Estado,	0	305	0
PT 1990	26	o atrelamento dos sindicatos ao aparato estatal,	0	305	0
PT 1990	27	o imposto sindical	0	305	0
PT 1990	86	O que une essas várias culturas políticas libertárias,	0	0	1
PT 1990	87	nem sempre textualmente codificadas,	0	0	1
PT 1990	88	é o projeto comum de uma nova sociedade,	0	0	1
PT 1990	89	que favoreça o fim de toda exploração e opressão	0	0	1
PT 1990	168	Além disso, a expressão socialismo real,	0	0	1
PT 1990	169	em sua generalidade abstrata,	0	0	1
PT 1990	170	desconsidera particularidades nacionais,	0	0	1
PT 1990	171	diferentes processos revolucionários,	0	0	1
PT 1990	172	variados contextos econômicos e políticos etc	0	0	1
PT 1990	251	Com o sentido geral de nossa política	0	415	0
PT 1990	252	– democrático e anticapitalista – perfeitamente assegurado,	0	415	0
PT 1990	253	optamos pela construção progressiva de nossa utopia concreta,	0	415	0
PT 1990	254	isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos	0	415	0
PT 1990	320	O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho:	0	415	0
PT 1990	321	para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista,	415	415	1
PT 1990	322	será necessária uma mudança política radical;	415	415	1
PT 1990	323	os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica	415	415	1
PT 1990	324	na sociedade civil e no poder de Estado	415	415	1

⁸⁴ Resolução: O Socialismo Petista.

PT 1990	394	Liberdades válidas para todos os cidadãos	201	201	1
PT 1990	395	e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática	201	201	1
PT 1990	396	Liberdade de opinião,	201	201	1
PT 1990	397	de manifestação,	201	201	1
PT 1990	398	de organização civil	201	201	1
PT 1990	399	e político partidária	201	201	1
PTB 1979	70	O Partido Trabalhista Brasileiro, ressurge, pois,	0	0	1
PTB 1979	71	nesta nova fase de sua presença na história brasileira,	0	0	1
PTB 1979	72	afirmando os seguintes princípios e definições,	0	0	1
PTB 1979	73	os quais apresenta aos seus seguidores	0	0	1
PTB 1979	74	com objetivo de iniciar a mais ampla discussão	0	0	1
PTB 1979	75	até a consolidação democrática de suas diretrizes:	0	0	1
PTB 1979	195	Consagrando estes princípios,	0	0	1
PTB 1979	196	o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO proclama, afirma e defende	0	0	1
PTB 1979	197	os seguintes direitos democráticos e sociais do povo brasileiro:	0	0	1
PTB 1979	198	O direito de viver em liberdade e sem medo,	201	201	1
PTB 1979	199	como povo civilizado,	201	201	1
PTB 1979	200	num ambiente de paz,	201	201	1
PTB 1979	201	sem ameaças de golpes e de violências repressivas,	201	201	1
PTB 1979	202	na posse e usufruto de seu território	601	202	0
PTB 1979	203	e de seus recursos naturais	601	202	0
PTB 1979	204	e em condições de impor respeito a sua dignidade e independência	601	202	0
PTB 1979	205	O direito de ser a única fonte de soberania	202	202	1
PTB 1979	206	e de todo poder legítimo	202	202	1
PTB 1979	207	nos limites do território pátrio;	202	202	1
PTB 1979	208	e, por conseguinte, o direito de auto-organizar-se	202	202	1
PTB 1979	209	em um regime democrático,	202	202	1
PTB 1979	210	com uma Constituição estável,	202	202	1
PTB 1979	211	de ter suas leis, suas instituições públicas, sociais e privadas e o próprio Estado,	202	202	1

PTB 1979	212	organizados e funcionando conforme sua vontade soberana	202	202	1
PTB 1979	213	e seus reais interesses	202	202	1
PTB 1979	298	O direito de estabelecer prioridade	701	701	1
PTB 1979	299	aos interesses gerais das massas trabalhadoras,	701	701	1
PTB 1979	300	populares e produtivas do País,	701	701	1
PTB 1979	301	proporcionando a todos os trabalhadores, urbanos e rurais,	701	701	1
PTB 1979	302	por modesta que seja a habilitação de cada um,	701	701	1
PTB 1979	303	a oportunidade de acesso ao trabalho,	701	701	1
PTB 1979	304	a estabilidade ocupacional,	701	701	1
PTB 1979	305	ao salário justo,	701	701	1
PTB 1979	306	a participação real e crescente nos frutos do desenvolvimento	701	701	1
PTB 1979	307	do qual eles são os principais construtores,	701	701	1
PTB 1979	308	a previdência e aos serviços sociais,	701	701	1
PTB 1979	309	à liberdade ampla para auto-organizar-se	701	701	1
PTB 1979	310	em sindicatos e outras entidades	701	701	1
PTB 1979	311	que os próprios trabalhadores julguem necessárias e convenientes	701	701	1
PTB 1979	312	para a defesa de seus interesses e direitos	701	701	1
PTB 1979	313	e dirigi-los independentemente,	701	701	1
PTB 1979	314	livres do controle e pressões patronais ou do Estado,	701	701	1
PTB 1979	315	quanto também dos partidos políticos;	701	701	1
PTB 1979	316	ao direito de greve,	701	701	1
PTB 1979	317	de participação política e outras formas de militância pacifica	701	701	1
PTB 1979	318	e de ação democrática	701	701	1
PTB 1979	451	Constitui, pois, parte integrante de nossa proposta	410	0	0
PTB 1979	452	a definição de uma nova política de desenvolvimento econômico	410	0	0
PTB 1979	453	que tenha o povo brasileiro como o centro de suas preocupações,	410	0	0
PTB 1979	454	objetivando a construção de uma sociedade	503	0	0
PTB 1979	455	cada vez mais próspera, livre e igualitária	503	0	0
PTB 1979	535	O segundo é com os interesses dos trabalhadores,	701	0	0

PTB 1979	536	muito especialmente das grandes maiorias populares	701	0	0
PTB 1979	537	que, em todas as regiões brasileiras,	701	0	0
PTB 1979	538	vivem em diversos níveis de pobreza, de marginalidade,	701	0	0
PTB 1979	539	ocupando áreas improdutivas ou sendo cruelmente explorados	701	0	0
PTB 1979	540	em benefício de setores privilegiados	701	0	0
PTB 2001	9	Os princípios do trabalhismo fizeram-se presentes em todos os momentos	0	0	1
PTB 2001	10	em que Getúlio Vargas ocupou o poder,	0	0	1
PTB 2001	11	valorizando os trabalhadores	0	0	1
PTB 2001	12	numa sociedade ainda marcada pelos resquícios do escravagismo,	0	0	1
PTB 2001	13	ou seja, pelo aviltamento do trabalho	0	0	1
PTB 2001	56	O Brasil mudou	0	0	1
PTB 2001	57	O mundo mudou	0	0	1
PTB 2001	58	Por isso, o trabalhismo brasileiro busca a modernidade,	0	0	1
PTB 2001	59	sem abrir mão de seus ideais e de suas convicções	0	0	1
PTB 2001	129	O PTB entende que ao Estado cabe o papel de proteger os direitos do cidadão,	403	403	1
PTB 2001	130	no sentido de que, como consumidor,	403	403	1
PTB 2001	131	ele é beneficiário de produtos de qualidade e menores custos	403	403	1
PTB 2001	216	Para o PTB, o Estado não pode ser inibidor da iniciativa privada	401	401	1
PTB 2001	217	A empresa estatal deve se restringir a áreas	401	413	0
PTB 2001	218	onde não exista interesse por parte da empresa privada	401	413	0
PTB 2001	219	e àqueles setores considerados estratégicos	401	413	0
PTB 2001	277	Política Nacional Agrícola Permanente,	703	703	1
PTB 2001	278	com metas, objetivos, programas, prioridades, calendários e diretrizes	703	703	1
PTB 2001	279	gerais preestabelecidas;	703	703	1
PMDB 1981	55	Os fundadores do PMDB lembram à Nação	0	0	1
PMDB 1981	56	que a fé e a esperança dos brasileiros insubmissos	0	0	1
PMDB 1981	57	fizeram de cada um desses motivos de desalento	0	0	1
PMDB 1981	58	uma oportunidade para um novo avanço	0	0	1
PMDB 1981	59	contra o governo, o regime discricionário e a ordem social	0	0	1

PMDB 1981	60	que o regime e o governo querem manter	0	0	1
PMDB 1981	128	1) Prosseguirá e intensificará a luta travada pelo Movimento Democrático Brasileiro	202	202	1
PMDB 1981	129	em prol das grandes teses democráticas:	202	202	1
PMDB 1981	130	manutenção do calendário eleitoral,	202	202	1
PMDB 1981	131	eleições diretas em todos os níveis,	202	202	1
PMDB 1981	132	defesa da autonomia dos Municípios	301	306	0
PMDB 1981	133	e fortalecimento da Federação;	301	306	0
PMDB 1981	134	democratização do ensino,	506	506	1
PMDB 1981	135	anistia ampla, geral e irrestrita,	201	202	0
PMDB 1981	136	liberdade de informação,	201	201	1
PMDB 1981	137	restauração dos poderes do Congresso	202	306	0
PMDB 1981	138	e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte	203	203	1
PMDB 1981	191	Buscamos, na fidelidade a esses compromissos,	202	202	1
PMDB 1981	192	uma sociedade que, através de sua batalha contra o Estado autocrático,	202	202	1
PMDB 1981	193	seja capaz de organizar-se para praticar a democracia	202	202	1
PMDB 1981	194	não apenas no governo, mas em todas as instituições	202	202	1
PMDB 1981	195	onde os homens exercem poder uns sobre os outros	202	202	1
PMDB 1981	293	Sem organização popular e partidária,	0	306	0
PMDB 1981	294	os governos perdem-se no sectarismo,	0	306	0
PMDB 1981	295	no voluntarismo das cúpulas partidárias,	0	306	0
PMDB 1981	296	sucumbindo no personalismo dos líderes.	0	306	0
PMDB 1981	444	Da mesma forma tem como necessária	403	202	0
PMDB 1981	445	a participação dos usuários	403	202	0
PMDB 1981	446	nas decisões das empresas prestadoras de serviços coletivos públicos	403	202	0
PMDB 1981	565	Para isso será necessário transferir recursos suficientes aos municípios	301	301	1
PMDB 1981	566	e dotar as comunidades locais de poderes	301	301	1
PMDB 1981	567	para opinar sobre os serviços sociais básicos	301	301	1
PMDB 1981	568	e para controlar sua gestão	301	301	1
PMDB 1981	646	O PMDB opõe-se à anacrônica legislação	706	706	1

PMDB 1981	647	que impede o pleno exercício da cidadania e da capacidade civil da mulher brasileira	706	706	1
PMDB 1981	694	O PMDB defende o direito de livre associação e participação política dos jovens	706	706	1
PMDB 1981	695	e para isso considera que se faz necessário o fortalecimento de suas associações específicas	706	706	1
PMDB 1981	696	e a defesa da autonomia das organizações estudantis em todos os níveis	706	706	1
PMDB 1981	794	Além disso os impostos indiretos não isentam os bens de consumo popular	408	402	0
PMDB 1981	795	e o imposto de renda é pago em sua maior parte pela massa assalariada.	408	402	0
PMDB 1981	885	A intervenção produziria os seguintes efeitos principais:	408	413	0
PMDB 1981	886	retirar do acionista os poderes de gestão e de disposição,	408	413	0
PMDB 1981	887	transferidos para a autoridade pública;	408	413	0
PMDB 1981	888	cancelar os atos de concessão das cartas patentes da instituição	408	413	0
PMDB 1981	889	para que não se constituam em ativo para os acionistas controladores;	408	413	0
PMDB 1981	890	tomar indisponíveis os bens do acionista controlador e dos gestores	408	413	0
PMDB 1981	919	Em primeiro lugar, é preciso mudar a estrutura dos transportes nacionais,	411	411	1
PMDB 1981	920	privilegiando o transporte coletivo em detrimento do individual,	411	411	1
PMDB 1981	921	e o transporte ferroviário, fluvial e marítimo, em relação ao rodoviário	411	411	1
PMDB 1981	975	É preciso nacionalizar a economia	408	413	0
PMDB 1981	976	e evitar que, devido aos mecanismos de endividamento externo,	408	413	0
PMDB 1981	977	se produzam situações privilegiadas de crédito e financiamento para empresas multinacionais	408	413	0
PMDB 1981	1001	em primeiro lugar, uma alteração nos rumos da política de produção agrícola,	703	703	1
PMDB 1981	1002	no sentido de ampliar sua abrangência,	703	703	1
PMDB 1981	1003	de modo a atingir os pequenos e médios proprietários;	703	703	1
PMDB 1981	1091	Em sexto lugar é conveniente agravar a tributação sobre atividades industriais	408	416	0
PMDB 1981	1092	que sobrecarreguem ou perturbem a comunidade junto à qual se localizaram,	408	416	0
PMDB 1981	1093	criando um custo adicional	408	416	0
PMDB 1981	1094	capaz de facilitar o descongestionamento dos aglomerados urbanos	408	416	0
PMDB 1981	1141	A política de desenvolvimento regional vigente,	408	408	1
PMDB 1981	1142	especialmente no que toca ao Nordeste e a Amazônia,	408	408	1
PMDB 1981	1143	revelou-se inteiramente incapaz de atenuar as gritantes disparidades dessas regiões	408	408	1
PMDB 1981	1144	com relação ao resto do país	408	408	1

PMDB 1981	1199	A dependência tecnológica do exterior,	411	411	1
PMDB 1981	1200	pela compra de "pacotes" completos e acabados,	411	411	1
PMDB 1981	1201	sem que se transfiram conhecimentos necessários para sua criação e desenvolvimento,	411	411	1
PMDB 1981	1202	reproduz e reforça a dependência do País	411	411	1
PMDB 1981	1311	Não bastasse a concentração direta da renda,	504	504	1
PMDB 1981	1312	a queda relativa do gasto público nos setores como o da saúde	504	504	1
PMDB 1981	1313	acentua ainda mais as desigualdades:	504	504	1
PMDB 1981	1314	ao rico a clínica privada,	504	504	1
PMDB 1981	1315	ao pobre a fila do INAMPS e o atendimento precário	504	504	1
PMDB 1981	1316	nos ambulatórios e hospitais privados,	504	504	1
PMDB 1981	1317	com os quais o INAMPS faz convênios	504	504	1
PMDB 1981	1318	O INAMPS, ao invés de ampliar a rede própria de serviços de saúde,	504	504	1
PMDB 1981	1319	descentralizando o atendimento,	504	504	1
PMDB 1981	1320	fez contratos e convênios com o setor privado,	504	504	1
PMDB 1981	1321	concentrado em grandes negócios de saúde	504	504	1
PMDB 1981	1456	a) a partir da escola pública,	502	502	1
PMDB 1981	1457	massificar o hábito do esporte na base da pirâmide populacional,	502	502	1
PMDB 1981	1458	visando, a um tempo, difundir o hábito do esporte	502	502	1
PMDB 1981	1459	e identificar talentos esportivos;	502	502	1
PMDB 1981	1565	Por outro lado, os países desenvolvidos,	409	0	0
PMDB 1981	1566	reconhecendo os efeitos destruidores do desemprego	409	0	0
PMDB 1981	1567	que este tipo de economia gera,	409	0	0
PMDB 1981	1568	atribuem um seguro desemprego a todo cidadão	409	0	0
PMDB 1981	1569	que, tendo trabalhado e deixado de fazê-lo	409	0	0
PMDB 1981	1570	porque foi despedido e não encontra emprego,	409	0	0
PMDB 1981	1571	necessita de recursos para sobreviver	409	0	0
PMDB 1981	1695	Atitudes conseqüentes para não transformar o discernimento	601	601	1
PMDB 1981	1696	sobre o que é verdadeiramente a autonomia nacional	601	601	1
PMDB 1981	1697	num alibi para não enfrentar a dependência nos níveis mais imediatos	601	601	1

PMDB 1981	1698	nos quais ela também se coloca:	601	601	1
PMDB 1981	1699	na fixação de regras disciplinadoras do investimento estrangeiro	601	601	1
PMDB 1981	1700	que preservem e ampliem a capacidade de decisão nacional	601	601	1
PMDB 1981	1701	sobre os rumos do desenvolvimento,	601	601	1
PMDB 1981	1702	assim como na luta contínua pela criação de uma tecnologia nacional;	601	601	1
PMDB 1994	82	Na prática, o sistema partidário brasileiro precisa de uma âncora:	306	306	1
PMDB 1994	83	um partido que alcance um desempenho eleitoral	306	306	1
PMDB 1994	84	da ordem de um terço, especialmente no Congresso Nacional,	306	306	1
PMDB 1994	85	mas também no plano estadual e municipal.	306	306	1
PMDB 1994	134	2 . O PMDB pretende continuar sendo	0	305	0
PMDB 1994	135	a expressão política da maioria da população brasileira,	0	305	0
PMDB 1994	136	oprimida e explorada por um regime econômico	0	305	0
PMDB 1994	137	voltado para a satisfação de uma pequena minoria.	0	305	0
PMDB 1994	138	Identifica-se, primordialmente, com as lutas e os interesses	0	305	0
PMDB 1994	139	da grande massa dos marginalizados e excluídos.	0	305	0
PMDB 1994	231	A luta pela democracia galvanizou a população na primeira metade dos anos 80,	0	0	1
PMDB 1994	232	alimentando a expectativa de que mudanças na superestrutura política	0	0	1
PMDB 1994	233	trariam como conseqüência imediata a solução dos problemas sociais.	0	0	1
PMDB 1994	279	O complemento deste novo Programa Doutrinário	0	0	1
PMDB 1994	280	será a elaboração das diretrizes para o Programa de Governo	0	0	1
PMDB 1994	281	visando a coerência entre o discurso político e a atuação partidária,	0	0	1
PMDB 1994	282	nos níveis de poder que sejam assegurados ao PMDB pelo voto popular.	0	0	1
PMDB 1994	368	O número de Deputados na Câmara Federal deverá ser fixo	306	306	1
PMDB 1994	369	e sua distribuição proporcional à população de cada Estado.	306	306	1
PMDB 1994	447	A questão da segurança pública aparece como prioridade	605	605	1
PMDB 1994	448	em inúmeros relatórios de pesquisa.	605	605	1
PMDB 1994	449	Os cidadãos já não toleram a condição de prisioneiros em suas próprias casas,	605	605	1
PMDB 1994	450	suas favelas dominadas por comandos e controladas pela lei do silêncio.	605	605	1
PMDB 1994	533	Dois são os agentes da superestrutura:	0	0	1

PMDB 1994	534	os políticos e o intelectuais.	0	0	1
PMDB 1994	535	Hoje o PMDB empenha-se em desenvolver entre esses agentes	0	305	0
PMDB 1994	536	a consciência de que as divisões da sociedade civil são um pressuposto indispensável do Estado	0	305	0
PMDB 1994	537	e, portanto, que a este compete coordenar as paixões sociais	0	305	0
PMDB 1994	538	para assim viabilizar o desenvolvimento da vida nacional	0	305	0
PMDB 1994	539	no competitivo concerto das nações.	0	305	0
PMDB 1994	636	Deve-se acrescer o fato de que o Brasil se mantém aberto às informações	0	107	0
PMDB 1994	637	e influências de todo o mundo,	0	107	0
PMDB 1994	638	a modos de pensar, de sentir e de agir,	0	107	0
PMDB 1994	639	a propostas de organização da vida social as mais diversas.	0	107	0
PMDB 1994	756	O PMDB considera fundamental a proteção à empresa brasileira de capital nacional,	402	406	0
PMDB 1994	757	sem embargo à entrada de capital externo	402	406	0
PMDB 1994	758	que venha se associar ao projeto nacional de desenvolvimento.	402	406	0
PMDB 1994	869	Definição do mercado interno como alavanca fundamental do desenvolvimento,	410	408	0
PMDB 1994	870	ainda que sem abdicar do aproveitamento das vantagens do comércio exterior.	410	408	0
PMDB 1994	898	Deve, ainda, incentivar a diversificação das atividades rurais,	703	703	1
PMDB 1994	899	com investimentos em infra-estrutura viária,	703	703	1
PMDB 1994	900	armazenagem,	703	703	1
PMDB 1994	901	eletrificação rural,	703	703	1
PMDB 1994	902	transporte, saúde,	703	703	1
PMDB 1994	903	educação,	703	703	1
PMDB 1994	904	lazer e moradia.	703	703	1
PMDB 1994	970	As mudanças que se devem processar na educação	506	506	1
PMDB 1994	971	exigem processo sistemático de avaliação do ensino em todos os níveis	506	506	1
PMDB 1994	972	e uma solução estrutural para a questão universitária,	506	506	1
PMDB 1994	973	visando à recuperação da qualidade do ensino,	506	506	1
PMDB 1994	974	redirecionamento das áreas de formação e pesquisa	506	506	1
PMDB 1994	975	e, sobretudo, à viabilidade institucional e à eficiência administrativa,	506	506	1
PMDB 1994	976	onde se fazem necessárias.	506	506	1

PMDB 1994	1041	O PMDB sustenta a necessidade de equilíbrio das finanças públicas,	414	408	0
PMDB 1994	1042	mas não aceita que esse equilíbrio tenha de se fazer, necessariamente,	409	408	0
PMDB 1994	1043	em nível tão baixo de receitas e despesas	409	408	0
PMDB 1994	1044	que não permita ao Estado desempenhar seu papel,	409	408	0
PMDB 1994	1045	não só de incentivador do desenvolvimento	402	408	0
PMDB 1994	1046	e de promotor da justiça social,	504	408	0
PMDB 1994	1047	mas também de mantenedor da ordem pública	605	408	0
PMDB 1994	1048	e de provedor de segurança contra ameaças externas à nossa integridade territorial.	104	408	0
PMDB 1994	1101	Não existe oposição entre fortalecimento do mercado interno	408	408	1
PMDB 1994	1102	e ativa política de comércio exterior,	408	408	1
PMDB 1994	1103	mas o projeto de desenvolvimento deve comandar as exportações,	408	408	1
PMDB 1994	1104	e não o contrário.	408	408	1
PMDB 1994	1200	Nosso espaço de atuação prioritária será naturalmente a América e o Atlântico Sul,	107	107	1
PMDB 1994	1201	mas não poderemos nos furtar a uma atuação extra-regional	107	107	1
PMDB 1994	1202	quando forem suscitadas questões que nos afetem de forma vital.	107	107	1
PFL pré1988	16	1. O compromisso maior do Partido é com a liberdade,	201	201	1
PFL pré1988	17	sob todas as suas formas.	201	201	1
PFL pré1988	18	Combateremos, portanto, qualquer manifestação de autoritarismo	201	201	1
PFL pré1988	19	ou restrição da liberdade.	201	201	1
PFL pré1988	82	10. O desenvolvimento nacional é uma necessidade imperiosa	410	410	1
PFL pré1988	83	e constitui, entre nós, aspiração generalizada,	410	410	1
PFL pré1988	84	além de poderosa fonte de motivação.	410	410	1
PFL pré1988	152	Seu programa partidário encerra o conjunto de normas	0	0	1
PFL pré1988	153	que orientarão a ação política e a militância dos filiados,	0	0	1
PFL pré1988	154	desdobrando-se em princípios	0	0	1
PFL pré1988	155	que traduzem a interpretação da realidade histórico-político nacional	0	0	1
PFL pré1988	156	à luz dos ideais liberais,	0	0	1
PFL pré1988	157	e em diretrizes que expressam o pensamento do Partido	0	0	1
PFL pré1988	158	com respeito à ação governamental e às relações sociais.	0	0	1

PFL pré1988	210	Preconizar a mudança social dentro da ordem democrática,	503	202	0
PFL pré1988	211	recusando soluções violentas,	202	202	1
PFL pré1988	212	incompatíveis com as nossas tradições,	202	202	1
PFL pré1988	213	e posturas imobilistas,	0	202	0
PFL pré1988	214	que conflitem com as exigências de transformações da sociedade.	0	202	0
PFL pré1988	267	Ampliação da autonomia das universidades	506	506	1
PFL pré1988	268	enquanto instituições dedicadas ao ensino e a pesquisa,	506	506	1
PFL pré1988	269	conferindo-se-lhes maiores responsabilidades.	506	506	1
PFL pré1988	343	Implantação de uma política salarial	409	408	0
PFL pré1988	344	que possibilite, aos assalariados, a obtenção de ganhos reais de produtividade,	409	408	0
PFL pré1988	345	assegurada, em qualquer hipótese, a manutenção do poder aquisitivo.	409	412	0
PFL pré1988	398	Fomento ao turismo interno,	408	408	1
PFL pré1988	399	abrangendo a execução de programas	408	408	1
PFL pré1988	400	destinados a amplas camadas da população.	408	408	1
PFL pré1988	477	Efetivação das prerrogativas do Legislativo,	306	306	1
PFL pré1988	478	enquanto instituição liberal e fórum principal dos debates nacionais,	306	306	1
PFL pré1988	479	especialmente através do revigoração do poder legiferante,	306	306	1
PFL pré1988	480	do amplo exercício do poder impediante	306	306	1
PFL pré1988	481	e da capacidade de fiscalizar os atos do Executivo,	306	306	1
PFL pré1988	482	do restabelecimento integral da competência para decidir	306	306	1
PFL pré1988	483	sobre matéria tributária, judiciária e orçamentária,	306	306	1
PFL pré1988	484	e da simplificação e racionalização legislativa.	306	306	1
PFL pré1988	559	No <i>Manifesto</i> , o novo partido assume um “compromisso com a mudança”	0	0	1
PFL pré1988	560	e com as “reformas essenciais reclamadas pelo povo brasileiro”.	0	0	1
PFL pré1988	634	02. Os direitos humanos fundamentais	201	201	1
PFL pré1988	635	que, anteriores e superiores ao Estado,	201	201	1
PFL pré1988	636	cumpra sejam reconhecidos, respeitados e promovidos,	201	201	1
PFL pré1988	637	combatendo-se e eliminando-se todas as formas de discriminação,	503	201	0
PFL pré1988	638	provenientes de preconceitos de sexo, cor, crença, ideologia ou de posição social.	503	201	0

PFL pré1988	663	7. Um processo judicial moderno e rápido,	605	605	1
PFL pré1988	664	aplicado por um Poder Judiciário independente	605	605	1
PFL pré1988	665	e aparelhado para administrar a justiça a todos os segmentos da sociedade,	605	605	1
PFL pré1988	666	em especial aos mais desprotegidos,	605	605	1
PFL pré1988	667	de modo acessível e simplificado.	605	605	1
PFL 1995	75	A experiência demonstra que o imposto inflacionário incidia,	408	408	1
PFL 1995	76	preferencialmente e de modo perverso, sobre as camadas de baixa renda,	408	408	1
PFL 1995	77	que tem sido os maiores beneficiários da expressiva redução nos aumentos de preços.	408	408	1
PFL 1995	155	Note-se que foram as economias de mercado, e não as economias de comando,	401	401	1
PFL 1995	156	as responsáveis pelo êxito da produção.	401	401	1
PFL 1995	170	Se está demonstrado na experiência histórica	201	201	1
PFL 1995	171	que a busca do igualitarismo descambou	201	201	1
PFL 1995	172	para uma insuportável supressão de liberdade,	401	201	0
PFL 1995	173	é necessário demonstrar que as democracias liberais e as economias de mercado	401	201	0
PFL 1995	174	podem conduzir as sociedades a um equilíbrio social	401	201	0
PFL 1995	175	e, em consequência, a um consistente grau de estabilidade	401	201	0
PFL 1995	176	e previsibilidade em relação ao futuro.	401	201	0
PFL 1995	220	Vários dos nossos objetivos de então foram atingidos plenamente.	0	0	1
PFL 1995	221	Outros estão em processo de viabilização.	0	0	1
PFL 1995	222	Mas ainda há pontos em que não foi possível caminhar significativamente,	0	0	1
PFL 1995	223	apesar dos esforços partidários.	0	0	1
PFL 1995	267	É preciso dar-se conta de que, no caso brasileiro,	401	401	1
PFL 1995	268	a questão do emprego está associada	401	401	1
PFL 1995	269	não apenas ao desmonte dos monopólios estatais	401	401	1
PFL 1995	270	como, de um modo geral, à abertura da economia à concorrência,	401	401	1
PFL 1995	271	de que possa resultar a obtenção de maiores níveis de eficiência	401	401	1
PFL 1995	272	para a economia brasileira.	401	401	1
PFL 1995	377	Podemos, pois, afirmar que a ampliação das liberdades civis	401	401	1
PFL 1995	378	para o campo da economia	401	401	1

PFL 1995	379	gerou em todo o mundo a maior propulsão na produção de riquezas	401	401	1
PFL 1995	380	e de melhorias de qualidade de vida de que se tem notícia.	401	401	1
PFL 1995	399	Embora a tradição mais arraigada seja a de sua onipotência e arbítrio,	303	303	1
PFL 1995	400	acreditamos na possibilidade de construirmos um Estado eficiente	303	303	1
PFL 1995	401	e devotado às suas obrigações indelegáveis.	303	303	1
PFL 1995	429	A globalização da economia,	0	0	1
PFL 1995	430	a velocidade na circulação de riquezas,	0	0	1
PFL 1995	431	os patamares inusitados alcançados	0	0	1
PFL 1995	432	pela capacidade de competir das economias desenvolvidas	0	0	1
PFL 1995	433	- tudo isto vai nos conduzir a um novo ciclo histórico,	0	0	1
PFL 1995	434	cuja feição integral sequer podemos desde logo esboçar	0	0	1
PFL 1995	469	Para atingir o seu objetivo de se tornar o partido majoritário do País	0	0	1
PFL 1995	470	e mudar a face da realidade brasileira,	0	0	1
PFL 1995	471	o PFL participará de todos os pleitos,	0	0	1
PFL 1995	472	comprometendo-se	0	0	1
PFL 1995	473	através de seus órgãos de direção,	0	0	1
PFL 1995	474	de seus candidatos	0	0	1
PFL 1995	475	e de seus mandatários, representantes do povo brasileiro –	0	0	1
PFL 1995	476	com as diretrizes, os princípios e os postulados de seu Programa de Ação Partidária,	0	0	1
PFL 1995	477	que será o eixo de ação do Projeto PFL 2000.	0	0	1
PFL 1995	550	Atentos à configuração futura de nossa sociedade,	402	402	1
PFL 1995	551	onde a oferta de empregos formais acaba afetada de forma irrecuperável	402	402	1
PFL 1995	552	por políticas equivocadas, de falso e ilusório protecionismo,	402	402	1
PFL 1995	553	o PFL deve propugnar pela eliminação progressiva dos encargos sociais	402	402	1
PFL 1995	554	transferindo os percentuais de tais incidências diretamente para os salários.	402	402	1
PFL 1995	651	O advento do Real e a postura firme	0	0	1
PFL 1995	652	com que as novas maiorias -com destaque para o PFL –	0	0	1
PFL 1995	653	estão obtendo vitórias nesta etapa decisiva da realização das Reformas Constitucionais,	0	0	1
PFL 1995	654	marcam o início de uma nova era.	0	0	1

PFL 1995	706	O povo votou pelo Presidencialismo e agora só nos cabe uma ação coesa	306	306	1
PFL 1995	707	para cumprir a decisão do povo e aprimorar o Presidencialismo	306	306	1
PFL 1995	708	mediante as reformas constitucionais e da lei ordinária que se fizerem necessárias.	306	306	1
PFL 1995	798	Preconizamos a livre negociação entre as partes	701	701	1
PFL 1995	799	como forma justa e eficaz na fixação das condições de trabalho	701	701	1
PFL 1995	800	e na solução de conflitos de natureza salarial.	701	701	1
PFL 1995	848	É meta fundamental do Programa do PFL	408	408	1
PFL 1995	849	a luta contra as grandes desigualdades regionais do nosso país.	408	408	1
PFL 1995	937	A agricultura tem realizado grandes avanços	703	703	1
PFL 1995	938	no volume bruto da riqueza gerada	703	703	1
PFL 1995	939	e, principalmente, na modernização de seus processos	703	703	1
PFL 1995	940	e na elevação de seus níveis de produtividade.	703	703	1
PFL 2005	31	A desconfiança em relação à eficácia da democracia exige um esforço redobrado	202	202	1
PFL 2005	32	por parte daqueles que acreditam	202	202	1
PFL 2005	33	que o regime democrático é gênero de primeira necessidade	202	202	1
PFL 2005	34	na construção das nações desenvolvidas.	202	202	1
PFL 2005	71	A partir de então, o Partido da Frente Liberal tem sido, ao longo da história,	0	0	1
PFL 2005	72	um partido de visão e, sobretudo, de antevisão.	0	0	1
PFL 2005	145	Conclusão: a maioria do povo brasileiro não viveu a experiência	0	0	1
PFL 2005	146	de combinar crescimento econômico sustentado	416	416	1
PFL 2005	147	com plenitude democrática,	202	202	1
PFL 2005	148	ressalvado o final da década de 50.	0	0	1
PFL 2005	197	Ora, a soma desses fatores	0	410	0
PFL 2005	198	– a desigualdade social,	503	410	0
PFL 2005	199	o baixo nível educacional	506	410	0
PFL 2005	200	e um Estado ineficiente –	303	410	0
PFL 2005	201	torna o País menos produtivo,	410	410	1
PFL 2005	202	afetando gravemente a mola propulsora do crescimento sustentado	416	410	0
PFL 2005	203	que é a elevação da produtividade total dos fatores de produção.	410	410	1

PFL 2005	248	o Brasil tem superado a corrosão inflacionária,	408	408	1
PFL 2005	249	construiu a cultura da estabilidade	408	408	1
PFL 2005	250	e vem apropriando seus efeitos benéficos.	408	408	1
PFL 2005	331	No campo econômico,	408	408	1
PFL 2005	332	a urgência e prioridade das reformas atendem pelo nome de emprego.	408	408	1
PFL 2005	392	Oportunidades e riscos caminham de mãos dadas.	107	0	0
PSDB 1988	34	Em seu primeiro ano, o Governo presidido por José Sarney,	0	0	1
PSDB 1988	35	com a sustentação política da aliança democrática,	0	0	1
PSDB 1988	36	deu passos no sentido da institucionalização da democracia,	0	202	0
PSDB 1988	37	culminando com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte	0	203	0
PSDB 1988	127	Por isso, na concepção de democracia do PSDB,	202	202	1
PSDB 1988	128	a racionalidade da relação entre os fins desejados pela sociedade e os meios disponíveis	0	202	0
PSDB 1988	129	requer transparência da informação	0	202	0
PSDB 1988	130	e participação ampla dos cidadãos nas decisões sobre as políticas públicas	202	202	1
PSDB 1988	222	É essencialmente um regime de programas,	306	306	1
PSDB 1988	223	discutidos e definidos publicamente com o apoio da maioria dos representantes da Nação,	306	306	1
PSDB 1988	224	ao contrário do presidencialismo,	306	306	1
PSDB 1988	225	que tende a ser o regime do poder unipessoal e das decisões a portas fechadas,	306	304	0
PSDB 1988	226	num convite permanente ao fisiologismo político	306	304	0
PSDB 1988	296	A propriedade privada dos meios de produção	401	401	1
PSDB 1988	297	constitui a base do sistema econômico brasileiro,	401	401	1
PSDB 1988	298	devendo ser garantida na medida em que atenda ao princípio da sua função social	408	403	0
PSDB 1988	299	e se harmonize com a valorização do trabalho e do trabalhador	701	701	1
PSDB 1988	342	Medidas corajosas têm de ser tomadas em pelo menos três frentes:	408	408	1
PSDB 1988	343	o reequilíbrio das condições de financiamento do setor público,	414	408	0
PSDB 1988	344	uma reforma do sistema financeiro acompanhada de políticas monetárias apropriadas,	414	408	0
PSDB 1988	345	e uma adequada administração dos preços fundamentais da economia	408	412	0
PSDB 1988	346	A partir daí será possível, a médio e longo prazos,	410	402	0
PSDB 1988	347	encaminhar medidas de estímulo à produção	410	402	0

PSDB 1988	348	compatíveis com a redistribuição de renda	503	503	1
PSDB 1988	349	e taxas de crescimento elevadas sem reaquecimento da inflação	410	408	0
PSDB 1988	426	É preciso assegurar politicamente o fortalecimento da Federação	301	302	0
PSDB 1988	427	e racionalizar a transferência de recursos e encargos aos estados e municípios	301	302	0
PSDB 1988	486	Usados como recursos a fundo perdido, os recursos naturais e o meio ambiente	501	501	1
PSDB 1988	487	incluindo o espaço urbano -	501	501	1
PSDB 1988	488	se deterioraram numa escala assustadora no Brasil nos últimos decênios	501	501	1
PSDB 1988	563	· reformar a administração pública para livrá-la das práticas clientelistas	303	303	1
PSDB 1988	564	e assegurar eficiência às empresas e órgãos estatais;	303	303	1
PSDB 1988	601	· lutar pela erradicação do analfabetismo	506	506	1
PSDB 1988	602	e pela universalização do atendimento escolar, inclusive aos adultos,	506	506	1
PSDB 1988	603	através da defesa da escola pública gratuita, democrática e de boa qualidade	506	506	1
PSDB 1988	604	e da valorização do professor,	506	506	1
PSDB 1988	605	com implantação de carreira e piso salarial justo em todos os níveis;	506	506	1
PSDB 2001	94	Se é possível dizer	0	0	1
PSDB 2001	95	que o programa de fundação do partido envelheceu em alguns aspectos,	0	0	1
PSDB 2001	96	não se pode dizer a mesma coisa dos princípios que o norteiam,	0	0	1
PSDB 2001	97	dos objetivos gerais que o partido se propôs a atingir	0	0	1
PSDB 2001	98	A situação política do país não é a mesma do momento da fundação do PSDB	0	0	1
PSDB 2001	99	De lá para cá, o Brasil evoluiu	0	0	1
PSDB 2001	100	Está mudando, e mudando para melhor	0	0	1
PSDB 2001	152	Ao insistir em que os alicerces do novo Brasil	0		1
PSDB 2001	153	foram lançados nesses anos do governo Fernando Henrique Cardoso,	0	0	1
PSDB 2001	154	não hesitamos também em reconhecer	0	0	1
PSDB 2001	155	que estamos longe do país que almejamos	0	0	1
PSDB 2001	230	Gostemos ou não, trata-se – a globalização – de um fato social inequívoco,	107	107	1
PSDB 2001	231	uma realidade histórica prenhe de riscos,	107	107	1
PSDB 2001	232	mas também de oportunidades	107	107	1
PSDB 2001	340	Essa velha esquerda fecha os olhos à falência financeira dos poderes públicos,	414	414	1

PSDB 2001	341	às dificuldades da administração estatal em gerir empreendimentos econômicos,	414	303	0
PSDB 2001	342	à facilidade com que um Estado maximizado sucumbe	414	303	0
PSDB 2001	343	ao assalto da corrupção e do corporativismo,	414	304	0
PSDB 2001	344	e à inexistência de poupança e recursos públicos suficientes	414	414	1
PSDB 2001	345	para atender às necessidades de investimento da economia	414	414	1
PSDB 2001	394	Embora dependente,	0	0	1
PSDB 2001	395	a trajetória histórica do Brasil no século XX difere de outros países	0	0	1
PSDB 2001	396	que partiram das mesmas condições,	0	0	1
PSDB 2001	397	pelo fato de termos sido capazes	0	0	1
PSDB 2001	398	de reagir com grande dinamismo às ondas de inovação tecnológicas	0	0	1
PSDB 2001	399	e às transformações nas relações sociais de produção,	0	0	1
PSDB 2001	400	ciclicamente desencadeadas nos países centrais	0	0	1
PSDB 2001	460	No mesmo sentido, optou-se por promover	407	0	0
PSDB 2001	461	um choque de competitividade na economia brasileira,	407	407	1
PSDB 2001	462	criando condições para a incorporação de novas tecnologias	407	407	1
PSDB 2001	463	que se refletem na qualidade e no preço do produto, beneficiando o consumidor	407	407	1
PSDB 2001	464	e nos habilitando a disputar com êxito mercados de outras partes do mundo	407	407	1
PSDB 2001	546	Para defender a economia e manter estável a nossa moeda,	414	408	0
PSDB 2001	547	uma série de decisões tiveram de ser tomadas	414	0	0
PSDB 2001	641	O principal instrumento de defesa da nossa economia está, no entanto,	503	0	0
PSDB 2001	642	na construção de uma sociedade mais justa	503	503	1
PSDB 2001	709	O objetivo fundamental do PSDB é o aprofundamento da democracia,	202	202	1
PSDB 2001	710	a superação dos graves problemas sociais que ainda nos afligem:	504	503	0
PSDB 2001	711	a eliminação da miséria,	504	503	0
PSDB 2001	712	a diminuição da pobreza,	504	503	0
PSDB 2001	713	a redução das profundas desigualdades regionais e sociais existentes entre os brasileiros	503	503	1
PSDB 2001	766	Por isso mesmo, consideramos de suma importância	410	0	0
PSDB 2001	767	a concepção dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento,	410	408	0
PSDB 2001	768	que norteia o programa de investimento	410	408	0

PSDB 2001	769	lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso	0	0	1
PSDB 2001	770	nos Programas Brasil em Ação e Avança Brasil	0	0	1
PSDB 2001	825	Mais do que no passado, somos hoje obrigados a dar maior atenção	107	107	1
PSDB 2001	826	ao relacionamento internacional do Brasil,	107	107	1
PSDB 2001	827	entre outras coisas porque estamos sendo chamados	107	107	1
PSDB 2001	828	a desempenhar um papel mais ativo no cenário mundial	107	107	1
PSDB 2001	874	Envidaremos esforços para fortalecer a Organização das Nações Unidas,	107	107	1
PSDB 2001	875	inclusive pela reformulação da composição de seu Conselho de Segurança,	107	107	1
PSDB 2001	876	adequando-o à realidade internacional de nossos dias	107	107	1
PSDB 2001	973	O PSDB defende a democracia política como ponto fundamental,	202	202	1
PSDB 2001	974	não abre mão de seus pressupostos,	202	202	1
PSDB 2001	975	submete-se aos resultados favoráveis ou desfavoráveis das eleições	202	202	1
PSDB 2001	976	e não quer ver os instrumentos participativos e as organizações sociais	202	202	1
PSDB 2001	977	submetidos a manipulações ou ao controle hegemônico de partidos	202	202	1
PSDB 2001	1025	Entre as alterações necessárias no sistema partidário brasileiro,	306	306	1
PSDB 2001	1026	algumas são internas ao funcionamento dos partidos;	306	306	1
PSDB 2001	1027	dependem destes, mais do que da lei, para serem implementadas,	306	306	1
PSDB 2001	1028	como a adoção de mecanismos consistentes que garantam a fidelidade partidária	306	306	1
PSDB 2001	1097	Ao incrementar significativamente a responsabilidade política	306	306	1
PSDB 2001	1098	dos governantes (e da oposição),	306	306	1
PSDB 2001	1099	o parlamentarismo se torna uma garantia contra a corrupção e o populismo fiscal,	306	304	0
PSDB 2001	1100	pois limita consideravelmente a margem de manobra	306	303	0
PSDB 2001	1101	dos que se beneficiam ou implementam políticas	306	303	0
PSDB 2001	1102	sem a menor preocupação com a racionalidade	306	303	0
PSDB 2001	1103	e com as necessidades reais do povo e do Estado	306	303	0
PSDB 2001	1194	Causam revolta e indignação as sucessivas revelações de práticas criminosas	304	304	1
PSDB 2001	1195	nas administrações públicas federal, estadual e municipal,	304	304	1
PSDB 2001	1196	e nos três ramos de poder da República – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário	304	304	1
PSDB 2001	1215	Nessas circunstâncias, ou se põe um freio na corrupção	304	304	1

PSDB 2001	1216	ou as instituições democráticas mergulharão no descrédito	304	304	1
PSDB 2001	1271	A democracia será cada vez mais participativa	202	202	1
PSDB 2001	1272	se os meios informatizados forem disponibilizados para toda a população	202	201	0
PSDB 2001	1311	A dramaticidade dessa situação torna urgente a formulação de políticas	504	504	1
PSDB 2001	1312	voltadas para a recuperação dos grandes centros urbanos,	504	504	1
PSDB 2001	1313	tarefa tão decisiva quanto a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento sustentado	416	416	1
PSDB 2001	1314	e de um programa de reforma do Estado	414	303	0
PSDB 2001	1460	Sem reverter, em prazo relativamente curto, os índices de criminalidade;	605	605	1
PSDB 2001	1461	sem atacar simultaneamente as várias fontes da violência urbana,	605	605	1
PSDB 2001	1462	não será mais possível vislumbrar um futuro de qualidade de vida	605	605	1
PSDB 2001	1463	e mesmo de desenvolvimento econômico contínuo para a maioria dos brasileiros	605	416	0
PSDB 2001	1474	Em primeiro lugar, é preciso ter claro que a redução dos níveis de violência urbana	605	605	1
PSDB 2001	1475	não virá por força da lei da gravidade,	605	605	1
PSDB 2001	1476	não será o reflexo automático da melhoria do padrão econômico das populações pobres,	605	605	1
PSDB 2001	1477	não resultará de ações tópicas e isoladas de autoridades estaduais e federais	605	605	1
PSDB 2001	1573	Todas essas ações farão o Estado estar mais presente	605	605	1
PSDB 2001	1574	nas esferas de influência da marginalidade	605	605	1
PSDB 2001	1575	– vale dizer, levarão a lei, a ordem, a justiça e o exercício dos direitos sociais mínimos	605	605	1
PSDB 2001	1576	às populações hoje sob o domínio da impunidade e do crime	605	605	1
PSDB 2001	1582	Esse é outro ponto em que a realidade brasileira atual	0	0	1
PSDB 2001	1583	apresenta um quadro de notável complexidade	0	0	1
PSDB 2001	1650	Devem ser reexaminadas algumas normas da legislação trabalhista	402	402	1
PSDB 2001	1651	que oneram os custos da admissão de mão-de-obra,	402	402	1
PSDB 2001	1652	principalmente os impostos incidentes sobre a folha salarial,	402	402	1
PSDB 2001	1653	sem que essas alterações sejam feitas à custa dos direitos	402	701	0
PSDB 2001	1654	e das conquistas dos trabalhadores	402	701	0
PSDB 2001	1741	As falhas e insuficiências nos serviços de saúde	504	504	1
PSDB 2001	1742	são responsáveis pelos ainda altos índices de mortalidade infantil,	504	504	1
PSDB 2001	1743	a despeito dos notáveis avanços dos últimos anos,	504	504	1

PSDB 2001	1744	e pelo sofrimento injustificável de milhões de brasileiros	504	504	1
PSDB 2001	1745	pobres, mal-assistidos e desamparados	504	504	1
PSDB 2001	1792	Tanto a fabricação como a comercialização de remédios,	403	403	1
PSDB 2001	1793	com supervisão de sua qualidade e preço,	403	403	1
PSDB 2001	1794	devem ser acompanhadas de perto pelo Estado,	403	403	1
PSDB 2001	1795	pois nessa área tão essencial à vida de milhões de cidadãos	403	403	1
PSDB 2001	1796	não podem prevalecer as regras costumeiras do mercado;	403	403	1
PSDB 2001	1867	A questão decisiva reside na formação dos professores	506	506	1
PSDB 2001	1868	para o ensino fundamental e médio,	506	506	1
PSDB 2001	1869	valorizando o magistério com a melhoria dos salários dos professores	506	506	1
PSDB 2001	1870	e de suas condições de trabalho,	506	506	1
PSDB 2001	1871	tarefa já iniciada com a criação do FUNDEF	506	506	1
PSDB 2001	1888	Ao mesmo tempo, chegou a hora e a vez de um reexame radical	506	507	0
PSDB 2001	1889	do ensino superior no Brasil	506	507	0
PSDB 2001	1978	Fomentar a cultura é, portanto, tarefa de política de Estado	502	502	1
PSDB 2001	1979	De fato, dada a magnitude das carências, a escassez dos recursos	502	502	1
PSDB 2001	1980	e a grandiosidade dos meios que a atividade cultural e artística de um povo exige,	502	502	1
PSDB 2001	1981	a cultura é uma dessas áreas em que o Estado não é nem pode ser absenteísta	502	502	1
PSDB 2001	2082	Assegurar a qualidade dos assentamentos,	703	703	1
PSDB 2001	2083	incluindo os novos agricultores no contexto da produção comercial	703	703	1
PSDB 2001	2084	é, hoje, mais importante que aumentar a quantidade dos assentamentos rurais	703	703	1
PSDB 2001	2085	Consolidar a reforma agrária,	703	703	1
PSDB 2001	2086	permitindo o progresso econômico e social dos trabalhadores rurais,	703	703	1
PSDB 2001	2087	assim a social-democracia quer dar um exemplo	703	703	1
PSDB 2001	2088	de responsabilidade na sua política agrária	703	703	1

V) Probabilidades de referência

Além dos efeitos interpretados, os modelos de regressão apresentam também os coeficientes dos interceptos, que representam as estimativas de cada resultado na situação hipotética de que nenhuma variável independente tenha valor diferente de 0. Neste caso, o exponencial do coeficiente B de cada intercepto corresponderia diretamente à probabilidade de que uma dada PEC se dirigisse a um assunto específico em vez de a temas genéricos, quando os valores das variáveis independentes (x) são iguais a zero.⁸⁵

No caso do modelo 1, o caso de referência seria uma PEC hipotética apresentada por um parlamentar de esquerda, cujo partido dedicasse maior proporção de texto ao domínio 0, da região centro-oeste, do PTB, durante o Governo Sarney.⁸⁶ Estas probabilidades estão calculadas na tabela a seguir.

Probabilidades do caso hipotético de referência do Modelo 1.

	B do intercepto	Exp(B)	Probabilidade (y x=0) $\frac{\text{Exp}(B)}{1+\text{Exp}(B)}$
direitos e garantias fundamentais	0,61	1,84	0,65
organização do estado	0,38	1,46	0,59
organização dos poderes	1,12	3,06	0,75
defesa do estado e instituições democráticas	-1,06	0,35	0,26
tributação, orçamento, ordem econômica e financeira	-0,21	0,81	0,45
ordem social	0,81	2,25	0,69

⁸⁵ Para variáveis nominais, x=0 nas categorias de referência.

⁸⁶ Não há nenhuma PEC que reúna todas estas características, o caso de referência é apenas um artifício útil para conferir mais inteligibilidade aos demais efeitos descritos. (Long, 1997)

No caso do modelo 2, o caso de referência seria uma PEC hipotética apresentada por um parlamentar de esquerda, cujo partido dedicasse todo o texto dos seus manifestos apenas ao domínio 0, da região centro-oeste, durante a 48ª legislatura (1987 a 1991).⁸⁷ Estas probabilidades estão calculadas na tabela seguinte.

Probabilidades do caso hipotético de referência

	B do intercepto	Exp(B)	Probabilidade (y x=0) $\frac{\text{Exp(B)}}{1+\text{Exp(B)}}$
direitos e garantias fundamentais	-5,71	0,00	0,00
organização do estado	-19,07	5,22	0,84
organização dos poderes	-0,86	0,42	0,30
defesa do estado e instituições democráticas	-0,68	0,51	0,34
tributação, orçamento, ordem econômica e financeira	-13,62	1,22	0,55
ordem social	-10,91	1,83	0,65

⁸⁷ Não há nenhuma PEC que reúna todas estas características, o caso de referência é apenas um artifício útil para conferir mais inteligibilidade aos demais efeitos descritos.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)